



Márcio Antonio Silva de Pontes

**O CONTRIBUTO DA MAÇONARIA PARA A ABOLIÇÃO
DA ESCRAVATURA**

MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO CENTRAL DE EXTENSÃO
HISTÓRIA E CULTURA AFRODESCENDENTE

Rio de Janeiro
2010

PUC
RIO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Márcio Antonio Silva de Pontes

O CONTRIBUTO DA MAÇONARIA PARA A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Monografia apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História da PUC-Rio
como requisito parcial para obtenção do
título de Pós-graduado em História

Professora Orientadora
Laiana Lannes

COORDENAÇÃO CENTRAL DE EXTENSÃO
HISTÓRIA E CULTURA AFRODESCENDENTE

Rio de Janeiro
2010

*À Luciana Lopes, pela paciência;
à minha filha Camila, pelos dias que não brincamos,
aos meus pais, por tudo.*

RESUMO

O objetivo desse trabalho é investigar fatos e personagens envolvidos na maçonaria que colaboraram para a abolição da escravidão no Brasil. Pretende desvendar a atuação da maçonaria brasileira no episódio da Abolição e nos movimentos abolicionistas.

Palavras-chave: maçonaria, abolição, ilustração, escravidão, antiescravismo.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate facts and figures involved in the masonry that contributed to the abolition of slavery in Brazil. intend to uncover the role of Freemasonry in the episode of Brazilian abolition and abolitionist movements.

Keywords: masonry, abolition, enlightenment, slavery, antislavery.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Formação da Maçonaria no Brasil e sua atuação no processo de abolição e emancipação.	10
2.1. A Elite dos bacharéis: maçonaria como espaço acadêmico.	19
2.2. Filantropia para libertação.....	31
2.3. Imprensa para Abolição	53
2.4. Educação para emancipação.....	62
2.5. Política e Leis	74
3. Republicanismo, Liberalismo, Positivismo e Arte.	82
3.1. A abolição antes da Abolição no norte e nordeste.	83
3.2. Positivismo à favor da abolição: o exército se recusa a capturar escravos fugidos.	87
3.3. Maçons ilustres da campanha abolicionista.	91
4. Contexto internacional e a maçonaria após a Abolição.....	99
4.1. Maçonaria e a abolição em Portugal, França e E.U.A.	100
4.2. A Maçonaria depois da Lei Áurea.....	108
5. Considerações finais	112
6. Referências Bibliográficas.....	114

“Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria, sabei que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal Constituição.”

José Bonifácio,
Patriarca da Independência
e Grão-Mestre da outrora nascente maçonaria brasileira.

1. Introdução

O Tema em questão é de relevante importância histórica e política, principalmente por estar inserido entre os marcos importantes de nossa História. Sabendo-se que esse tema é muito comentado, porém com poucos trabalhos publicados, continua sendo atraente para a busca de uma exploração maior.

Ao longo dos tempos muito se tem lido sobre a Maçonaria como uma instituição de marcante participação e influência na política.

Mas é bem verdade que a origem da maçonaria possui várias versões. Alguns afirmam que é uma instituição medieval, outros especulam que o início da maçonaria remonta ao Antigo Egito.

Na história da política brasileira lê-se bastante que a mesma teve relevante participação, principalmente na Independência do Brasil e na Abolição da Escravidão no Brasil.

O tema desse trabalho é sobre a participação da maçonaria, especificamente sua atuação para a Abolição, com destaque para o período entre 1815 a 1900, sua participação no processo de abolição da escravidão no Brasil.

Esse trabalho foi fruto de uma investigação, que procurou entender como era constituída a maçonaria no séc. XIX, qual a sua força política e social, como a maçonaria influenciou politicamente a Abolição no Brasil?

Será que a maçonaria tinha realmente força política para decidir no voto a abolição? E dentro da maçonaria havia uma coesão quando o assunto era abolição? Havia uma posição oficial da maçonaria quanto a esse assunto? Quais eram as formas de atuação da Maçonaria para Abolir a escravidão? Qual era o pensamento da maçonaria nesse século que fazia concordar com os ideais de abolição? Se maçonaria só lutou pela abolição no Brasil ou em outros países também? Quais os principais nomes de maçons que tiveram participação no abolicionismo nesse período? E depois da abolição, será que os afros descendentes foram largados à própria sorte e como atuou a maçonaria imediatamente após a abolição?

Atualmente a maçonaria começa a revelar um pouco da sua história, porém o que se encontra com facilidade nos sites, documentos e toda literatura produzida por maçons são registros enaltecedores, cabe-nos criticá-los. Existe um movimento de “abertura” das lojas para visitação pública, existem as reuniões secretas e as abertas, muitos livros estão sendo publicados, revistas especializadas em maçonaria revelam segredos da iniciação, de sua atuação no mundo e da vida dos seus membros. Mesmo assim muitas questões ainda precisam ser respondidas sobre a atuação da maçonaria na Abolição, e suas ações específicas nessa causa, bem como a urgência de se explorar o assunto por sua importância e falta de trabalhos publicados sobre esse tema. Portanto, tornar-se-á interessante explorar essa participação, o quanto mais possível, pois o próprio autor teve e sempre terá a ânsia e o desejo da verdade, embora sabendo que dificilmente os encontrará na sua plenitude.

É mister revelar se a Maçonaria teve influência, através de seus seguidores, na formação de opinião para a construção do pensamento político; na manutenção de entidades filantrópicas para a libertação e emancipação do negro; na organização de quermesses e outros eventos para angariar recursos para compras de alforrias; no debate e na iniciativa de construção de uma educação emancipadora de caráter universal para o filho do pobre e do negro; na direção de jornais abolicionistas; no exército na figura do marechal Deodoro e Floriano Peixoto, entre outros, que se recusaram a perseguir negros fugidos, e na ação individual de maçons como José do Patrocínio, Ruy Barbosa, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos (tanto pai quanto filho, Visconde e Barão do Rio Branco, respectivamente), João Cordeiro e Francisco José do Nascimento (mais conhecido como Dragão da Abolição).

A maçonaria parece ter tido membros em diversas esferas, na política não foi diferente, exemplo disso é que o gabinete do Imperador D. Pedro I, era composto principalmente por pessoas que pertenciam aos quadros da instituição, com destaque especial para José Bonifácio de Andrade e Silva; e todas as leis libertadoras de escravos tiveram como seus autores maçons, como as leis Eusébio de Queirós, do Ventre Livre e dos Sexagenários.

Como Instituição, a maçonaria foi uma força, se comparada à igreja católica muito mais antiga e poderosa, que logo cedo se posicionou contra a

escravidão. A Igreja católica, só manifestou-se abertamente contra a escravidão em 1887, às vésperas da Abolição. Porque tantos expoentes da abolição como os citados acima saíram dos quadros da maçonaria e tão poucos dos quadros da igreja? E dentre estes poucos que encontramos nos quadros da Igreja, coincidentemente os mesmos se encontram também nos quadros da maçonaria, como Diogo Antonio Feijó?

2. Formação da Maçonaria no Brasil e sua atuação no processo de abolição e emancipação.

Ao longo dos tempos muito se tem lido sobre a Maçonaria como uma instituição de marcante participação e influência na política.

Mas é bem verdade que a origem da maçonaria possui várias versões. Alguns afirmam que é uma instituição medieval, outros especulam que o início da maçonaria remonta ao Antigo Egito.

A moderna maçonaria como conhecemos hoje teve origem na Inglaterra em 24 de junho de 1717. Em 1723, o reverendo presbiteriano James Anderson publicou as Constituições da Maçonaria, este momento é importante e histórico para a Maçonaria, pois aqui se inicia a Maçonaria Simbólica ou Moderna e encerra-se o longo período considerado como Maçonaria Operativa, em que a Ordem Maçônica estava diretamente ligada à arte da construção, reunindo-se em guildas de pedreiros, responsáveis pela edificação de templos e prédios. É alicerçada nestas Constituições de Anderson que a Maçonaria Simbólica ou Moderna permanece, de forma quase intacta, até hoje.

Todavia, grande parte concorda que as feições da maçonaria moderna remontam a 1717, marco da formação da Grande Loja de Londres que converteu a Ordem em uma espécie de escola de formação humana de caráter cosmopolita e secreto reunindo homens de diferentes raças religiões e línguas com objetivo de alcançar a perfeição por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional da filantropia e da educação (Benimeli, 1984, p. 464). Nesse período, a maçonaria abandonou sua origem ligada às velhas confrarias de pedreiros da época medieval, permitindo a admissão de novos elementos, sem a obrigatoriedade de serem ligados às corporações de ofício ou às sociedades de construtores: eram os “maçons aceitos”.¹

Os maçons se reúnem em células autônomas, chamadas oficinas, ateliers ou Lojas.

¹ BENIMELI apud BARATA, A. M. Freemasonry and Brazilian enlightenment. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 78-79, jul./out. 1994.

No Brasil, a primeira loja que se tem notícia surgiu na Bahia, em 17 de julho de 1797, na Fragata Francesa La Preneuse, cujo nome foi dado de “Cavaleiro da Luz” e foi fundada pelo comandante Larcher, José Borges de Barros e o Tenente Hermógenes Aguiar Pantoja, antes dessa data aqui existia apenas agrupamentos com características maçônicas, como gabinetes de leitura e associações, funcionando como clubes ou academias.

A introdução da “Ordem” no Brasil resultou das transformações ocorridas em Portugal a partir das reformas pombalinas. A sociabilidade maçônica foi trazida na bagagem dos jovens brasileiros que iam estudar na Universidade de Coimbra (aliás, reformada por Pombal em fins do século XVIII). Muitos desses estudantes brasileiros prosseguiram seus estudos em universidades inglesas e francesas, nas quais aprofundavam seus vínculos com os círculos maçônicos. A Faculdade de Medicina de Montpellier, muito procurada pelos estudantes brasileiros na época, constituía-se num dos núcleos de pedreiros livres² no sul da França.

A primeira Loja Maçônica regular do Brasil, a que se denominou “Reunião”, foi fundada em 1801, no Rio de Janeiro, que tinha fins puramente político-sociais, era filiada ao Oriente da França. Dois anos mais tarde, o Grande Oriente Lusitano, ou seja, de Portugal, desejando propagar no Brasil a verdadeira doutrina maçônica, nomeou três delegados com poderes para criar mais lojas no Rio de Janeiro, então surgiram as lojas “Constância” e “Filantropia”.

Muitos aceitam que a primeira loja maçônica foi fundada no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1815, ficou conhecida como Loja Maçônica Comércio e Artes³, a Primaz do Brasil. Criada em 1815, inativa após o alvará governamental de 1818, que proibia o funcionamento das sociedades secretas, e reerguida em 1821; foi dividida em três Lojas, daí resultando, além dela mesma, a União e Tranqüilidade e a Esperança de Niterói.

² Sua origem é localizada nas corporações de ofício dos pedreiros da Idade Média, no final do século XIV. Naquela época, não havia escolas capazes de ensinar as técnicas da construção em pedra, utilizadas principalmente em catedrais. Somente nas corporações, também chamadas guildas, aprendizes e mestres dividiam a ciência do talhe e se reuniam após o expediente para discutir o andamento das obras e defender sua profissão, como em um sindicato. Levavam às reuniões os instrumentos de trabalho, utilizados na composição dos projetos arquitetônicos - como o esquadro e compasso, que se tornaram símbolos da Ordem -, ou na atividade braçal - aental, malho e cinzel. Assim surgia a “maçonaria operativa”, preocupada com coisas práticas e restritas ao ofício.

³ Site da Loja Comércio e Artes. Disponível em: <<http://www.comercioeartes.com.br/>>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

A maçonaria brasileira desde o seu início, apesar de ter se tornado um espaço de sociabilidade por excelência, durante todo o período de lutas pela independência política do Brasil e abolição da escravidão, não conseguiu manter uma coesão. Ela vivenciou dissidências, rachas e grupos rivalizando-se dentro das próprias lojas. Logo, percebe-se que, ao estudar a contribuição da maçonaria para a Abolição, ela, durante esse processo, terá uma participação importante, mas não unânime.

Nos momentos decisivos do processo de nossa emancipação política, as divergências manifestaram-se dentro da maçonaria, criou-se uma oposição entre “republicanos” (ou “democratas”), capitaneados por Gonçalves Ledo, e os simpatizantes da monarquia centralizada, liderados por José Bonifácio. Com o término do 1º Reinado, dois “Grandes Orientes” são organizados: o Grande Oriente do Brasil, sob o comando de Bonifácio, e o Grande Oriente Nacional Brasileiro da Rua do Passeio, 171, constituído pelos inimigos políticos dos Andradas.

Nos primeiros dias após a proclamação da independência, de 7 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do Grande Oriente, os quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora de assembleia geral, empossando D. Pedro no cargo, a 4 de outubro de 1822. O troco seria no terreno político, com Bonifácio mostrando ao imperador que a luta da independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrada pelo grupo adversário, com exigências descabidas a D. Pedro e uma rede de intrigas, que poderiam minar a luta externa. As exigências descabidas eram: o juramento prévio de D. Pedro à Constituição ainda não votada e aprovada e a assinatura de três papéis em branco. Diante disso, enquanto José Bonifácio instaurava processo contra os membros do grupo de Ledo, D. Pedro enviava a este a ordem para fechar o Grande Oriente, o que aconteceria a 25 de outubro de 1822.

(...)

Durante praticamente todo o período restante do 1º Império, as Lojas brasileiras permaneceram em recesso, só começando a ressurgir quando o cenário nacional caminhava para uma grave crise política, que iria levar, a 7 de abril de 1831, à abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, D. Pedro, então com pouco mais de cinco anos de idade, ao qual, alguns dias depois, ele escreveria uma carta, como se adulto fosse o herdeiro, plena de dramaticidade.

Em 1830, então, ressurgia a Maçonaria brasileira, com a criação do Grande Oriente Nacional Brasileiro, o qual ficou, também, conhecido como Grande Oriente da rua de Santo Antônio e,

posteriormente, Grande Oriente do Passeio, em alusão aos locais em que se instalou, no Rio de Janeiro.⁴

Nas décadas finais do 2º Reinado, o Grande Oriente do Brasil (GOB) voltou a dividir-se: havia o GOB do vale do Lavradio, aglutinando os maçons defensores da monarquia e influenciados pela maçonaria inglesa; e o GOB do vale dos Beneditinos, que reuniu os maçons republicanos e que estava alinhado à maçonaria francesa. Depois disso, após a Proclamação da República, veio a “federalização” da maçonaria brasileira, com o surgimento dos “Grandes Orientes” estaduais, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul (1893) e também em Minas Gerais (1894). Somente entre 1883 e 1927, a maçonaria brasileira esteve unida pelo do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil.

Na metade do XIX havia os maçons que acreditavam que a abolição deveria acontecer imediatamente, outros que a abolição causaria a falência do Brasil, e esse não era um receio apenas de integrantes da maçonaria, como escreve Emília Viotti da Costa:

Em defesa da escravidão, continuava-se a repetir velhos argumentos, usados desde o Período Colonial. Dizia-se que a escravidão era benéfica para o negro, pois que o retirava da barbárie em que vivia para introduzi-lo no mundo cristão e civilizado. Afirmava-se que o negro não era capaz de sobreviver em liberdade. Alguns, embora reconhecessem que a escravidão fosse condenável em termos morais, argumentavam que ela era um mal necessário, pois a economia nacional não poderia funcionar sem o escravo. A abolição da escravatura, diziam eles, seria a ruína do país. Essa foi a opinião que acabou por predominar entre as elites.⁵

Havia os que simplesmente eram contra a libertação dos escravos. Um caso notório como esse se deu dentro da Loja América de São Paulo, como contou mais tarde, em discurso no dia 17 de dezembro de 1909, na faculdade de direito de

⁴ CASTELLANI, José. *A maçonaria na década da Abolição e da República*. Londrina: Editora A Trolha, 2001.

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

São Paulo, o próprio Ruy Barbosa o aconteceu na referida loja por ocasião da proposta de lei maçônica de libertação do ventre das escravas:

Da pragmática tradicional éramos tão pouco escrupulosos que, contra as regras constitucionais da Ordem, senão lembraram de me conferir o grau de mestre para me elevarem a orador da Loja. Desse posto me bati contra o seu ilustre venerável, o Dr. Antônio Carlos, meu lente então de Direito Comercial, em defesa de um projeto meu, que obrigava todos os membros daquela casa a libertarem o ventre das suas escravas, e punha como condição prévia de admissão esse compromisso aos futuros iniciados. A minha proposta vingou, renunciando o douto professor a dignidade, que entre nós exercia. De modo que aquele grupo de estudantes liberais, acidentalmente congregados sob o rito maçônico, toca a honra da precedência na idéia, que, dois anos depois, o ato de 28 de Setembro veio a converter em Lei do país.⁶

O dr. Antonio Carlos era o Venerável da Loja e professor de Ruy Barbosa, havia renunciado à dignidade por não concordar com a proposta de libertação do ventre. Da mesma Loja América, faziam parte também Castro Alves e Joaquim Nabuco.

Na história da política brasileira lê-se bastante que a maçonaria teve relevante participação, principalmente na Independência do Brasil e na Abolição da Escravidão no Brasil.

Existe uma correlação entre o vanguardismo político e a maçonaria no Brasil, basta ver que os primeiros pensamentos revoltosos contra a metrópole surgiram da permanência de estudantes brasileiros na França.

Um fato histórico que reforça a importância da maçonaria no Brasil no início do século XIX é a inusitada resposta do então Príncipe Regente D. João ao receber uma lista dos maçons que deveriam ser presos, dizendo, diante do tamanho da lista, que “foram estes que me salvaram”.

Outro exemplo da importância da maçonaria no Brasil é observada quando da partida da família real para Portugal deixando no Brasil um príncipe regente cercado de maçons, que constituíam à época a elite econômica e pensante do país. O príncipe fora aprovado em assembléia maçônica, sendo iniciado em agosto de 1822 e recebido

⁶ D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

o nome simbólico de Guatimozin e em poucos dias fora aprovado para o grau de Mestre Maçom da loja “Comércio e Artes”.⁷

Se por um lado os maçons eram próximos e estimados pelo imperador, por outro, a grande parte que se considerava liberal, não tinha maioria política representada na câmara e não representava o poder econômico do império, portanto, não tinha força para impor uma abolição antes da 2ª metade do XIX. O que, se tivesse acontecido antes da 2ª metade do XIX, teria se configurado numa revolução.

Na Europa do séc. XVIII, a burguesia criara conceitos novos, que vieram pouco a pouco destruir a visão de mundo que justificava a ordem tradicional, conceitos que levaram a Revolução Francesa. Lá sim, uma revolução havia acontecido, onde, hoje, autores apontam afinidades entre a Revolução Francesa e a Maçonaria (porque entre outras coisas aquela teria sido inspirada nos mesmos princípios universais: Liberdade, Igualdade e Fraternidade), fato é que ainda se discute a real participação da maçonaria na Revolução:

Para uns, a Maçonaria foi a reboque da revolução aproveitando-se despudoradamente da sua influência para recolher dividendos políticos e sociais a fim de melhor abrir o caminho para a conquista do poder. Para outros a Maçonaria teria sido a Alma Mater da revolução toda ela impregnada do espírito maçônico.

Possivelmente nem uns nem outros terão a razão do seu lado. Talvez ela esteja numa situação intermédia, porque se a revolução não foi um plano estritamente maçônico não há dúvida que ela teve como figuras de proa pessoas reconhecias e assumidamente Maçons, tais como: D'Alembert, Diderot, Helvécio, D'Holbach, Voltaire, Condorcet, etc.⁸

Da burguesia francesa revolucionária, assim como dos militares e nobres revolucionários, boa parte integravam a maçonaria (não podendo deixar de citar,

⁷ FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX*. 2005. 180 fls. Dissertação (Mestrado área de concentração Direito, Estado e Cidadania). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

⁸ Respeitável Loja Ocidente de Portugal. Disponível em: <<http://loja.ocidente.eu/?p=41>>. Acesso em 21 janeiro 2010.

como ilustre maçom, Napoleão Bonaparte), e o ideal que os uniam à Revolução era o Liberalismo, pois esse afinal, era o pensamento de vanguarda. Contudo, na França revolucionária, é nos ideais liberais do pensamento de Rousseau, e de outros, que encontramos as origens teóricas do abolicionismo:

No pensamento revolucionário do século XVIII encontram-se as origens teóricas do abolicionismo. Até então, a escravidão fora vista como fruto dos desígnios divinos; agora ela passaria a ser vista como criação da vontade dos homens, portanto transitória e revogável. Enquanto no passado considerara-se a escravidão um corretivo para os vícios e a ignorância dos negros, via-se agora, na escravidão, sua causa. Invertiam-se, assim os termos da equação. Passou-se a criticar a escravidão em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica. Descobriu-se que o cristianismo era incompatível com a escravidão; o trabalho escravo, menos produtivo do que o livre; e a escravidão uma instituição corruptora da moral e dos costumes.

Enquanto na Europa a revolução burguesa produzia seus frutos, no Brasil, os colonos que se sentiam cada vez mais reprimidos pela política metropolitana acolhiam com entusiasmo as novas idéias revolucionárias. No bojo dessas idéias havia, entretanto, algumas contradições fundamentais. Como conciliar o direito de propriedade que os senhores tinham sobre seus escravos com os direitos que os escravos tinham (como homens) à sua própria liberdade? Como conciliar a sujeição do escravo com a igualdade jurídica, que, segundo a nova filosofia, era um direito inalienável do homem?

(...)

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. Se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (cópia idêntica à original francesa de 1789), na qual se afirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A Constituição ignorou os escravos. Sequer reconheceria sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais.

Não obstante esse flagrante desrespeito à humanidade do escravo, a consagração dos princípios liberais pela Constituição foi o primeiro passo em direção à criação de uma consciência crítica em relação ao sistema escravista. A questão que se apresentaria a partir daí era como justificar a escravidão em uma sociedade em que se aceitavam os novos princípios liberais. Como negar aos escravos os direitos humanos que, em princípio, aplicavam-se a todos?

Na época da Independência e muitos anos depois, a maioria da classe dominante no Brasil continuava a depender inteiramente do trabalho escravo. Por isso, fariam ouvidos surdos aos argumentos de uns poucos indivíduos que, identificados com as novas idéias ilustradas então em voga na Europa, denunciavam a contradição entre liberalismo e escravidão e condenavam a escravidão em termos morais, religiosos e econômicos.⁹

⁹ COSTA, Emília Viotti da. *ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

E isso foi feito, aos argumentos liberais de maçons, fizeram-se ouvidos surdos. Mas isso era sabido pelos maçons, a abolição viria por um processo, cada coisa a seu tempo, a luta dos liberais maçons no Brasil seria direcionada para a conscientização da população com jornais; para a criação de escolas públicas de formação liberal e laica, ou ajudando a pensar uma escola ideal, laica e pública para o Brasil, como assim foram os pareceres do ilustre maçom Ruy Barbosa¹⁰; seria pela filantropia; pela compra de alforrias; participação em fugas; projetos de leis; processos judiciais, etc. A Maçonaria perseguiria os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade preparando a elite pensante para um novo tempo, inspirados pela Revolução Francesa. Nesse ponto, como organização, a maçonaria coordenou singularmente, o maior movimento abolicionista do Brasil.

A partir da Revolução Francesa, o Grande Oriente de França, constituído em 1773, ganha prestígio e emana as suas filosofias liberais, deístas, progressistas e enciclopedistas para as obediências em formação na Europa e na América. Vai disputar sua influência com as grandes lojas de Londres.

A influência da Grande Loja da França fez-se sentir na ainda frágil maçonaria portuguesa, e dessa para a brasileira. A filosofia francesa iria inspirar os Maçons portugueses e brasileiros, agora que começariam a ser recrutados no seio da classe política e arrastando assim os ideais liberais que iriam marcar fortemente a política no Brasil no fim do século XIX.

A maçonaria brasileira participou do processo abolicionista como nenhuma de outro país participou, isso porque a abolição no Brasil foi tardia. Aqui, o florescimento da maçonaria, e seus ideais liberais na sociedade, chocou-se com a vigência da escravatura.

A maçonaria francesa, após a Revolução e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, viu abolida a escravidão em 4 de Fevereiro de 1794 na Convenção Nacional; o primeiro ministro reformista Marquês de Pombal, maçom iniciado em Londres, aboliu a escravidão em Portugal e nas colônias da Índia a 12 de Fevereiro de 1761; mediante a Declaração de Emancipação (promulgada pelo presidente Abraham Lincoln – que chegou a visitar Lojas Maçônicas querendo ser um iniciado, mas a campanha presidencial o levou para outro destino -, na que foi

¹⁰ FUNDAÇÃO CASA DE RUY BARBOSA. Obras completas de Rui Barbosa. Tomos publicados: *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Vol. 9, t. 1, 1882; *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*. Vol. 10, t. 1 e 4, 1883;

declarada a liberdade de todos os escravos em 1863 e entrou em efeito pela primeira vez no final da Guerra Civil em 1865) os abolicionistas americanos obtiveram a libertação dos escravos nos estados que continuava havendo escravidão, a despeito disso muitas Lojas Norte Americanas, como a Grande Loja de Nova York, eram racistas e não aceitavam negros; A 23 de Agosto de 1833 foi aprovada a *Slavery Abolition Act* (Ata de abolição da escravidão) pela qual desde 1 de Agosto de 1834 ficavam livres todos os escravos das colônias britânicas; a maçonaria brasileira foi a única a ter um posição oficial em relação à escravatura, formalizada por meio de uma lei interna.

Um Projeto de Lei, apresentado pela Loja "América", ao Grande Oriente Brasileiro em 4 de abril de 1870, ao Vale dos Beneditinos e subscrito por Ruy Barbosa, comprova a posição da mocidade maçônica, contrária à escravatura. É interessante por comprovar documentalmente o pensamento da Maçonaria logo após a fundação da Loja "América" - o da necessidade da emancipação e não de uma simples "alforria generalizada":

A Loja "América" apresenta à sábia consideração do Gr.'. Or.'. do Vale dos Beneditinos o seguinte projeto, requerendo sua conversão em lei geral e obrigatória para toda a Maçonaria estabelecida no país.

Art. 1o.: Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje duas grandes idéias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente a manter e propagar esses dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização dessas idéias entre nós. (...)

A Abolição não foi mérito de um único grupo ou setor da sociedade, muitos fatores concorreram para que a escravidão se tornasse uma instituição abolida: a mecanização das fazendas, a substituição da mão-de-obra pela dos imigrantes, a pressão internacional, as ferrovias, a própria resistência dos escravos, o advento do liberalismo, os jornais, os abolicionistas, e as diversas instituições que lutavam pela abolição - dentre elas, a maior foi a maçonaria.

2.1. A Elite dos bacharéis: maçonaria como espaço acadêmico.

Se a maçonaria teve influência na corte e cooptava seus membros da elite do país, e sendo elite, porque a vontade da maçonaria, de libertar os escravos, não se fez prevalecer no governo para que a abolição fosse antecipada?

Para responder essa pergunta é preciso investigar o que é “elite”, quais os tipos, como ela é formada, e qual o poder de cada tipo, por fim, saber em qual tipo de elite a maçonaria se enquadrava. Partindo daí, indo mais além, como atuava essa elite maçônica, o que significava pertencer a esse tipo de sociabilidade?

Citando Adrius Estevam de Noronha que escreve:

O Termo *elite* possui uma flexibilidade conceitual ampla, mas é utilizado majoritariamente em pesquisas para classificar setores que detém o poder político ou econômico. Além disso, o conceito nomeia estratos sociais vinculados à burocracia, ao conhecimento, à religião, sem mencionar os grupos estrategicamente organizados em sociedades secretas, como a maçonaria.¹¹

Antes disso ele afirma:

De acordo com Duma¹² (2003, p. 101), os critérios tradicionais para caracterizar “elite” podem ser identificados por cinco pontos fundamentais: “o nível de fortuna, o peso da genealogia, as funções ocupadas, a questão da identidade de um grupo e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência”.

Mais adiante no mesmo artigo ele faz uma tipificação do conceito de elite:

¹¹ NORONHA, Adrius Estevam. *Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de internacionalização da Economia Fumageira (1960-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Rio Grande do Sul Brasil.

¹² DUMA, Jean. *Sobre as elites: abordagem historiográfica*. Revista História. São Leopoldo: UNISINOS, v. 07, nº 08, p. 89 – 103, 2003.

O conceito de elite apresenta, como se percebe, uma descrição bastante variável. Em todas as organizações sociais, as relações de poder fazem parte e uma complexa estrutura psicológica, cultural e social. E sempre haverá um setor que detém o mando ou coordena as ações de um determinado grupo. Portanto, em termos teóricos, é necessária uma tipificação do conceito de elite política, econômica, intelectual, sindical, agrária ou burocrática.

Continua citando Weber¹³ na sua tese em torno dos Três Tipos Puros de Dominação:

A partir da definição do “tipo ideal”, Weber caracteriza as três formas de dominação: a racional, a tradicional e a carismática. Estas três formas possuem a chamada “crença na legitimidade”, mecanismo que é incorporado ao direito e utilizado pela burocracia estatal.

A dominação racional se consolida na esfera jurídica como poder incorporado pela sociedade. A dominação burocrática seria, tecnicamente, seu tipo mais puro, que pode ser modificado mediante um estatuto que sancione seu funcionamento e está centrado na disciplina do serviço. Esse processo será encontrado na estrutura moderna da empresa capitalista e no Estado Nacional, apesar de Weber afirmar que a burocracia não é o único tipo de dominação legal.

Como a vertente dos *freemasons* e dos *franc-maçonneries*, que influenciaram a maçonaria luso-brasileira, sempre estiveram alinhados com o Iluminismo, vale citar, para que seja possível um melhor entendimento, o seguinte trecho do artigo de Adrius Estevam:

Já o pensamento de Hobbes acerca do Estado Moderno estabelece a ponte entre o Renascimento e o Iluminismo, representando mais um passo no processo de autonomização e laicização do Direito e do Estado. (...)

A elite política insere-se nas instituições do Estado e utiliza esse poder de força coercitiva para o exercício de sua dominação.(...) A racionalização do pensamento jurídico ganha corpo nas análises de Hobbes. Para Maltez¹⁴, o direito no sistema de Hobbes é identificado

¹³ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Régis Barbosa, Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

¹⁴ MALTEZ, José Adelino. *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

diretamente com o poder. Vale destacar que o impacto das idéias do Renascimento produz a teoria fundamental para o Estado Moderno e estrutura a forma de dominação da elite política neste Estado.

Como se percebe, o enquadramento da maçonaria na tipificação do conceito de elite no Brasil é complexo. Isto porque a maçonaria foi elitista sim, mas uma fraternidade heterogênea: não se apresenta formada por uma elite política, mais que isso, tem em seus quadros, médicos e poetas; não formada por uma elite econômica, tem estudantes de direitos e jornalistas abolicionistas; não por uma elite intelectual somente, porque indubitavelmente também teve um importante papel político; e também não somente agrária ou burocrática.

E sobre complexidade o mesmo artigo de Adrius Estevam segue citando Gramsci¹⁵, que formulou suas idéias no séc. XX:

De acordo com Gramsci, na medida em que a sociedade se torna complexa, fruto da modernização econômica e social, os atores políticos buscam se estruturar politicamente, através de movimentos minuciosamente calculados e estratégicos, dentro da sociedade civil, tendo como objetivo buscar apoio fornecido pela burocracia das instituições sociais. Nesse caso, os grupos jornalísticos, as burocracias das associações empresariais e dos centros culturais passam dos bastidores para o centro do palco na arena política.

Concluindo, até aqui, por ser heterogênea, a maçonaria acabou atuando em diversos estratos da complexa organização social brasileira. Por isso, atenta às transformações do seu tempo, atuou de maneira diversificada e coordenada, no intuito de GARANTIR SUA DOMINAÇÃO RACIONAL, ou que pelo menos seus ideais liberais assim as tivesse garantida, se consolidando na esfera “jurídico-burocrática”, visto que, como citado acima, o direito e suas nuances, estão diretamente ligados ao

¹⁵ Antonio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891 — Roma, 27 de abril de 1937) foi um político, cientista político, comunista e antifascista italiano.

poder. E correspondendo à Gramsci, ampliada a atuação dos maçons entre os grupos jornalísticos, nas burocracias das associações empresariais e dos centros culturais, ela passou dos bastidores para o centro do palco na arena política, mas tudo foi a seu tempo.

E de que maneira a maçonaria tratou de garantir sua Dominação Racional? De maneira influente e proeminente na criação das duas primeiras Academias de Direito do Brasil: a de Olinda e de São Paulo, que ficava no Largo de São Francisco.

Sobre isso, José Carlos de Araújo Almeida Filho, na sua dissertação de mestrado para a Universidade Gama Filho, na área de concentração Direito, Estado e Cidadania com o título *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX*, já na introdução esclarece:

Durante a pesquisa realizada em torno da origem do Ensino Jurídico e da Maçonaria, identificamos uma sociedade secreta instalada na Faculdade de Direito de São Paulo – a primaz no Brasil, juntamente com a de Olinda –, denominada Burschenschaft, ou, simplesmente, Bucha, como ficou conhecida. A Burschenschaft alemã, inspiradora da Bucha, fora uma sociedade secreta estudantil com nítidos propósitos de abalar o poder.

A sociedade em questão nasceria poucos anos depois da instalação dos Cursos Jurídicos e foi de grande importância nos destinos políticos e jurídicos do Brasil. Afonso Arinos, citado pelo Prof. Alberto Venâncio, instiga-nos ao afirmar que “seria altamente interessante a pesquisa que comprovasse as ligações entre a Burschenschaft Paulista e o acesso aos mais altos postos políticos desde o Império”. Os mais altos postos políticos se mesclam, no ecletismo característico do Séc. XIX, com o Direito em todas as suas ramificações e áreas de atuação.

(...)

Desta forma, duas elites são construídas (ou instaladas) no Brasil, e com uma ligação entre as mesmas – a maçônica e a dos bacharéis. A elite maçônica se constituiu pela acessão ao poder. E quem detinha o poder, até, pelo menos, o início do Séc. XX, eram os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco que, em sua grande maioria, faziam parte da Bucha.¹⁶

¹⁶ FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX*. 2005. 180 fls. Dissertação (Mestrado área de concentração Direito, Estado e Cidadania). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Esse trabalho de José Carlos possui quatro capítulos. No primeiro, trata de conceituar o que é a Maçonaria e os primeiros passos para a construção dos cursos de direito; o segundo debate a localização dos cursos de direito, as idéias de cientificismo nos cursos e a influência maçônica e da *Bucha*; no terceiro a *Bucha*, a inexistência de partidos políticos e a República; por fim a contribuição dos símbolos maçônicos e do positivismo na formação dos cursos de direito.

Então no primeiro capítulo do seu trabalho ele já expõe alguns resultados de sua pesquisa que liga os maçons à formação dos cursos de direito:

Com base na pesquisa destes autores, encontramos um elo entre Maçonaria, sociedades secretas e movimentos pelo poder. Nesta inserção histórica e política, analisar-se-á o porquê dos Cursos Jurídicos no Brasil terem sido criados logo após a Independência do Brasil e, ainda, a razão de se encontrarem em São Paulo e Olinda. Ainda hoje se afirma ser a escola paulista positivista.

Havia necessidade de manter o poder com intelectuais e bacharéis – e esta manutenção consistia na idéia de talhar profissionais para ocuparem os mais altos cargos do Império -, razão pela qual no Séc. XIX surge a figura descrita pela Ciência Política como Elite dos Bacharéis. Contudo, à inexistência de qualquer curso no Brasil, os mais abastados poderiam estudar em Coimbra e, com isto, poucos eram os bacharéis da época. Com a instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil, moldados pela Maçonaria da época e instalados longe da Corte, por fortes motivos políticos, inicia-se uma nova fase no pensamento brasileiro.

Bacharéis para poder sustentar o poder, com conhecimentos jurídicos. Contudo, de forte natureza racionalista, como a própria Maçonaria e, posteriormente, com o advento da República, de forte caráter comtiano.

Mas José Carlos bebe da fonte de Teotônio Simões¹⁷, que também desenvolveu uma tese de doutoramento sobre *Os Bacharéis na Política*, onde também aponta a ligação dos maçons e da *Bucha* com os cursos de direito:

¹⁷ SIMOES, Teotonio. *Os Bacharéis na Política – A Política dos Bacharéis*. Disponível em: <<http://www.almeidafilho.adv.br/academica/bach33.htm>>. Acesso em: 17 maio 2009.

Cogitações à parte, o fato é que, após Waterloo (1815), surgiria na Alemanha uma outra Sociedade, a Burschenschaft, integrada, entre outros, por remanescentes dos Iluminados. Um dos integrantes desta Sociedade organizaria, em São Paulo, na Academia de Direito, a sociedade secreta do mesmo nome, e seus membros também fariam parte da Maçonaria.

A ligação dos Iluminados com os futuros bacharéis em Direito do Brasil ainda se daria através de Coimbra, de Verney e de Pombal, indiretamente.

Também se apóia na tese de Wander Bastos¹⁸, que igualmente afirma ter existido uma elite imperial forjada no seio da Maçonaria e que perduraria até a Proclamação da República.

José Carlos ainda insere um gráfico que aponta o elevado número de bacharéis na política, e o local de formação, se foi por Portugal, Brasil ou outro país:

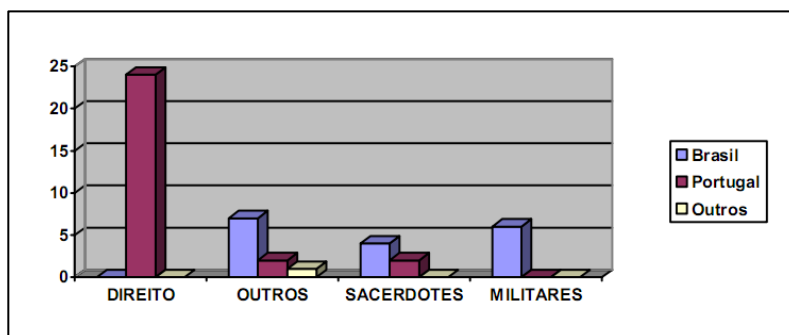


Gráfico 1 – O elevado número de bacharéis na política.¹⁹

Então desta forma estava justificada a criação dos Cursos Jurídicos em 1827, *ipso facto*, ora que produziu a Elite dos Bacharéis. Essa atuação tática se mostra coerente com os ideais burgueses, de garantia e estabilidade de seus cargos. E ainda

¹⁸ BASTOS, Aurélio Wander. *O Ensino Jurídico no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

¹⁹ FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX*. 2005. 180 fls. Dissertação (Mestrado área de concentração Direito, Estado e Cidadania). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

nas palavras de José Carlos, “justifica-se a manutenção no poder, tendo em vista a **garantia** [grifo meu] jurídica calçada no direito posto”.

Em Portugal, e também no Brasil, havia as Sociedades Filantrópicas, que eram, na maioria das vezes, Lojas Maçônicas sob denominações diversas, por causa das perseguições da inquisição. Desse modo, concomitante com a Bucha, tendo membros como Padre Antonio Diogo Feijó, Antonio Mariano de Azevedo Marques, Antonio Carlos Nogueira, dentre outros, tinha assim como ela (a Bucha), missão de angariar fundos para a manutenção das brilhantes mentes, dar suporte a eles e captar essas brilhantes mentes de São Paulo para a Maçonaria, cingindo com a propagação da função social do advogado.

Citando José Castellani²⁰, podemos ver como o Curso de Direito, ora, se tornava uma extensão da maçonaria, pois seus personagens e as questões da época que os afligiam, eram os mesmos da Academia e da Ordem, lentes e alunos freqüentavam os mesmos âmbitos:

Antônio Carlos - sobrinho de José Bonifácio de Andrada e Silva - Venerável Mestre (Presidente) da Loja América, era lente da Faculdade de Direito e Rui, seu aluno. Apesar disso, este, assumindo o cargo de Orador da Loja, entrava, muitas vezes, em choque com a opinião do mestre, em Loja, principalmente em torno do movimento pela abolição da escravatura no Brasil, expondo suas idéias e fundamentando a sua discordância, com absoluto destemor, apesar de se expor a represálias no âmbito da Faculdade. Felizmente, Antônio Carlos era um homem de grande equilíbrio e descortino e entendeu as razões do seu aluno, jamais levando assuntos de Loja para outros locais.

A formação dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, também se dava extracurricularmente, através dos círculos de romantismo, com grande apego das idéias liberais. Havia uma educação informal nos corredores da Arcada, de ideais

²⁰ CASTELLANI, José. *Piratininga - História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000.

influenciados pela maçonaria. Maçonaria e Academia se confundiam em espaço social e espaço acadêmico. Onde uma começava? Onde outra terminava?

Longe de ser simples, essa confusão, proporcionou uma sociabilidade, pelas Lojas, que contribuiu para a construção e mobilização das diversas forças sociais, não somente um canal de propagação do ideário liberal, que era o mote dos estudantes de direito, mas como espaço de construção de uma cultura política marcada pela prática do debate, da representação, da elaboração de leis e da substituição do nascimento pelo mérito como fundamento. Enfim, a Maçonaria, nesse contexto, foi também um espaço acadêmico, contribuindo na educação de diversos líderes, que no objeto dessa monografia, vale citar, comporão a lista dos maiores abolicionistas da história do Brasil, e o que todos esses ilustres maçons tinham em comum? A Bucha e o Curso de Direito: Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Eusébio de Queiroz, José do Patrocínio e Luiz Gama, dentre outros.

Finalizando com José Carlos²¹, para entender o alcance da atuação da maçonaria na formação dessa elite de bacharéis, cito sua lista de maçons ilustres:

²¹ FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX*. 2005. 180 fls. Dissertação (Mestrado área de concentração Direito, Estado e Cidadania). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Nome	Bucheiro ¹⁴²	Maçom	Outros Dados
ABELARDO VERGUEIRA CESAR	X	?	
ADEMAR PEREIRA DE BARROS	X	X	MÉDICO E POLÍTICO
AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENA	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
AFONSO ARIHOS DE MELO FRANCO	X	X	JURISTA
AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO - VISCONDE DE OURO PRETO	X	X	DEPUTADO PROVINCIAL — MINISTRO DA FAZENDA DO IMPÉRIO (1879) — MEMBRO DA ABL
AFRÂNIO DE MELLO FRANCO	X	X	PROMOTOR — POLÍTICO — JUIZ NA CORTE DE HAIA
ALCIDES VIDIGAL	X	X	PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL
ALEXANDRINO DOS PASSOS OURIQUE	X	?	FUNDADOR DA BUCHA — PROFESSOR DA FD DO LARGO DE SÃO FRANCISCO
ALTINO ARANTES	X	X	PRIMEIRO PRESIDENTE BRASILEIRO DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1926- 1930)
ÁLVARES DE AZEVEDO	X	-	ABOLICIONISTA
ÁLVARO AMARAL	X	-	
AMÉRICO BRASÍLIO DE CAMPOS	X	X	JUIZ - POLÍTICO
AMÉRICO BRASILIENSE DE ALMEIDA E MELO	X	X	MINISTRO DO STF
ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROGA	X	X	JURISTA E POETA
ANTÔNIO CARLOS DE ABREU SODRÉ	X	X	FUNDADOR DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ACADÊMICA XI DE
			AGOSTO — SP - 1919
ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA	X	X	
ANTÔNIO GONTIJO DE CARVALHO	X	X	ESCRITOR - POLÍTICO
ANTÔNIO FREDERICO DE CASTRO ALVES	X	X	POETA - ABOLICIONISTA
ANTÔNIO JOAQUIM RIBAS	X	X	JURISTA — CONS. IMPÉRIO
ANTÔNIO MAIA DE MOURA	X	-	
ANTÔNIO MARIANO DE AZEVEDO MARQUES	X	X	FUNDADOR DA BUCHA
ARTHUR DA SILVA BERNARDES	-	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ASSIS BRASIL	X	?	DIPLOMATA - POLÍTICO
AURELIANO LESSA	X	-	POETA - ADVOGADO
AZEVEDO MARQUES	X	-	
BARÃO DE PENEDO — FRANCISCO MÁCIO DE CARVALHO MOREIRA	-	X	DIPLOMATA NO SEGUNDO REINADO — PRIMEIRO BRASILEIRO A SER DOUTORADO EM OXFORD
BASÍLIO DOS SANTOS	X	-	
BRASÍLIO MACHADO	X	-	PROFESSOR DA FACULDADE DE DIREITO E PRECURSOR DA CADEIRA DE MEDICINA LEGAL — CONTEMPORÂNEO DE RUI BARBOSA, CASTRO ALVES, AFONSO PENA, DENTRE OUTROS

BERNARDINO JOSÉ DE CAMPOS ¹⁴³	X	X	PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO POR DUAS VEZES. FOI MINISTRO DA JUSTIÇA, INTERINO, JORNALISTA, SENADOR FEDERAL E MINISTRO DA FAZENDA — SÉC. XIX
BERNARDO GUIMARÃES	X	-	JUIZ DE DIREITO
BIAS FORTE ¹⁴⁴	X	-	GOVERNADOR DO ESTADO DE MG
CAMPOS SALLES	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
CÂNDIDO MOTA	X	X	PARTICIPOU DA REVOLUÇÃO DE 1932 — MEMBRO DA ABL E DO IAB
CARLOS LACENDA	X	-	POLÍTICO - RJ
CÉSAR VENGUEIRO	X	-	PRESIDENTE DO PSD
DAVID MORETZOH CAMPISTA	X	X	MINISTRO DA FAZENDA DO PRIMEIRO GOVERNO REPUBLICANO
DELFIN MOREIRA		X ¹⁴⁵	VICE-PRESIDENTE DA REP.
EDUARDO TELLES PEREIRA	X	X	FORMADO PELAS ARCADAS — MEMBRO DO CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO
ENASMO M. BONER	X	-	
ERNESTO LEME	X	-	
EUSÉBIO DE QUEIROZ C. M. DA CÂMARA	-	X	ABOLICIONISTA — IDEALIZADOR DA LEI QUE PROIBIA O TRÁFICO DE ESCRAVOS (LEI EUZÉBIO DE QUEIROZ)
FAGUNDES VARELA	X	X	POETA — FORMADO PELAS ARCADAS
FALCÃO SENIOR	X	-	
FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA BUENO	X	X	PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL — SEGUNDO REINADO
FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FRANCISCO GÉ DE ACAYABA MONTEZUMA ¹⁴⁶	-	X	FUNDADOR DO IAB — MAÇOM ATIVO E FUNDADOR DO SUPREMO CONSELHO DO RITO ESCOCÊS PARA O BRASIL
FRANCISCO GLICÉRIO DE CERQUEIRA LETTE ¹⁴⁷	X	X	MINISTRO DA AGRICULTURA NO GOVERNO PROVISÓRIO — MEMBRO DO GRUPO REPUBLICANO DE CAMPINAS
FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO GUIMARÃES	X	-	ESCRITOR
FRANCISCO MORATO	X	X	
FRANCISCO OTAVIANO	X	X	JORNALISTA - POLÍTICO
FRANCISCO RANGEL PESTANA	X	X	FAZENDEIRO DE CAFÉ — PARTICIPOU DA CONVENÇÃO DE ITU - 1874

FREDERICO ABRANCHES	-	X	REPUBLICANO — ASSINA A ATA DE ADESAO À REPÚBLICA (SÃO PAULO, 18 DE NOVEMBRO DE 1889)
FREDERICO VENGUEIRO STEIDEL	X	-	FUNDADOR DA LIGA NACIONAL - 1917
GABRIEL REZENDE ROCHA	X	X	
HENRIQUE BAYNA	X		29.dez.1936 ASSUME PROVISORIAMENTE O GOVERNO DE SÃO PAULO
HERMES RODRIGUES DA FONSECA	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ILDEFONSO XAVIER FERREIRA	X	?	ESTUDANTE DAS ARCADAS. CLÉRIGO, LECIONOU NA MESMA FACULDADE TEOLOGIA MORAL, LATIN, RETÓRICA E FILOSOFIA.
			TEVE COMO CONTEMPORÂNEO O CONS. PE. DR. MANUEL JOAQUIM DO AMARAL GURGEL (DIRETOR ENTRE OS ANOS DE 1858-1864). OBTVEVE 60 VOTOS NA PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA DEPUTADO REPUBLICANO, TENDO A VOTAÇÃO SIDO CANCELADA. FOI DEPUTADO SUPLENTE NOS ANOS DE 1835, COM 206 VOTOS, 1840 COM 261 VOTOS. DEPUTADO EM 1842, COM 335 VOTOS
JÂNIO QUADROS	?	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
JOÃO CARDOSO DE MENEZES E SOUZA	X	-	VER BARÃO DE PARANÁ.
JOÃO LINS CANSANÇÃO DE SINIMBU	-	X	CONSELHEIRO DO IMPÉRIO, TEVE COMO SUBORDINADO O CONS. DR. CARLOS LEONCIO DA SILVA CARVALHO — DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO ENTRE OS ANOS DE 1890-1891
JOÃO PINHEIRO DA SILVA	X	-	GOVERNADOR DE MG
JOAQUIM AURÉLIO B. NABUCO DE ARAÚJO	X	X	DIPLOMATA, POLÍTICO, JORNALISTA, HISTORIADOR
JOAQUIM INÁCIO RAMALHO	X	X	DIRETOR DA FACULDADE ¹⁴⁸
JOAQUIM JOSÉ PACHECO	X	X	JUIZ DE DIREITO - POLÍTICO
JOAQUIM SALDANHA MARINHO ¹⁴⁹	X	X	PRESIDENTE DAS PROVÍNCIAS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO, NO IMPÉRIO. NA REPÚBLICA, FOI ELEITO SENADOR FEDERAL CONSTITUINTE E REELEITO EM 1894. FOI PRESIDENTE DO IAB E PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO DA CONSTITUIÇÃO DE 1891.

JOSÉ ADRIANO MARREY JÚNIOR	X	X	ADVOGADO
JOSÉ ANTÔNIO PIMENTA BUENO	X	-	DESEMBARGADOR
JOSÉ AUGUSTO GOMES DE MENEZES	X	-	FUNDADOR DA PRIMEIRA LOJA MAÇÔNICA DE SÃO PAULO — LOJA AMIZADE. ELEITO EM 1884, COM 375 VOTOS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES	X	X	DIPLOMATA. MINISTRO NOS
			GOVERNOS VARGAS E JUSCELINO
JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO	X	X	POETA - ABOLICIONISTA
JOSÉ CLEMENTE PEREIRA	?	X	JUIZ DE DIREITO - POLÍTICO
JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO	X	X	SENADOR
JOSÉ INÁCIO SILVEIRA DA MOTA	X	X	SENADOR
JOSÉ LUÍS DE ALMEIDA NOGUEIRA	X	X	SENADOR POR SÃO PAULO — 1903, PELO PRP, COM 31560 VOTOS E REELEITO EM 1910, COM 45751 VOTOS — CONSTITUINTE 1891
JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS (VISCONDE DO RIO BRANCO) ¹⁵⁰	X	X	POLÍTICO - DIPLOMATA
JOSÉ TOMAS PINTO DE CERQUEIRA	X	?	
JÚLIO DE MESQUITA	X	X	UM DOS FUNDADORES DO JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO
JÚLIO FRANK	X	?	FUNDADOR DA BUCHA
JÚLIO MARIANO GALYÃO	X	X	FUNDADOR DO ATENEU PAULISTANO, EM 1855 - BRIGADEIRO
JÚLIO PRESTES	X	-	MILITAR
LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA (CAXIAS)	-	X	MILITAR
LUÍZ MONTEIRO DE ORNELLAS	X	-	
MANOEL ALVES ALVIM	X	X	JUIZ DE DIREITO
MANOEL DE JESUS VALDETARO	X	X	MINISTRO DO STF
MANOEL DEODORO DA FONSECA ¹⁵¹	x	x	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MANOEL FERNAZ DE CAMPOS SALES	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MANIANO RODRIGUES DA SILVA NETO			
MIGUEL CALMOU DU PIN E ALMEIDA ¹⁵²	X	X	PARTICIPOU DA QUESTÃO CHRISTIE. ESTADISTA E DIPLOMATA BRASILEIRO. GRÃO MESTRE DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL
NILO PROCÓPIO PEÇANHA ¹⁵³	x	x	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ONÓRIO DE SYLOS	x	-	JORNALISTA. PARTICIPOU ATIVAMENTE DA REVOLUÇÃO DE 32
OTÁVIO MENDES	x	-	ESCRITOR
PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ	x	x	
PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA	x	-	POLÍTICO

PAULO BOMFIM	X	-	
PAULO NOGUEIRA BATISTA FILHO	X	X	
PEDRO MANOEL DE TOLEDO	X	X	MINISTRO INTERINO DO 6º PERÍODO REPUBLICANO, NA PASTA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
PEDRO BRASIL BANDECCHI	X	-	NEGA PARTICIPAÇÃO
PEDRO LESSA	X	X	PROFESSOR, JURISTA, POLÍTICO E MAGISTRADO. MINISTRO DO STF, POR DECRETO DE AFONSO PENA
PEDRO MARCONDES CHAVE	X	X	
PRUDENTE DE MORAIS E BARROS	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
QUINTINO (BOCAIÚVA) ANTÔNIO F. DE SOUZA ¹⁵⁴	X	X	NÃO CONCLUIU OS ESTUDOS NAS ARCADAS. FOI UM DOS REDATORES DO MANIFESTO REPUBLICANO. MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.
RAFAEL CORRÊA SAMPAIO	X	X	
RAUL DE ANDRADA E SILVA	X	-	JURISTA. REPUBLICANO, TENDO ASSINADO O MANIFESTO REPUBLICANO. MEMBRO DA ABL
RUI BARBOSA DE OLIVEIRA	X	X	JURISTA - POLÍTICO
SANTOS WERNECK	X	-	MEMBRO DA COMISSÃO DOS CINCO – CONST. 1891
SEBASTIÃO SOARES DE FARIAS	X	X	DIRETOR DA FACULDADE ¹⁵⁵
SPENCER VAMPRE	X	X	DIRETOR DA FACULDADE ¹⁵⁶
UBALDINO DO AMARAL FONTOURA	-	X	MINISTRO DO STF
WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES	X	X	PRESIDENTE DA REPÚBLICA

2.2. Filantropia para libertação

Tenório de Albuquerque em seu livro “*A Maçonaria e A Libertação dos Escravos*”²² informando sobre os preceitos maçônicos, logo nas primeiras páginas do livro, coloca como primeiro desses preceitos Amar a Humanidade. Uma Loja que não

²² D’ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

atua filantropicamente junto à sociedade não está integralmente cumprindo a Tríade da Ordem.

A tão proclamada “Fraternidade Maçônica”, não é apenas um sentimento entre Irmãos, ela deve ultrapassar as paredes do Templo e alcançar a Humanidade. É neste ponto em que há o encontro da “fraternidade” com a “filantropia”.

A etimologia da palavra filantropia deriva do grego (*filos*, amor e *antropos*, homem), daí significar amor pela humanidade.

Diversas foram as ações de Lojas, e também de maçons individualmente, no sentido de atenuar ou acabar com o sofrimento do negro durante a escravatura no Brasil. Tanto que se somarmos as ações empregadas pelos Irmãos e pelas Lojas, esse conjunto se verificará um grande esforço organizado em prol dos escravos no séc. XIX, realizados por membros de uma instituição, seja fundando sociedades abolicionistas, grupos radicais, jornais, comprando alforrias, financiando advogados, etc.

Vale citar agora algumas dessas ações, cuidando para que não seja meramente uma citação cronológica, mas evidenciando a amplitude e o alcance dessas ações. Verificar-se-á que em praticamente todas as regiões do país, de várias formas agiram os bodes negros²³.

A Loja Perseverança III, paulista de Sorocaba, tem em seus registros, o fato de ter sido a primeira instituição do gênero a constituir-se formal e especificamente com o objetivo de trabalhar pela abolição da escravatura e pela educação tanto dos antigos trabalhadores quanto da nascente classe operária sorocabana²⁴, em 1869, numa proposta idealizada por Ubaldino do Amaral:

Trago, subscrita por essa presidência, por Leite Penteadó e por mim, a seguinte proposição que esperamos merecer a aprovação da Oficina:

²³ Como são conhecidos popularmente os maçons no Brasil.

²⁴ Site da Loja Perseverança III, Disponível em: <<http://www.fua.org.br/p3.html>>. Acesso em: 10 fevereiro 2010.

- 1°. A loja de iniciação será de 25\$000;
- 2°. A mensalidade de 15\$000;
- 3°. Colocar-se-há na Officina uma caixa, denominada “Emancipação” na qual os iniciandos, a convite do Venerável e de qualquer Irmão quando queiram, depositarão suas offeras;
- 4°. O produto dessa caixa será exclusivamente destinado à libertação de crianças do sexo feminino, de 2 a 5 anos de idade;
- 5°. As crianças assim libertadas ficam sob a proteção da Loja;
- 6°. Serão absolutamente proibidos os banquetes, ceias, copos d’agua, que o uso tem admitido nas iniciações, devendo o Venerável convidar os recipientes para converter as quantias que dispenderiam com isso em donativos à CAIXA DE EMANCIPAÇÃO;
- 7°. Serão criadas escolas para adultos e menores. As escolas serão nocturnas e mantidas pela Officina, para o ensino gratuito das primeiras letras.²⁵

Porém, a Loja Perseverança, de Paranaguá (PR), foi a primeira tomar medidas de âmbito interno como forma de contribuir para libertação dos escravos:

À Glória do Supremo Architecto do Universo e sob os auspícios do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil, a todos os Maçons:

Resolução adoptada e promulgada em 18 de Novembro de 1867, pelo seu Venerável de Honra Perpétuo, Dr. Alexandre Busquet, Delegado do Grão-Mestre em Paranaguá:

Considerando que a missão da Maçonaria é guiar os povos no caminho da Civilização [sic], da Liberdade e do Progresso, e tornar sempre a iniciativa das medidas tendentes à felicidade do gênero humano, preenchidas as formalidades exigidas pelos artigos 257, 258 e capítulos 278 e 281, à unanimidade dos votos,

Decreta

Art. 1° - Todos os fundos, tanto da Thesouraria como de Beneficência, que excederem de seus gastos normaes, d’agora em diante, sejam empregados em libertar escravos de qualquer cor, unicamente do sexo feminino, que não tenham mais de 4 annos de idade.

Art. 2° - Todos os annos, no dia 23 de Junho, véspera da festa de São João, a Loja reunida em sessão magna procederá ao sorteio das libertadas. Os nomes das agraciadas serão profanamente publicados no dia seguinte, 24 de junho.

Art. 3° - Contemplar-se-hão somente, neste sorteio, as escravas mães de melhor conducta e residentes neste Município. A escolha dos nomes que deverão entrar na urna será feita em sessão

²⁵ CASTELLANI, José. *Os maçons e a abolição da escravatura*. Londrina: A Trolha, 1998.

economica que precedera de 23 de Junho, em Loja plena, previamente convocada pelo Venerável. (...) ²⁶

Mais tarde a "Augusta e Centenária Portadora da Cruz de Perfeição Maçônica Loja Simbólica Acácia Riograndense", fundada no dia 17 de setembro de 1876, por João Landell, um médico formado na Inglaterra, se torna a primeira desse estado a abraçar a causa abolicionista, comprando de início, cartas de alforria para cinco escravas negras, porém, essa criou a primeira Sociedade de Emancipação de Escravos do Brasil, também em março de 1869, na cidade do Rio Grande. A referida Sociedade foi uma iniciativa direta da Loja maçônica "Acácia Rio-Grandense" e tinha por finalidade a manumissão de escravas na idade fértil de procriação, entre 8 e 25 anos, essa era uma prioridade que é encontrada em diversas sociedades emancipadoras maçônicas. Seu idealizador foi o maçom João Frick. Quem conta sobre os estatutos dessa Sociedade é Carmem G. Burgert Schiavon, Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no seu artigo "A primeira sociedade de emancipação de escravos do Brasil" ²⁷:

Art. 1º - O fim da sociedade é promover a emancipação de escravos na província do Rio Grande.

Art. 3º - Cada sócio tem a obrigação de angariar subscritores para a sociedade.

Art. 4º - A contribuição anual é de 6\$000 para o fundo de emancipação.

Art. 5º e 6º - Todo o fundo de emancipação é para alforriar escravas; quaisquer despesas miúdas de anúncios, impressos etc., são por conta dos sócios fundadores; - só poderão ser alforriadas escravas entre oito e vinte e cinco anos.

Art. 7º - A alforria será por sorteio sobre o número de ordem das escravas matriculadas; e estas para se habilitarem contribuirão com 5\$000 réis, e trarão o consentimento de seus senhores e a declaração da quantia que estes pretendem pela liberdade.

²⁶ IDEM.

²⁷ SCHIAVON, Carmem G. Burgert. A primeira sociedade de emancipação de escravos do Brasil. 4º. *Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Curitiba, 1, 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/CarmenSchiavon.pdf>>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

Art. 9º 10º 11º - O sorteio terá lugar cada vez que haja dinheiro para uma alforria; e logo que à escrava saia a sorte da liberdade, a Diretoria da Sociedade tratará com o senhor sobre o preço da alforria; se não chegarem a um acordo, entrará o número outra vez para a urna, e se procederá a novo sorteio.

Carmem G. Burgert não conseguiu encontrar os estatutos por completo, e informa que para realizar a sua matrícula junto à Sociedade de Emancipação, a escrava deveria pagar uma espécie de taxa de inscrição no valor de 5\$000 réis e apresentar uma carta com a autorização do seu proprietário para a realização de sua inscrição junto à Sociedade (o valor a ser pago por sua alforria também deveria constar nesta carta). Continua Carmem:

A forma para a realização da libertação, como previa o estatuto, consistia no sorteio, e assim o fizeram. O primeiro número contemplado foi o três, que pertencia à escrava Amélia (sua proprietária solicitava a quantia de 2:000\$000 para sua libertação); o outro número sorteado foi o oito, pertencente à escrava Cecília, a qual seria libertada mediante o pagamento de 800\$000 réis. Após os sorteios, partiram o Sr. João Landell (presidente da Sociedade) e o Sr. João Frick para a compra das alforrias das respectivas escravas.

A primeira visita foi à residência de Clara Vieira de Castro, proprietária da escrava Amélia. Na conversa com D. Clara, disseram-lhe que a diretoria da Sociedade havia decidido pagar, pela libertação da referida escrava, a quantia de 1:200\$000 réis (mesmo sabendo que a exigência da proprietária era de 2:000\$000 réis). A proprietária salientou que esse ponto não importava, pois, como estimava muito o trabalho da mucama, não pretendia libertá-la e que só havia permitido a sua inscrição, porque a mesma tinha insistido muito e que o fizera “por condescendência com a escrava, mas nunca com a idéia de que a sociedade a emancipasse”.

Diante dessa circunstância, o número da escrava Amélia foi novamente repostado e procedeu-se a novo sorteio. Para surpresa, outra vez foi sorteado o número três, ou seja, o da referida escrava. Como forma de solucionar o problema, os organizadores pensaram, inicialmente, na devolução dos 5\$000 da mucama Amélia e na sua retirada do sorteio, tendo em vista que a Sociedade, conforme os estatutos, não poderia pagar mais de 1:2000\$000 réis. Entretanto, a Sociedade rejeitou esta proposta e resolveram expor o acontecido à proprietária da escrava.

Contudo, de acordo com o relato de João Frick, logo a escrava Amélia ficou sabendo do ocorrido e ela mesma conseguiu, em apenas 3 dias, a quantia de que precisava para a compra da sua libertação (os 800\$000 réis que estavam faltando).

Não é difícil encontrar em atas de Lojas maçônicas, sempre numa ocasião festiva, ou em inaugurações a distribuição de alforrias, exemplo da Ata de fundação da Loja Philantropia e Liberdade:

Aos dezoito dias do mês de setembro de 1835 E.: V.: e 5835 V.: L.:, reunidos em sua sede, sito à Rua da Igreja, nº 67, em lugar Claríssimo, Forte e Terrível aos tiranos, situado abaixo da abóbada celeste do Zenith, aos 30° sul e 5° de latitude da América Brasileira, ao Vale de Porto Alegre, Província de São Pedro do Rio Grande, nas dependências do Gabinete de Leituras onde funciona a Loj.: Maç.: Philantropia e Liberdade, com o fim de, especificamente, traçarem as metas finais para o início do movimento revolucionário com que seus integrantes pretendem resgatar os brios, os direitos e dignidade do povo Riograndense. A sessão foi aberta pelo Ven.: Mestre, Ir.: Bento Gonçalves da Silva. Registre-se, a bem da verdade, ainda as presenças dos Ir.: José Mariano de Mattos, ex- Ven.:, José Gomes de Vasconcellos Jardim, Pedro Boticário, Vicente da Fontoura, Paulino da Fontoura, Antônio de Souza Neto e Domingos José de Almeida, o qual serviu como secretário e lavrou a presente ata. Logo de início o Ven.: Mestre, depois de tecer breves considerações sobre os motivos da presente reunião, de caráter extraordinário, informou a seus pares que o movimento estava prestes a ser desencadeado. A data escolhida é o dia vinte de setembro do corrente, isto é, depois de amanhã. Nesta data, todos nós, em nome do Rio Grande do Sul, nos levantaremos em luta contra o imperialismo que reina no país. Na ocasião, ficou acertada a tomada da capital da província pelas tropas dos Ir.: Vasconcellos Jardim e Onofre Pires, que deverão se deslocar desde a localidade de Pedras Brancas, quando avisados. Tanto Vasconcellos Jardim como Onofre Pires, ao serem informados, responderam que estariam a postos, aguardando o momento para agirem. Também se fez ouvir o nobre Ir.: Vicente da Fontoura, que sugeriu o máximo cuidado, pois certamente, o Presidente Braga seria avisado do movimento. O Tronco de Beneficência fez a sua circulação e rendeu a medalha cunhada de 421\$000, contados pelo Ir.: Tes.: Pedro Boticário. Por proposição do Ir.: José Mariano de Mattos, o Tronco de Beneficência foi **destinado à compra de uma Carta da Alforria de um escravo** de meia idade, no valor de 350\$000, proposta aceita por unanimidade. Foi realizada poderosa Cadeia de União, que pela justiça e grandeza da causa, pois em nome do povo Riograndense, lutariam pela Liberdade, Igualdade e Humanidade, pediam a força e a proteção do G.: A.: D.: U.: para todos os Ir.: e seus companheiros que iriam participar das contendas. Já eram altas horas da madrugada quando os trabalhos foram encerrados, afirmando o Ven.: Mestre que todos deveriam confiar nas LL.: do G.: A.: D.: U.: e, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, do que eu, Domingos José de Almeida, Secretário, tracei o presente Balaústre, a fim de que a história, através dos tempos, possa registrar que um grupo de maçons, homens livres e de bons costumes, empenhou-se com o risco da própria vida, em restabelecer o reconhecimento dos

direitos desta abençoada terra, berço de grandes homens, localizada no extremo sul de nossa querida Pátria. Oriente de Porto Alegre, aos dezoito dias do mês de setembro de 1835 da E.: V.:., 18º dia do sexto mês, Tirsi, da V.: L.: do ano de 5835. Ir Domingos José de Almeida – Secretário.²⁸

O mesmo podendo-se dizer, do outro canto do país, da “Fraternidade Cearense”, conforme Tenório D’Albuquerque²⁹:

A Loja Maçônica “Fraternidade Cearense”, onde estavam alistadas a nobreza e a opulência de Fortaleza, alforriava a bom preço, nas suas festas levas inteiras de cativos, e nas famílias de maçons os grandes regozijos eram registrados com cartas de liberdade. Sucessivas eram as subscrições populares para o mesmo fim, e de sua parte, o governo deu o ponto alto instituindo um fundo especial de 15 contos de réis por ano, para a manumissão de cem escravos que fossem nascendo e levados à pia batismal, de preferência do sexo feminino, (Lei nº 1.254, de 28 de dezembro de 1868).

O Ceará foi o primeiro estado a abolir a escravidão, em conseqüência da sua forte participação, o presidente do estado, Dr. Sátiro Dias, foi afastado do governo do Ceará pelo Conselheiro Lafayette. Ainda sobre a atuação no Ceará, Tenório D’Albuquerque continua:

Governava o Ceará, o maçon Dr. Sátiro Dias. A Maçonaria do Ceará, também se condoera da situação aflitiva dos escravos, comungava com eles, em sua imensa dor, compartilhava moralmente de seus suplícios. Era intenso, eficiente, diuturno, o trabalho maçônico, em prol da libertação da escravatura. Reuniram-se os maçons para epilogar a tragédia dos africanos. Tomaram uma deliberação decisiva e, no dia 25 de março de 1884, o Dr. Sátiro Dias

²⁸ Wikisource: Ata Nº 67 da Loja Maçônica Philantropia e Liberdade. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Ata_N%C2%BA_67_da_Loja_Ma%C3%A7%C3%B4nica_Philantropia_e_Liberdade>. Acesso em 02 fevereiro 2010.

²⁹ D’ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

assinava um decreto extinguindo a escravidão no Ceará, emancipando todos os seus escravos restantes, nada menos de 19.588.

Mais curioso foi a atuação da Sociedade Cearense Libertadora, fundada em 1880, contando com 225 sócios no momento da fundação. Seu membro, João Cordeiro, protagonizou uma ação que havia começado com um juramento em cima de um punhal, que ele havia atirado sobre a mesa numa reunião maçônica. Os que juraram, prometeram matar ou ser morto em bem da abolição. Os estatutos da revolucionária organização maçônica eram resumidos: Art. 1º Um por todos e todos por um; Parágrafo Único – A Sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance. Os sócios ainda tomaram nomes de guerra. Juntar-se-á a essa sociedade Francisco José do Nascimento, mais conhecido como Dragão do Mar, que liderou um movimento de recusa de embarques de escravos nas praias do Ceará. Além desses atos mais extremos, como furto de negros, a sociedade também fundou o jornal “Libertador”.

Foi Mossoró, no Rio Grande do Norte, a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão. Também lá a participação da maçonaria foi relevante. A idéia de fundar uma sociedade libertadora veio do Ceará, quando o casal Romualdo Lopes e D. Amélia Dantas, chegaram em Mossoró em 1882, trazendo uma mensagem da maçonaria de Fortaleza para a de Mossoró. Essa mensagem concitavam os maçons a ingressarem na luta à favor dos negros.

(...) E foi o próprio Romualdo que promoveu a fundação da "Libertadora Mossoroense", entidade criada para esse fim.

Na noite de 24 de dezembro de 1882, véspera de natal, há uma sessão solene na Maçonaria destinada a alforriar as escravas Herculana, pertencente à viúva Irinel Soter Caio Wanderley e Luzia, da firma Cavalcanti & Irmãos. No momento em que alforriavam estas escravas, D. Amélia Dantas, num rasgo de entusiasmo, se ergue da

cadeira e beija chorando as escravas libertas. Despertava, nesse momento, para a imortalidade.³⁰

1871
VISCONDE
RIO-BRANCO
BAHIANO.

LIBERTADOR

ORGAN DA SOCIEDADE CEARENSE
LIBERTADORA

1852
DR. PEDRO
DA SILVA GUIMARÃES
CEARENSE.

Anno IV.

Fortaleza,—Terça-feira 25 de Março de 1884.

N. 63.

HOMENAGEM A PROVINCIA DO CEARÁ PELA LIBERTAÇÃO TOTAL DOS SEUS ESCRAVISADOS.

SOCIEDADE PERSISTÊNCIA E FORTEZ.

MUNICIPIOS LIVRES
QUADRO DE LUZ

A escravidão é um roubo.

MUNICIPIOS LIVRES	Data de sua libertação	Escravos libertados em 1884
1 Acampop	1 de Janeiro de 1888	115
2 S. Francisco	2 de Fevereiro	227
3 Parnaíba	5 de Março	219
4 Itaueira	20 de Maio	793
5 Mucambo	24 de Maio	847
6 S. José	24 de Maio	473
7 Fortaleza	24 de Maio	449
8 Mombaça	24 de Maio	127
9 Aquidauana	24 de Maio	427
10 Parnaíba	27 de Setembro	465
11 Viçosa	4 de Outubro	323
12 Guaiabara	4 de Outubro	546
13 Pombal	11 de Outubro	135
14 S. José do Bonfim	22 de Dezembro	133
15 S. João	31 de Dezembro	159
16 S. Paulo	31 de Dezembro	565
17 S. José do Bonfim	31 de Dezembro	339
18 S. José do Bonfim	1 de Janeiro 1884	939
19 S. José do Bonfim	1 de Janeiro	243
20 S. José do Bonfim	2 de Janeiro	619
21 S. José do Bonfim	3 de Janeiro	349
22 S. José do Bonfim	4 de Janeiro	1159
23 S. José do Bonfim	5 de Janeiro	349
24 S. José do Bonfim	6 de Janeiro	798
25 S. José do Bonfim	7 de Janeiro	654

SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA
FUNDADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 1880.

José Coelho
José Coelho do Amaral
Dr. Frederico A. Borges
Antônio Ribeiro de Menezes
Antônio Ribeiro de Menezes
José Timotheo do Castro
Justino de Souza
De Alabio Alborn Adams
José Felles Martiros
Jato Carlos de Silva Anty
Padre João A. de Faria
Isaac Anacleto
Francisco A. do Nascimento
Francisco Lopes d'Amorim
D. Pedro A. Borges
José Alvaro Filho
Alcides B. Salgado
Felipe de Amadeu Simões
Antônio Lopes Veiga
Augusto Dias de Rocha
Lacerdoso Diniz
Antônio Anacleto
W. J. Ayres

SOCIEDADE DAS CEARENSES LIBERTADORAS

MUNICIPIOS LIVRES
QUADRO DE LUZ

A escravidão é um roubo.

MUNICIPIOS LIVRES	Data de sua libertação	Escravos libertados em 1884
26 S. José do Bonfim	25 de Janeiro de 1884	611
27 S. José do Bonfim	26 de Janeiro	791
28 S. José do Bonfim	27 de Janeiro	413
29 S. José do Bonfim	28 de Janeiro	807
30 S. José do Bonfim	29 de Janeiro	357
31 S. José do Bonfim	30 de Janeiro	449
32 S. José do Bonfim	31 de Janeiro	449
33 S. José do Bonfim	1 de Fevereiro	413
34 S. José do Bonfim	2 de Fevereiro	413
35 S. José do Bonfim	3 de Fevereiro	413
36 S. José do Bonfim	4 de Fevereiro	413
37 S. José do Bonfim	5 de Fevereiro	413
38 S. José do Bonfim	6 de Fevereiro	413
39 S. José do Bonfim	7 de Fevereiro	413
40 S. José do Bonfim	8 de Fevereiro	413
41 S. José do Bonfim	9 de Fevereiro	413
42 S. José do Bonfim	10 de Fevereiro	413
43 S. José do Bonfim	11 de Fevereiro	413
44 S. José do Bonfim	12 de Fevereiro	413
45 S. José do Bonfim	13 de Fevereiro	413
46 S. José do Bonfim	14 de Fevereiro	413
47 S. José do Bonfim	15 de Fevereiro	413
48 S. José do Bonfim	16 de Fevereiro	413
49 S. José do Bonfim	17 de Fevereiro	413
50 S. José do Bonfim	18 de Fevereiro	413
51 S. José do Bonfim	19 de Fevereiro	413
52 S. José do Bonfim	20 de Fevereiro	413
53 S. José do Bonfim	21 de Fevereiro	413
54 S. José do Bonfim	22 de Fevereiro	413
55 S. José do Bonfim	23 de Fevereiro	413
56 S. José do Bonfim	24 de Fevereiro	413
57 S. José do Bonfim	25 de Fevereiro	413
58 S. José do Bonfim	26 de Fevereiro	413
59 S. José do Bonfim	27 de Fevereiro	413
60 S. José do Bonfim	28 de Fevereiro	413
61 S. José do Bonfim	29 de Fevereiro	413
62 S. José do Bonfim	30 de Fevereiro	413
63 S. José do Bonfim	31 de Fevereiro	413
64 S. José do Bonfim	1 de Março	413
65 S. José do Bonfim	2 de Março	413
66 S. José do Bonfim	3 de Março	413
67 S. José do Bonfim	4 de Março	413
68 S. José do Bonfim	5 de Março	413
69 S. José do Bonfim	6 de Março	413
70 S. José do Bonfim	7 de Março	413
71 S. José do Bonfim	8 de Março	413
72 S. José do Bonfim	9 de Março	413
73 S. José do Bonfim	10 de Março	413
74 S. José do Bonfim	11 de Março	413
75 S. José do Bonfim	12 de Março	413
76 S. José do Bonfim	13 de Março	413
77 S. José do Bonfim	14 de Março	413
78 S. José do Bonfim	15 de Março	413
79 S. José do Bonfim	16 de Março	413
80 S. José do Bonfim	17 de Março	413
81 S. José do Bonfim	18 de Março	413
82 S. José do Bonfim	19 de Março	413
83 S. José do Bonfim	20 de Março	413
84 S. José do Bonfim	21 de Março	413
85 S. José do Bonfim	22 de Março	413
86 S. José do Bonfim	23 de Março	413
87 S. José do Bonfim	24 de Março	413
88 S. José do Bonfim	25 de Março	413
89 S. José do Bonfim	26 de Março	413
90 S. José do Bonfim	27 de Março	413
91 S. José do Bonfim	28 de Março	413
92 S. José do Bonfim	29 de Março	413
93 S. José do Bonfim	30 de Março	413
94 S. José do Bonfim	31 de Março	413

A Libertadora.

Cuidado pela illustre associação — LIBERTADORA CEARENSE — para escrever algumas palavras, a fim de serem transcriptas em seu jornal por occasião do memoravel dia 25 de Março, peço que incommodos de saúde não me permitam externar os sentimentos que inundam meu coração em relação ao grande, nobre e unico facto, que verdadeiramente torna esta Província — a primeira do Imperio, entretanto posso chamar feliz a mesma enfermidade, que me proporcionou occissão para possivelmente assistir ao acontecimento, que registou nos fastos do Imperio do Brazil, hussara a posteridade com honra dos que tiveram o asombroso commettimento, que forte e suave-mente fez inscrever a palavra — NÃO HA MAIS ESCRAVOS NO CEARÁ —.

Foi te saudado, pois, oh Ceará! Possas as outras tuas irmãs do Imperio, imitando o teu generoso exemplo, levantar o grito civilizador de — LIBERTADORA —, nobilissima lida que a Igreja Catholica sempre proclamou.

Pago votos para que aquellas provincias, que me são mais caras, como a em que tanto o beryo, e a em que to-nho minha residencia official sejam muito de perto os seus passos na senda do progresso. São estes os desejos do amigo do Ceará.

† LUIZ ARCANJO DA BARRA.

Parabéns ao Ceará.

Ja não é uma utopia, é uma realidade a redempção dos captivos na Provincia do Ceará! É bem uma só gota de sangue se derramou, e nom a ordem social se perturba!

Muito bem, caros diocanos!

A religião e a patria não podem ser indifferentes a este facto; esta reservará uma pagina do sua historia para n'ella registrar, aquella, por inter-medio de seus Ministros, entoadi canticos no Senhor por tão boa nova.

É o vasso Bispo, mais cõdo de que passava, terá a inextinguivel alegria de entoar o Te-Deum laudamus em oculo de grupp ao Teo-Deodoro, por tão grande beneficio.

† JOAQUIM, BISPO DO CEARÁ.

Aos Libertadores.

Apreciando o movimento abolicionista no Ceará perante a assembléa legislativa provincial, termino dizendo as seguintes palavras em outubro do anno passado:

« Continuemos assim, amparados á lei, ao direito e á razão, e não tardará o dia em que o Ceará possa, a primeira entre suas irmãs, e no som dos hymnos gloriosos da victoria final, gravar em suas fronteiras a luminosa legenda de — PROVINCIA LIVRE! »

Pois bem: o dia 25 de Março de 1884 vem justificar as minhas esperanças, glorificando no mesmo tempo o brioso povo Cearense.

SATHO DIAS.

Ao Ceará

O dia 25 de Março de 1884 marcou na historia patria uma dia grandiosa e immorrelou-ra, pois relembra a redempção dos captivos n'este brioso provincia.

Este exemplo, dado pelo Ceará, será um poderoso incentivo ás suas irmãs do Norte e Sul do Imperio, para que, imitando-a, possam dentro do mais curto espaço de tempo, formarem uma só Constellação, ou-tar o hymno da verdadeira confederatização de todos os brasileiros.

Que o grito do Ceará, como o do Ypiranga, seja repetido desde o Amazonas até o Prata.

João dos Reis de Souza Dantas Filho.

O Ceará Progresso.

Não se pode ser indifferente ao progresso com os povos civilizados á prova da nobreza dos sentimentos patrióticos de seus filhos, que devem se mostrar sempre mais dignos, e merecedores da admiração geral.

Felicitô a minha honrada provincia pelo heroismo com que realizou a redempção de seus captivos; felicito a opinião publica cearense pela consummção de seus desejos; felicito a todos que já se des-embarcaram na conquista da liberdade, que é condição principal do tráfico e do bem estar de todos.

Para conhecer-o o que vale o Ceará actualmente, basta dizer-se que o que elle é, deveo-se a seus esforços.

BARÃO DE IPIRANGA.

Avante!

O dia de hoje não é o termo do descanço, quando o batalhador fatigado encosta as armas e repousa sobre as louros e a memoria de seus feitos, ao contrario o signal oqueante de que a lucta vai principiar implacavel e terrivel, como terrivel a implacavel são os inimigos da liberdade.

O Ceará não deve o oio poder estacionario e coberto de gloria no meio do império, que contempla a admiração. A sua missão é maior e mais sublime, é levar a todos os captivos de todas as provincias, que gozam oppresões pela tyrannia a reivindicação dos seus direitos de homem.

Estacionar agora é morrer, pois as grandes ideias não têm metras palavras, nem as revoluções humanitarias mais conquistadas. Tudo ou nada O Ceará Livre e o Ceará egoista são causas incompativeis.

O dia de hoje, que tão justamente exalta o nosso patriotismo

2- Capa do Jornal "Libertador", de 25 de março de 1884.

³⁰ GERALDO, Maia. Tributo à uma abolicionista. *O Mossoroense*, Mossoró, fevereiro de 2009, Nossa História. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/omossoroense/200902/geraldo.htm>. Acesso em: 27 janeiro 2010.

Portanto a idéia não foi original de Mossoró, ela foi exportada de Fortaleza pela maçonaria. Embora em Mossoró a libertação tivesse vindo antes do Ceará.

Mas essas sociedades libertadoras, e outros empreendimentos, fundados por maçons, não eram constituídos somente por maçons, mas também pelos que não eram, pois uma sociedade não maçônica, embora dirigida por maçons, poderia congrega mais participantes e essa conexão traria mais força à luta. Sobre isso encontramos um paralelo com o livro de Tenório D’Albuquerque³¹:

A idéia da abolição da escravatura vingou em Mossoró. Os mossoroenses abraçaram-na com entusiasmo, especialmente a Loja Maçônica 24 de Junho que naquela época (1882), estava em pleno florescimento. (...) Ainda assim em 1882 eram alforriados os primeiros escravos, pela verba do “fundo de emancipação” e por donativos de particulares, membros da Sociedade da Maçônica 24 de Junho.

(...)

Por iniciativa da Loja 24 de Junho, fundada em 1873. Criou-se a Sociedade Libertadora Mossoroense, em 6 de janeiro de 1883. A sua primeira diretoria ficou assim constituída: Joaquim Bezerra da Costa, presidente; **Romualdo Lopes Galvão**, vice dito; Dr. **Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque**, secretário; Cel. Francisco Gurgel de Oliveira; **Manuel Cirilo dos Santos, Salvador Bráulio de Albuquerque Montenegro, Manoel Benício de Melo**, Conrado Maia (era o suíço Meyer), **Francisco Romão Figueira**.

Eram maçons, os que estão grifados. Como se vê predominavam na diretoria os elementos da Maçonaria.

Em São Paulo, novamente é citada a Loja América por sua ação libertadora, dessa vez por Elciene Azevedo³², vale notar a característica urbana predominante no movimento abolicionista:

As lojas maçônicas situadas nos núcleos suburbanos também se constituíram em importantes espaços de discussões e ações antiescravistas. Sem apresentarem o radicalismo das associações

³¹ D’ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

³² AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz da Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

libertadoras surgidas nos últimos anos da escravidão brasileira, auxiliavam escravos a conquistarem suas alforrias. A Loja América, estabelecimento comercial localizado em São Paulo, mantinha um fundo dedicado à emancipação de escravos e também financiava ações de liberdades. A loja direcionava os advogados pertencentes à maçonaria para defenderem os escravos requerentes e pagavam os encargos judiciais.

Como veremos mais adiante, um desses advogados, como citado por Elciene Azevedo, foi Luiz Gama. E aqui cabe ressaltar, o suporte dado aos abolicionistas maçons, no caso de Gama de apoiá-lo e através da bucha mantê-lo na faculdade de Direito; no caso de José do Patrocínio ajudando nos custos da viagem ao Ceará em 1882, para incentivar aquela campanha abolicionista.

Na mesma linha nos informa sobre Vitória, no Espírito Santo, Mariana de Almeida Pícoli, em sua Dissertação de mestrado³³:

Destacam-se neste contexto as irmandades religiosas e a loja maçônica União e Progresso, ambos locais de encontro dos membros da elite. A loja maçônica representou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão em Vitória. Entre seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos os redatores dos principais jornais antiescravistas da capital o *Jornal da Victoria* e o *A Província do Espírito Santo*, respectivamente. Este último em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da maçonaria e contando com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros representantes engajados na campanha contra a escravidão. Afonso Cláudio, figura de destaque do movimento abolicionista, embora não fosse maçom, lecionava no Liceu da loja maçônica União e Progresso como professor de História.³⁴

³³ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Idéias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 fls. Dissertação (Mestrado Centro de Ciências Humanas e Naturais). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

³⁴ IDEM.

Abraham Sena Baze, historiador e diretor do Instituto Cultural Fundação Rede Amazônica, conta, como outro exemplo, a atuação da maçonaria no Amazonas:

Na alforria cearense, aquele Estado possuía cerca de 35 mil escravos, enquanto que no Amazonas só existiam 1501 pessoas na escravidão. Aí é necessário contextualizar a presença da maçonaria nesse processo, pois os maçons trabalhavam para que a escravidão fosse extinta, inclusive comprando e dando liberdade a escravos. O interessante é que o governo amazonense daquele período dava dinheiro para que a maçonaria pudesse comprar escravos e libertá-los, tema, inclusive, de um livro que escrevi denominado *Escravidão – Amazonas e Maçonaria* escreveram sua história.³⁵

Confirmando a atuação maçônica no Amazonas escreve Tenório D’Albuquerque³⁶:

O Palácio do Governo foi o ponto da reunião dos abolicionistas, que, constituídos em assembleias, tinham os seus trabalhos dirigidos pelo próprio Presidente da Província. Foi nesta época que a Maçonaria Amazonense mais desenvolveu sua atuação. Promoveu diversos meetings e passeatas por ocasião de entregar as cartas de alforrias que obtinha pela propaganda e à custa dos seus cofres.

Nesse período que vai de 24 de abril a 10 de julho de 1884, ou sejam 77 dias de porfiadas conquistas contra o obscurantismo, a Loja Amazonas, fazendo público que abria os seus cofres para alforriar quantos escravos dos que existissem na província, e pondo a dedicação dos seus obreiros ao serviço da Liberdade, bem mereceu o título que lhe outorgara a distinção de Benemérita conferida pelo saudoso Grão-Mestre da Ordem, Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca.

Páginas à frente Tenório D’Albuquerque informa mais sobre o Amazonas:

35 BASE, Abraham Sena. Resgate da história dos portugueses na região. *Amazon View*, Amazonas. Entrevista concedida a *Amazon View*. Disponível em: <<http://www.amazonview.uol.com.br/entrevistas.php>>. Acesso em: 28 janeiro 2010.

36 D’ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A maçonaria e a libertação dos escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

A Maçonaria dispôs-se a lançar na luta impetuosamente. Comprou (o jornal) O Abolicionista Amazonense, assumiu a direção com destemor e inseriu a seguinte declaração no jornal:

“A Loja Maçônica Amazonas e a Sociedade Libertadora 25 de Março assumem de mãos dadas a propriedade, gerência e direção desta folha, para disputar palmo a palmo o campo que ainda, infelizmente, ocupam os poucos que têm a crueldade de supor-se com direito de possuir um homem, que teve a desventura de ser vítima de uma injúria do destino. A “Libertadora” e a “Amazonas” tendem para os mesmos intuitos: realizar a grande aspiração do povo amazonense, restituir o direito roubado aos cidadãos escravizados pela prepotência do obscurantismo violento e brutal dos séculos idos”.

O Amazonas aboliu a escravidão em 24 de maio de 1884. O presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues Pereira, notável jurista, à exemplo de Sátiro Dias, também demitiu o maçom e governador da província, Dr. Theodureto Souto, por ter se colocado à frente da campanha abolicionista, colocando no lugar o Cel. Joaquim Sarmiento.

Portanto, o que se pretende mostrar é como esse movimento filantrópico à favor do escravo abrangeu os quatro cantos do país e seguiu uma dinâmica parecida nesses locais, ora num movimento articulado e metuculoso.

Outro movimento importante que deve ser citado é o dos Caifazes organizado pelo maçom Antonio Bento. Sobre esse movimento a Emília Viotti informa:

Os caifazes foram organizados por Antônio Bento(...). Organizou uma sociedade secreta com sede na confraria dos homens negros da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, em São Paulo. (...)

Os caifazes denunciavam ela imprensa os horrores da escravidão, defendiam na Justiça a causa dos escravos, faziam atos públicos em favor da sua emancipação, coletavam dinheiro ara alforrias e rotegiam escravos fugidos. Suas atividades não aravam por aí.³⁷

³⁷ COSTA, Emília Viotti da. *A ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

Antonio Bento de Souza e Castro (1843-1898), filho de um farmacêutico paulistano, era visto como excêntrico por seus modos e sua aparência. Formado em Direito em 1868, Antonio Bento se tornou promotor público da comarca de Botucatu. Anos depois foi juiz municipal em Atibaia. Aos 29 anos já acumulava as funções de juiz e delegado de polícia, tornou-se figura controversa na cidade, especialmente por seus despachos favoráveis aos escravos, sustentando que era ilegal manter nessa condição os africanos introduzidos no país após as leis de 1831 e 1850. Desencadeava a fúria das elites locais quando costumava nomear abolicionistas para arbitrar o preço das cartas de alforria. Antonio Bento chegou a sofrer tentativas de assassinato, e em 1875 acabou demitido, por pressão dos desafetos.

Radicado em São Paulo desde 1877, dedicando-se à advocacia e ao jornalismo – vale citar aqui que, entre outros, do jornal *A Redenção* –, e nesse jornal conhece o abolicionista Luiz Gama em 1880. Dois anos depois juraria, diante do túmulo do amigo, ocupar seu lugar à frente da luta contra a escravidão. Mas estava disposto a agir por métodos distintos da batalha jurídica travada por Gama. Longe de suas funções oficiais, passaria de juiz a justiceiro, caindo nos braços da militância abolicionista mais aguerrida. Nascia ali a idéia de organizar os Caifazes.

E como enviavam os “libertados” para fora da cidade e outros procedimentos dos Caifazes, nos informa Maria Lucia Montes:

Negando o instrumento legal da alforria como única via de emancipação, o grupo valia-se da força e da astúcia para atacar diretamente a propriedade escrava. Para isso, contava com centenas de colaboradores anônimos. Organizados em pequenos grupos de ação nas cidades ou disfarçados de caixeiros-viajantes no interior – os chamados “cometas” –, promoviam fugas em massa das fazendas, roubavam escravos em casas de família e realizavam mirabolantes resgates em estações ferroviárias. Depois ajudavam os fugitivos a chegar a refúgios seguros, como o Quilombo do Jabaquara, organizado e mantido por abolicionistas santistas a partir de 1882, e por onde se calcula que passaram cerca de 10 mil escravos fugidos.

Um dos segredos de Antonio Bento para costurar sua vasta rede de solidariedade era circular por diferentes setores sociais. Se por um lado era integrante da Maçonaria, filiado à loja Piratininga, e provedor da poderosa Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, convivendo de perto com membros da elite, também participava ativamente das confrarias religiosas negras de Nossa Senhora do

Rosário, Santa Ifigênia e Santo Elesbão. O movimento dos Caifazes contava assim com a ação de magistrados, advogados, chefes de polícia, parlamentares, jornalistas, comerciantes, donos de armazéns, controladores da Alfândega, empregados em serviços de navegação costeira e de longo curso e até mesmo membros de famílias de fazendeiros e corretores de café, mantendo também, ao mesmo tempo, uma vigorosa rede de apoio popular.³⁸

Por fim, configurarão numa ação filantrópica as sociedades e confederações abolicionistas, onde as mais notáveis não passaram livres de ter, entre seus membros, maçons. Assim como a já citada Loja Simbólica Acácia Riograndense, que formou a primeira Sociedade de Emancipação de Escravos do Brasil, houve outras proeminentes.

Em 1880, políticos importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, maçons, criam, no Rio de Janeiro, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, inspirada na *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*, essa sociedade brasileira estimulou a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo Brasil. Essas sociedades estavam ligadas à periódicos, como o *Abolicionista*, criado em 1880 pela *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, e na redação da *Gazeta da Tarde*, do maçom José do Patrocínio, na rua Uruguaiana, no centro da cidade, organizou-se, em 1883, a *Confederação Abolicionista*, associação que patrocinou inúmeros eventos contra a escravidão no Rio de Janeiro e congregava importantes associações emancipacionistas. Curiosamente, essa Sociedade e essa Confederação tiveram André Rebouças, mais um maçom, como tesoureiro. No Recife, os alunos da Faculdade de Direito mobilizam-se, sendo fundada uma associação abolicionista por alunos como Plínio de Lima, Castro Alves, Rui Barbosa, Aristides Spínola, Rêgo Costa, dentre outros. No Rio Grande do Sul foi fundada a Sociedade Abolicionista Nabuco e no Ceará, a já citada, Sociedade Libertador Cearense.

A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista, tinham também um papel de fomentadoras para novas sociedades

³⁸ MONTES, Maria Lucia. Quando o crime compensa. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2555>>. Acesso em: 22 janeiro 2010.

abolicionistas em outras cidades e estados, serviam de modelos para outras, mantendo estreitas relações entre elas. Como nos informa Mariana de Almeida Pícoli³⁹.

Influenciados pelo Clube Radical do Rio de Janeiro, em 1868, os liberais paulistas fundaram seu próprio clube, o Clube Radical Paulistano e assim a exemplo do carioca, um ano depois criaram o jornal Radical Paulistano. As reformas políticas e sociais que defendiam eram praticamente idênticas às formuladas pelo Clube Radical do Rio de Janeiro. Entre elas, a substituição do trabalho escravo pelo livre.

Luiz Gama [maçon], um de seus mais respeitados redatores, exaltava nas páginas do jornal as iniciativas emancipacionistas do Imperador. As lojas maçônicas constituíram-se em importantes frentes de combate à escravidão. Desempenharam papel significativo no movimento emancipacionista paulista. Notadamente, a Loja América, cujos esforços filantrópicos eram reconhecidos pelos jornalistas do Radical Paulistano, teve suas ações antiescravistas propagadas nas duas décadas que antecederam à promulgação da Lei Áurea.

A loja constituiu-se em poderoso espaço de discussões favoráveis à reforma nas relações escravistas. Compareciam em suas reuniões figuras importantes do cenário emancipacionista em São Paulo, estudantes e professores da faculdade de Direito simpáticos à causa. Nomes como Rui Barbosa, José Bonifácio, o moço, Luiz Gama e Saldanha Marinho apareciam com frequência publicamente divulgando as ações da organização.

Da Loja América partia atividades variadas em prol da emancipação, pode-se destacar entre elas o financiamento de ações de liberdade para escravos contra seus senhores; a concessão de alforrias, compradas com verbas do fundo de emancipação que mantinha através de doações de seus sócios e membros; e ainda, possuía uma associação libertadora de escravos onde promoviam diversos eventos públicos a fim de arrecadar dinheiro para manumissões e divulgar idéias antiescravistas. Consoante Elciene Azevedo, a organização estabelecia vínculos com outras associações libertadoras independentes que existiam em São Paulo, como é o caso da Sociedade Emancipadora Fraternização Primeira e a Sociedade Redentora. As medidas empreendidas pela Loja América e suas filiadas eram de caráter fundamentalmente emancipacionista, pois havia uma preocupação em não radicalizar o processo de transição do trabalho escravo para o livre. O que corrobora com o pensamento político dominante neste período e com as discussões realizadas no parlamento imperial. A concessão de liberdade através do fundo de emancipação e das ações de liberdade reforça tal concepção.

³⁹ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Idéias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 fls. Dissertação (Mestrado Centro de Ciências Humanas e Naturais). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

Ronaldo Ribeiro Jacobina também cita o papel fomentador dessas Sociedades Abolicionista na Bahia, em um artigo para a Faculdade de Medicina da Bahia (FMB)-UFBA⁴⁰:

A Sociedade Libertadora Baiana era uma organização da sociedade civil, fundada em 8 de março de 1883, que congregava os abolicionistas baianos. É possível que outros professores e estudantes abolicionistas da Faculdade também fossem membros. Em novembro de 1882, José do Patrocínio em viagem ao Ceará, um grande reduto abolicionista do país, esteve em Salvador e fomentou a criação dessa associação libertária.

Patrocínio foi recebido como herói, sendo carregado do cais ao Hotel Bonneau, onde ficou hospedado. No Liceu de Artes e Ofício fez uma conferência que terminou com um apelo aos participantes para contribuírem pela libertação de uma escrava, cujo filho tinha sido beneficiado com a Lei do Ventre Livre, de 1871.

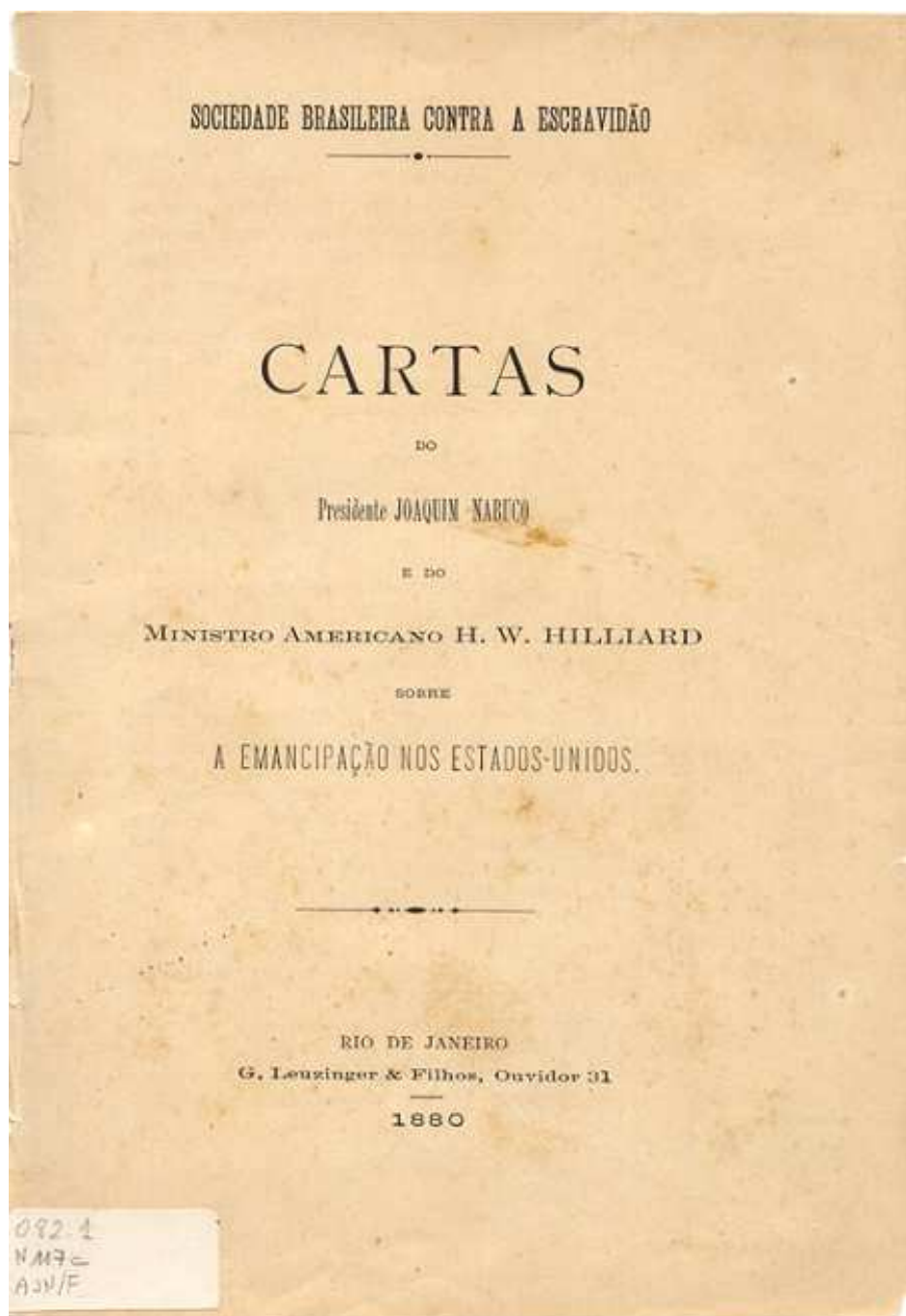
Logo depois de criada a Sociedade Libertadora Bahiana, foi fundada no Rio de Janeiro, a Confederação Abolicionista, em 10 de maio de 1883, que buscava reunir as associações abolicionistas de todo o país, tendo João Clapp como presidente.

Além de fomentar outras sociedades, outro papel dessas Sociedades, era a de representar os interesses dos abolicionistas e trocar experiências com sociedades internacionais, entre elas a *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery* e o Comitê de Emancipação da França, entidade que, segundo Castellani⁴¹, “a maçonaria francesa participava através do Grande Oriente da França”.

Como presidente da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, Joaquim Nabuco enviou cartas, ao ministro norte-americano H. W. Hilliard, interessado em saber como estava a relação dos ex-escravos com seus antigos senhores, o estado da agricultura sob o regime de contratos de trabalho, enfim, sobre a economia daquele país após a abolição da escravidão.

⁴⁰ JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Sérgio Cardoso (1858-1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia, UFBA, 94-103, 2008. Disponível em: < <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/972/951>>. Acesso em: 05 janeiro 2010.

⁴¹ CASTELLANI, José. *Os maçons e a abolição da escravatura*. Londrina: A Trolha, 1998.



3 – Cartas do Presidente da Sociedade Brasileira contra a escravidão. Acervo Digital da Fundação Joaquim Nabuco.

Nabuco enviava ao ministro Hilliard também o Manifesto Abolicionista, e as informações recebidas dele davam conta do sucesso em todos os âmbitos da abolição nos E.U.A.. Mr. Hilliard exaltava os benefícios trazido pela abolição e como lá, ao

contrário do que todos aqui temiam, a abolição não faliu o país. Essas boas-novas Nabuco publicava em 1880, para o bem da campanha abolicionista, desmistificando os argumentos escravagistas.

Nabuco também enviava cartas para a *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*, mantendo contato com Charles Harris Allen, secretário da Sociedade, e outros abolicionistas britânicos, ao longo da década de 1880 e posteriormente, como informa Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho⁴²:

Um dos aspectos menos estudados da luta de Joaquim Nabuco contra a escravidão é sua relação com os abolicionistas britânicos. Essa relação aparece em geral como algo secundário, como um recurso para cobrir os intervalos em que ele era excluído da Câmara. As 110 cartas incluídas neste livro, trocadas entre ele e os abolicionistas britânicos, indicam coisa diferente. O contato entre eles significou uma parceria buscada conscientemente por Nabuco com a finalidade de expandir a arena da luta para o cenário internacional. Melhor dito, para o centro da economia e do poder mundial na época. Como mostram as cartas, a tática foi plenamente exitosa.

A primeira Sociedade abolicionista britânica foi fundada por George Fox, a Sociedade dos Amigos, também conhecida como “*Quakers*”. Essa sociedade evoluiu, em 1823, para *Society for the Migration and Gradual Abolition of Slavery throughout the British Dominions*, ou somente *Anti-Slavery Society* e a *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*, criada em 17 de abril de 1839, era um braço da *Anti-Slavery Society*.

A *Anti-Slavery Society* existe até hoje, e no site oficial dessa Society encontra-se um artigo sobre a fundação da *British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*:

⁴² BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de, Org. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

The organisation was founded in 1839. The following year a large international conference was organised that attracted delegates from around the world to the **Freemasons' Hall**⁴³, London on June 12 1840. Many of the delegates were notable abolitionists and the image of the meeting was captured in a remarkable painting that still hangs in the National Portrait Gallery in London.

Delegates included: George William Alexander (Treasurer), William Allen, Saxe Bannister (Australian), Rev. Thomas Binney, James G. Birney U.S. delegate, Samuel Bowly, Sir John Bowring, George Bradburn, Rev. William Brock, Sir Thomas Buxton, Anne Isabella Byron, Baroness Byron, Thomas Clarkson (key speaker), Josiah Conder, Daniel O'Connell (Irish), John Ellis, Josiah Forster, Robert Kaye Greville, William Forster, Elizabeth Fry, Samuel Gurney, John Howard Hinton, John Angell James, Rev. Joseph Ketley (Guyana), William Knibb, Dr. Stephen Lushington M.P., Dr. Richard Robert Madden, James Mott (American), Lucretia Mott (American), Amelia Opie, Wendell Phillips, Samuel J. Prescod (Barbados), John Scoble (Canada), Joseph Sturge (founder), George Thompson and Sir John Eardley-Wilmot M.P..⁴⁴



4 - The Anti-Slavery Society Convention on Freemason's Hall, 1840 – By Benjamin Robert Haydon oil on canvas, 1841. © National Portrait Gallery, London.

⁴³ Quartel General da Grande Loja de Londres.

⁴⁴ Anti-Slavery Org. Disponível em: <<http://www.antislavery.org/english/default.aspx>>. Acesso em: 20 janeiro 2010.

O *Freemason's Hall* era o local ideal para realizar a convenção de 1840, pois poderia congregiar diversas delegações vindas de todo mundo, onde ali, *Quakers*, Católicos, Batistas, muçulmanos estariam num território neutro, pois a maçonaria prega a crença apenas num único Deus, os maçons se referem a Ele apenas como O Grande Arquiteto do Universo, ou GADU.

Desde a menção feita por Nabuco na Câmara, sobre a questão da *St. John del Rey Mining Company* em 1879 (empresa inglesa que mantinha escravos nas minas do Brasil), que repercutiu na Europa provocando a reação da *Anti-Slavery Society*, Nabuco e outros abolicionistas passaram a ter prestígio nessa *Society* e despertaram para a importância da opinião pública internacional em favor da abolição. Mesmo com a pressão Inglesa nos portos e o “Bill Aberdeen”, no Brasil, a opinião pública ainda não estava mobilizada nessa campanha. Claro que a pressão internacional, principalmente a inglesa, tinha seu peso para as decisões do Império, o apelo da Junta Francesa de Emancipação de 1866 e a mensagem ao povo brasileiro da Associação Abolicionista Internacional de Paris de 1869 contribuíram para reforçar a decisão imperial de levar adiante a aprovação da Lei do Ventre Livre. Era o período final da Guerra do Paraguai, Zacarias de Góes, chefe do Gabinete de Ministros, respondia, então, em nome do governo, atenciosamente, esclarecendo que, após a Guerra, a questão dos escravos seria tratada com carinho.

Apesar da presença de um escravista na presidência do Conselho, a maré abolicionista subia rapidamente e o movimento atingia seu ponto mais alto. O imperador, doente, achava-se em tratamento na Europa e a regente Isabel manifestava clara simpatia pela abolição. Multiplicavam-se as fugas de escravos. O Clube Militar pedia a Isabel que não utilizasse o Exército na captura de escravos fugidos. Sentindo próxima a vitória, Nabuco viajou em novembro para a Europa. Mas dessa vez mirava mais alto, seu principal objetivo era ir à Itália para solicitar ao papa Leão XIII que publicasse uma bula condenando a escravidão. Calculava que, diante da conhecida religiosidade de Isabel, se o papa falasse, ela obedeceria. Seus amigos da *Anti-Slavery Society* lhe conseguiram uma carta de apresentação do cardeal Manning, arcebispo de Westminster, chefe da Igreja Católica na Grã-Bretanha (21.12.1887 e 4.1.1888). A audiência aconteceu em 10 de fevereiro. Leão XIII recebeu-o com simpatia e prometeu uma encíclica condenando a escravidão para antes da abertura das câmaras, tradicionalmente feita no início de maio. A diplomacia de Cotegipe conseguiu, no entanto, adiar sua publicação.

Mas o relato da entrevista, com a promessa do papa, escrito pelo próprio Nabuco, tinha sido publicado em *O País*, e tornara-se de conhecimento geral.

(...)

Uma das primeiras medidas tomadas pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão foi fazer traduzir seu manifesto para o inglês e o francês, e enviá-los, junto com o anúncio de sua fundação, às congêneres no exterior, aí incluída a *Anti-Slavery Society*. A escolha da *Anti-Slavery Society* como principal interlocutora era lógica. Ela era a mais conhecida sociedade abolicionista do mundo, localizava-se no centro do grande império britânico e na cidade amada por Nabuco, e tomara a iniciativa de entrar em contato com os brasileiros. Como vimos, a resposta da associação britânica, pela voz de seu secretário, não se fez esperar. Além de se congratular com a coirmã brasileira, a *Anti-Slavery* aprovou plenamente o manifesto e prometeu intercâmbio de informações e cooperação. Não se esqueceu de mencionar que a troca de informações contribuiria para o melhor conhecimento da situação brasileira na América e na Grã-Bretanha.

Em Londres, Nabuco e a *Anti-Slavery Society* montaram um esquema eficiente de propaganda da luta abolicionista. O brasileiro passava as informações a Allen que se encarregava de as colocar na imprensa, sobretudo no influente *The Times*. Quando não conseguia, publicava-as em sua própria revista, o *Anti-Slavery Reporter*. O *Times* era o veículo ideal pela influência que exercia dentro e fora da Grã-Bretanha. O próprio Nabuco disse em uma das cartas: "no Brasil, o *Times* é considerado a voz da civilização" (17.7.1883). Em carta de 11 de junho de 1885 ao editor do jornal, publicada no dia 12, Allen repetiu essa opinião, observando que a publicidade no *Times* representava grande ajuda aos esforços dos abolicionistas brasileiros porque "os fazendeiros [planters] são particularmente sensíveis às críticas do povo inglês" (22.6.1885). O jornal tinha clara postura abolicionista e raramente se recusava a publicar as matérias enviadas por Allen que as extraía das cartas de Nabuco. Quando o jornal publicava alguma matéria desfavorável, Nabuco inquietava-se e insistia em responder. É um tanto duvidoso que os fazendeiros em geral fossem de fato tão sensíveis às críticas do jornal, mas a elite política brasileira certamente o era.

A *Anti-Slavery Society* ajudava também levando Nabuco a participar de congressos internacionais. Em 1883, ela financiou a participação dele na 11ª Conferência da *International Law Association*, dedicada à reforma dos direitos das gentes, realizada em Milão (28.7.1883; 4.8.1883 e 24.8.1883). Nova reunião dessa Associação realizou-se em Londres em 1887, com sua participação (19.7.[1887]). Os dois congressos aprovaram moções de Nabuco contra a escravidão. Tais arenas ampliavam muito o alcance da campanha. Em outra frente, Allen conseguiu um convite para uma recepção na casa do influente William Gladstone, várias vezes primeiro-ministro da Grã-Bretanha. Às vésperas da abolição, os quakers da *Anti-Slavery Society* ainda lhe arranjaram uma carta de apresentação escrita pelo cardeal Manning para lhe facilitar conseguir audiência com Leão XIII.⁴⁵

⁴⁵ BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de, Org. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

E foi em 1883, numa dessas viagens à Londres, que Nabuco escreve *O Abolicionismo*, onde critica a classe dominante por sua atitude diante da grave situação social que a escravidão trazia.

2.3. Imprensa para Abolição

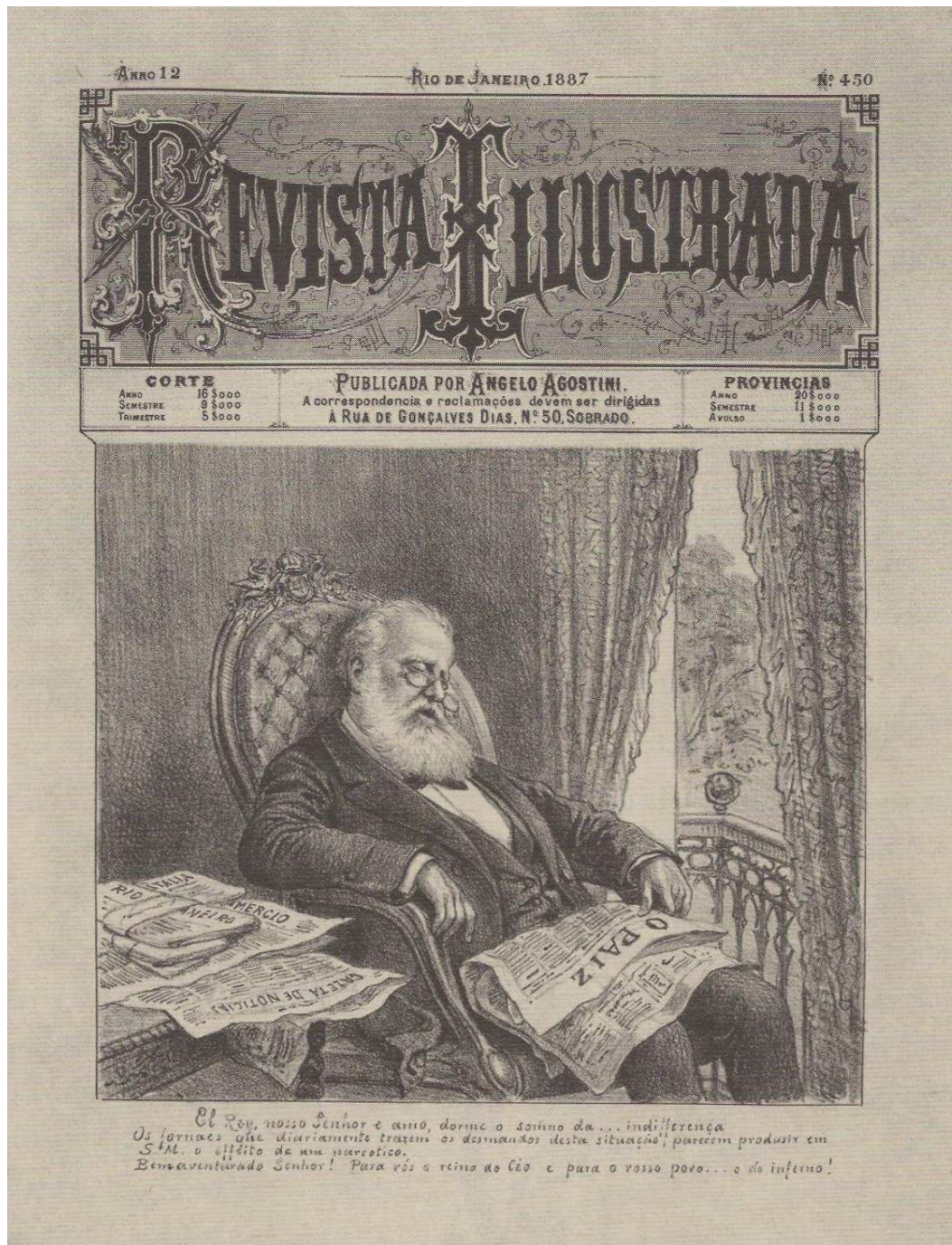
Como já ficou claro nesse trabalho, a campanha abolicionista dos maçons no Brasil, e no mundo, utilizou largamente a imprensa como veículo para alcançar tanto as elites como a massa.

Na segunda metade do XIX, as elites intelectuais veiculavam, através da imprensa, idéias que exaltavam o progresso, a civilização e a necessidade de extinguir o escravismo. A escravidão era tratada pelos jornalistas abolicionistas como um mal que deveria ser extirpado do país. A estratégia era tanto sensibilizar os senhores sobre as conseqüências nefastas decorrentes da sua manutenção, quanto empolgar as massas arrastando-as para a luta, assim bem como Nabuco, trazendo notícias e informando sobre o sucesso da abolição em outros países. Assim que a campanha se intensificava nos jornais ficava evidente que o sistema estava prestes a desmoronar.

Os periódicos, não só aumentavam em números e títulos por todo o país, como também, tiveram logo boa aceitação e caíram no gosto popular, adquirindo um papel fundamental na difusão das idéias abolicionistas. Os jornais tornaram-se verdadeiras fábricas de notícias e informações para uma sociedade que estava em processo de mudanças.

Os jornais eram distribuídos por vendedores ambulantes ou em bancas junto com livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, café e refrescos. Nesses pontos de venda, era comum a leitura dos textos em voz alta. Devido ao grande analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos. O aumento do público leitor ocorria em função de uma verdadeira "leitura de ouvido". Com este hábito, as idéias abolicionistas eram difundidas mesmo para os analfabetos, escravos

ou não, e nesse ponto as charges abolicionistas de Ângelo Agostini, na *Revista Ilustrada*, encontravam o zênite.



5 – Revista Ilustrada, ano 12 nº 450. “El Rey, nosso Senhor e amo, dorme o sonho da... indiferença. Os jornaes que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em S.M. o effeito de um narcótico. Bemaventurado [sic] Senhor! Para vós o reino do Céu e para o nosso povo... o do inferno!”

Se citarmos os jornais abolicionistas mais importantes do XIX, como *O Correio Brasiliense*, *A Gazeta da Tarde*, *A Gazeta de Notícias*, *O Diabo Coxo*, *O Cabrião*, *O Ipiranga*, *O Radical Paulistano*, *A Redempção*, *O Arado*, *A Liberdade*, *A Cidade do Rio*, *Libertador*, *O Abolicionista*, *Os Ferrões*, *Tribuna Liberal*, *Comédia*, *Revista Ilustrada*, *Diário Popular* e *O Paiz*, o que encontraremos em comum entre eles além da forte ideologia liberal? Maçons. Todos tinham ilustres maçons nas suas redações pelejando pela abolição, ou eram diretamente mantidos pela maçonaria.

A própria imprensa entrou no Brasil por intermédio de um maçom: Hipólito José da Costa.

Hipólito nasceu na Colônia do Sacramento, quando ela era domínio da Coroa portuguesa, quando se formou foi enviado como diplomata pela Coroa portuguesa aos Estados Unidos da América e ao México em 1798, com a tarefa de conhecer a economia desses dois países e as novas técnicas industriais aplicadas pelos norte-americanos, nessa época veio a ingressar na maçonaria da Filadélfia, o que influenciou a sua vida daí em diante.

Viajou a serviço da Coroa Portuguesa para Londres em 1802, com o objetivo declarado de adquirir obras para a Real Biblioteca, “Know-How” e máquinas para a Imprensa Régia, a ser montada no Rio de Janeiro. Entretanto, os seus motivos eram de estabelecer contatos entre as Lojas Maçônicas Portuguesas e o Grande Oriente em Londres.

Foi detido pela Inquisição portuguesa, sob a acusação de disseminar as idéias maçônicas na Europa. Fugiu para a Espanha com o auxílio de outros maçons, e depois para Grã-Bretanha, onde se exilou sob a proteção do príncipe Augusto Frederico, grão-mestre da maçonaria inglesa.

Na Inglaterra, obtêm a nacionalidade inglesa com a ajuda do príncipe e de lá passou a editar aquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, que circulou de 1º de junho de 1808 a 1822. Por isso, é considerado o patrono da imprensa brasileira.

Hipólito foi o primeiro maçom a trabalhar a causa abolicionista nos jornais, conforme informa João Pedro Rosa Ferreira, jornalista e director-adjunto do semanário

Focus, de Lisboa, mestre em história cultural e política pela Universidade Nova de Lisboa, investigador do Centro de História da Cultura daquela universidade:

O Correio Braziliense não tem a mais pequena dúvida sobre esta questão. A escravatura é um mal, condenável a todos os títulos. Di-lo e repete-o em sucessivos números do jornal. Mas, consciente da importância do trabalho escravo na economia brasileira, Hipólito aborda o problema com pinças. De início, e a exemplo dos founding fathers da democracia norte-americana, condescende em guardar o problema na gaveta – veja-se a "Análise do folheto sobre o comércio franco do Brasil", em julho de 1809: "[...] o autor faz voltar os olhos para o comércio da África; seria melhor não falar nisto [...] seguindo o conselho, guardo também nisto o silêncio. Se o governo do Brasil remediar este mal, os filantropos lhe perdoarão todos os mais" [CB, jul. 1809 (14): 52]. O governo, a começar pelo regente d. João, concordava – o "mal" é condenado de forma explícita no artigo 10 do Tratado de Paz e Amizade com a Inglaterra, assinado a 19 de fevereiro de 1810: "S. A. R., o príncipe regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos [...] tem resolvido de cooperar com Sua Majestade britânica na causa da humanidade e da justiça, adoptando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos". A abolição terá de ser gradual, o assunto é tratado com cautela, visto ser "um ponto sumamente delicado e de grande dificuldade. Estas considerações nos obrigaram sempre, desde que conduzimos este nosso jornal, a não tocarmos na questão da escravatura [...] um mal para o indivíduo que a sofre e para o Estado aonde ela se admite; porém este mal não foi introduzido pelo governo actual, e a tentativa de o cortar pelas raízes imediatamente produziria sem dúvida outros males talvez de maiores consequências" [CB, abr. 1814 (71): 607-08].

Prudência e gradualismo não significam pusilanimidade nem hesitação. Em dezembro de 1815, Hipólito da Costa considera chegado o momento de enfrentar o mal "cara a cara":

[...] estamos persuadidos, com Montesquieu, que a escravidão não pode ser útil nem ao escravo, nem ao senhor [...] o nosso periódico está cheio de clamores contra tudo quanto é autoridade arbitrária; temos mil vezes arguido que os povos do Brasil têm direito a gozar daquela liberdade racional que consiste em não estar sujeito senão às leis, e não ao arbítrio dos que governam; etc. Ora como pode um senhor no Brasil gozar destes benefícios, quando tem debaixo de seu poder um escravo, para quem olha quase com a mesma consideração como para o seu cão ou o seu cavalo? Como é possível que o homem branco profira os seus desejos de gozar de liberdade, tendo ao pé de si o negro escravo em todo o rigor da palavra? Conhecemos bem que nos estamos explicando em linguagem um pouco forte, mas é chegado o tempo em que é preciso encontrar o mal cara a cara, e tanto o governo com o povo do Brasil devem olhar para a questão no seu verdadeiro ponto de vista. [CB, dez. 1815 (91): 738-39]

No momento de apresentar o seu "testamento político", já depois de anunciada a independência do Brasil, Hipólito considera importante dedicar um artigo ao problema da escravatura no novo

país. Em novembro de 1822, na penúltima edição do Correio, deixa exposto com clareza o seu pensamento sobre o assunto, deixando um sentido apelo à abolição da escravatura, mesmo que isso implique um empobrecimento dos cidadãos. O artigo, intitulado "Escravatura no Brasil", merecer uma transcrição extensa:

É ideia contraditória querer uma nação ser livre e, se o consegue ser, blasonar em toda a parte e em todos os tempos de sua liberdade, e manter em si a escravatura, isto é, o idêntico costume oposto à liberdade. Seria a desesperada medida de um louco destruir de uma vez a escravatura, quando ela, além de constituir parte da propriedade do país, está também ligada ao actual sistema da sociedade, tal qual se acha constituída. Mas, se a sua abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação num sistema de liberdade constitucional é um contradição de tal importância que uma coisa ou outra devem acabar. Os brasilienses, portanto, devem escolher entre estas duas alternativas: ou eles nunca hão-de ser um povo livre, ou hão-de resolver-se a não ter consigo a escravatura [...] Negamos redondamente, e o provaremos quando for conveniente, que o Brasil deixe de ser igualmente rico quando não tiver escravatura, mas raciocinando mesmo nesta hipótese, que não admitimos, perguntamos: que preferem os brasilienses, ser pobres, mas serem homens livres, com um governo constitucional; ou serem ricos e submissos a governos arbitrários, sem outra constituição política que a que lhes prescrever o despotismo? [...] A maior parte de nossos sentimentos e de nossas acções depende dos acidentes de nossa educação, e um homem educado com escravos não pode deixar de olhar para o despotismo como uma ordem de coisas natural [...] quem se habitua a olhar para o seu inferior como escravo, acostuma-se também a ter um superior que o trate como escravo. [CB, nov. 1822 (174): 574-76]⁴⁶

A *Gazeta de Notícias*, fundada em 1876, foi o jornal pioneiro na campanha abolicionista do Rio de Janeiro, pois seu proprietário, Ferreira de Araújo, convidara um amigo seu de nome José Carlos do Patrocínio, maçom, para trabalhar, em 1879, no jornal. José do Patrocínio, influenciado por Pierre Joseph Proudhon, socialista utópico francês e maçom da Loja Sincerité, terminava os seus editoriais afirmando que: “A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão”, angariando a simpatia de um maior número de adeptos para a causa abolicionista.

Patrocínio participou também de outros jornais, três deles como proprietário: *Os Ferrões*, *Gazeta da Tarde* e o *Cidade do Rio*. *Os Ferrões* foi um quinzenário satírico lançado em 1875, que durou pouco tempo. Como já citado, foi na *Gazeta da*

⁴⁶ FERREIRA, João Pedro Rosa. Hipólito e seu tempo - Jornalismo e pensamento político. *Observatório da Imprensa*. Campinas, 8 julho 2003, artigos. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/alm080720032.htm>>. Acesso em: 10 fevereiro 2010.

Tarde, que se organizou, em 1883, a Confederação Abolicionista, associação que patrocinou inúmeros eventos contra a escravidão no Rio de Janeiro. O *Cidade do Rio*, a partir do final de 1887, teve também um papel destacado na campanha abolicionista.

Em 1880 aparece *O Abolicionista*, pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, criticava a escravidão em virtude da “péssima imagem” que o Brasil tinha no exterior. Como já citado, a essa Sociedade pertenciam José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre outros, com forte presença maçônica.

Nabuco participou do *O Paiz*, fundado pelo português João José dos Reis Júnior, circulou entre 1 de Outubro de 1884 e 1930. Foi o principal periódico republicano do Brasil, chegou a vender, em 1890, 32 mil exemplares. Apesar de atuar como um órgão oficioso do governo, considerava-se independente. Escreveram em suas páginas, entre outros, Fernando Lobo, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte, Rui Barbosa, e Joaquim Nabuco. Quintino Bocaiúva foi seu redator-chefe de 1885 até ao início do século XX. Esses cinco últimos citados, eram maçons e abolicionistas.

Antonio da Silva Jardim, maçom, foi um dos mais populares tribunos da sua geração, trabalhou no periódico *Tribuna Liberal*, saiu para fundar o diário *Comédia* com Valentim Magalhães, mais tarde voltou para o *Tribuna Liberal* juntando-se com Luiz Gama e José Leão na luta abolicionista.

Luiz Gama trabalhou no jornal *O Diabo Coxo*, de Agostini, criado em 1864 e que durou até 1865, era um jornal pequeno, 18 x 26cm, com oito páginas, quatro ilustrações e quatro textos, dos quais se ocupavam Gama e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo, irmão do já citado Joaquim Nabuco.

Gama também colaborou no jornal *O Cabrião*, que foi publicado em São Paulo, circulando aos domingos, de 1866 a 1867, também, por Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, desses, apenas Antônio não se encontra registros de ter participado da maçonaria. Participou ainda dos *Ipiranga*, *Coroaci* e *Polichileno*. Fundou, em 1869, o *Radical Paulistano* com Rui Barbosa, Eloi Pamplona e Bernardino de Meneses, criou ainda o Club Radical, era filiado à loja Piratininga.

Em 1866, Castro Alves, que viria a se tornar o poeta dos escravos, funda, juntamente com Rui Barbosa e outros colegas do curso de Direito de São Paulo, o jornal *A Luz*, juntamente com uma sociedade abolicionista.

Em Sorocaba surgiu *O Sorocabano* em 1870, era redator chefe o maçom Júlio Ribeiro e Pereira Salles, seu principal colaborador era o maçom abolicionista e republicano Ubaldino do Amaral. Transformou-se em *O Sorocaba* em 1872 e deixou de existir em 1883.

O *Diário de Notícias* foi criado em 8 de novembro de 1884, por José Maria Lisboa e Américo de Campos, maçons, e a maioria dos participantes desse jornal eram ligados à maçonaria, como Rangel Pestana e Aristides Lobo, esse proporcionou ao jornal o "furo" nacional da Lei Áurea, já na edição vespertina de 14 de maio de 1888, um feito para a época. Era o mais popular periódico de São Paulo, manteve-se na quarta posição entre os jornais paulistanos até a década de 1980, mais tarde foi adquirido pela empresa que edita o *O Globo* e rebatizado com o nome de *Diário de S. Paulo*.

Esses periódicos, citados até aqui, eram os que procuravam travar a luta abolicionista dentro de uma legalidade, procurando respeitar a propriedade privada no objeto da escravidão. Houve outros jornais de menor projeção que também tiveram participação de maçons, e outros que até atuavam de maneira mais radical. O que vale notar é que atuação jornalística, assim como a filantrópica, não se prendeu ao eixo Rio-São Paulo, novamente o modelo se espalhou pelo país, como em Vitória:

(...) Destaca-se nesse contexto as Irmandades religiosas e a Loja maçônica União e Progresso, ambos locais de encontro dos membros da elite.

A loja maçônica representou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão em Vitória. Entre seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos redatores dos principais jornais antiescravistas da capital, o *Jornal da Victoria* e o *A Província do Espírito Santo*, respectivamente. Este último em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da maçonaria e contando com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano

Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros representantes engajados na campanha contra a escravidão. Afonso Cláudio, figura de destaque do movimento abolicionista, embora não fosse maçom, lecionava no Liceu da loja maçônica União e Progresso como professor de História.⁴⁷

E na linha mais radical, os já citados, *Libertador* do Ceará e *O Abolicionista Amazonense*, na região norte.

Com Raul Pompéia, Antônio Bento de Souza e Castro, maçom, funda em São Paulo o *Jornal do Comércio*, em 1882. Antônio Bento fundou também a folha abolicionista *A Redenção*, em 1887, que pregava a libertação imediata, antes já tinha criado *O Arado* em 1882 e mais tarde criaria *A Liberdade*, em 1888.

Segundo Emília Viotti (2008, p. 112), “A Redenção concitava o povo a combater a escravidão com todos os meios de que dispunha”, e como já citado anteriormente, A Redenção através de Antônio Bento, estava intimamente ligado aos Caifazes que “denunciavam pela imprensa os horrores da escravidão”.

Segundo Humberto Fernandes Machado, os jornais promoveram diversas atividades em prol dos escravos, como procissões, eventos esportivos, shows de teatro e outros:

Os abolicionistas da Corte utilizavam uma estratégia que surtia um efeito devastador sobre os senhores. Era o que eles denominavam a limpeza das ruas, que consistia em pressionar proprietários de escravos de algumas ruas do centro, escolhidas previamente, para libertarem os seus cativos, sob ameaça de publicação de seus nomes nos jornais. Cada propagandista ficava responsável por uma rua, devendo persuadir os senhores a eliminar a mancha que sujava a cidade. A limpeza da Rua do Ouvidor e do Largo de São Francisco, onde se situava a Escola Politécnica, em abril de 1884, foi saudada de forma entusiástica pelos jornais abolicionistas da

⁴⁷ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Idéias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 fls. Dissertação (Mestrado Centro de Ciências Humanas e Naturais). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

cidade, com festas e bandas de música. (GAZETA DA TARDE, 23/4/1884).

Aniversários, casamentos, bodas, nascimentos ou falecimentos serviam de cenário para as festas de entrega das cartas de alforria. O Clube de Libertos de Niterói, por exemplo, preparou uma festa, na qual distribuíram dez cartas de alforria após discursos de diversos oradores. (GAZETA DA TARDE, 6/7/1881) No Teatro Polytheama, situado no centro da cidade, os abolicionistas organizaram uma sessão de poesias, com destaque para o Navio Negreiro de Castro Alves, cuja renda seria para “conceder a liberdade” a uma escrava. (GAZETA DA TARDE, 19/9/1881) O Cidade do Rio, convidou seus leitores a uma quermesse organizada na Igreja Nossa Senhora do Rosário, por uma confraria negra, “em prol dos seus irmãos escravos”. (1/11/1887).

Outras associações ligadas à luta antiescravista como, por exemplo, o Clube Dramático Abolicionista, organizavam espetáculos em teatros públicos ou patrocinavam conferências e concertos, aplicando a renda obtida para a compra da liberdade de escravos, ou até criavam escolas noturnas para libertos. (GAZETA DA TARDE, 5/7/1881) Outras, como as Caixas Emancipadoras, visavam a obter cartas de alforria com recursos provenientes de doações, festividades e do pecúlio de escravos. Tinham como alvos, além de libertar, “[...] educar o maior número de sócios de condição servil [...] e socorrer esses mesmos sócios em casos de perseguição [...]”, como o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, fundado na redação da Gazeta da Tarde, em 1882. (11/5/1882) Leilões, coletas de dinheiro, através de subscrições públicas, livros de ouro serviam também para atingir os objetivos dos abolicionistas.

As conferências dos oradores abolicionistas superlotavam os teatros. Por ocasião das comemorações pela abolição da escravidão no Ceará, em 1884, o teatro Polytheama foi todo decorado por coroas de flores e bandeiras das sociedades abolicionistas do Rio de Janeiro. A leitura de uma carta de Joaquim Nabuco, que estava na Europa, as execuções do Hino Nacional e do Guarani, de Carlos Gomes, marcaram o início de um “verdadeiro carnaval” no centro do Rio de Janeiro, com a participação de dez mil pessoas. As ruas centrais, com destaque para a Rua Uruguaiana, onde se encontrava a redação da Gazeta da Tarde, principal órgão abolicionista da Corte e cujo proprietário era José do Patrocínio, foram palco de festividades repletas de “alegria e entusiasmo”. (24/3/1884).⁴⁸

⁴⁸ ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2007. Rio de Janeiro - Universidade Federal Fluminense. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFF, 2007.



6 – A Redenção. Ano II nº. 132 de 22 de Abril de 1888.

2.4. Educação para emancipação

Foi Comênio, em sua obra *Didáctica Magna* (1636), um dos pioneiros da instrução pública, ao apresentar diretrizes gerais para o funcionamento da instituição escolar moderna, defendia uma educação que visasse à criação de seres humanos completos. Na obra, Comênio privilegia uma educação cuidada por um sistema educacional.

Rousseau também debate sobre os fins da educação popular e a escola pública. Na Europa, a escola passa a ser um fator de progresso, modernização e mudança social. E, entre a elite intelectual brasileira, também se difundia essa concepção.

Então, é a partir da segunda metade do século XIX, que esquentam o debate e as ações acerca da escolarização, surgindo várias questões: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como um projeto de consolidação de uma nova ordem social e a inclusão dos ingênuos e libertos no sistema educacional, bem como os objetivos dessa inclusão.

Após a expulsão da Ordem dos Jesuítas da Colônia, na segunda metade do século XVIII, era o Estado Português que tinha a responsabilidade sobre a instrução escolar no Brasil por meio de Aulas Régias ou Aulas Públicas. No século XIX, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro impulsionou a abertura de instituições de ensino por meio de aulas avulsas, em um processo pedagógico marcado pela fragmentação, totalmente elitista.

Segundo Saviani⁴⁹ (2006, p. 9-32), os grupos escolares constituíram um fenômeno urbano, já que no meio rural ainda predominou por muito tempo as escolas isoladas. Mesmo nas primeiras décadas do século XX, a escola pública brasileira tendo como objetivo a escolarização das camadas populares, só foram integrados aqueles pertencentes aos setores ligados ao trabalho urbano, deste contingente ficaram fora da instrução pública promovida pelo Estado os pobres, os miseráveis e os negros, já libertos após 1888. Somente por volta de 1920, esses excluídos, começam a reivindicar o seu espaço na instituição pública escolar. Quando também, se inicia as reivindicações por uma escola nova brasileira, tendo como documento base o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, representado por nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, o objetivo principal do manifesto foi realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional, que tinha por princípio a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e a unidade da escola.

Antes disso, já os maçons trabalhavam para desvincular a educação

⁴⁹ SAVIANI, Dermeval, et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

pública da Igreja, assim, tomando Rui Barbosa como um exemplo da ilustração liberal brasileira, que defendia um ensino gratuito, obrigatório e laico, desde o jardim de infância até a universidade, em seus *pareceres: Reforma do Ensino Secundário e Superior - 1882* (BARBOSA, 1942) e a *Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública - 1883* (IDEM, 1947).

Rui em 1870, já havia apresentado um Projeto de Lei interna, pela Loja América, ao Grande Oriente Brasileiro e ao Vale dos Beneditinos, preocupado com a necessidade da emancipação e não de uma simples “alforria generalizada”:

A Loja "América" apresenta à sábia consideração do Gr.'. Or.'. do Vale dos Beneditinos o seguinte projeto, requerendo sua conversão em lei geral e obrigatória para toda a Maçonaria estabelecida no país.

Art. 1o.: Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje duas grandes idéias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente a manter e propagar esses dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização dessas idéias entre nós. (...)

50

Rui se tornou relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados em 1882, e apresentou um rigoroso estudo da situação escolar do país à época, montando, em seus pareceres um projeto de reforma do ensino primário.

Os pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior originou-se da análise do decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império, instituindo para cada escola primária diurna da Corte uma escola noturna para libertos maiores de 14 anos, do sexo masculino. Isso porque, o gabinete liberal, presidido pelo maçom Cansanção de Sinimbu, naquele momento em que crescia o interesse pela instrução pública, nomeou Carlos Leôncio de Carvalho, então Ministro dos Negócios do Império, como responsável pela

⁵⁰ D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

instrução do país e encarregado de uma reforma do ensino. Leôncio de Carvalho já havia criado, em 1873, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, associação educacional privada fundada com apoio da maçonaria, que depois passou a ser o Liceu de Artes e Ofícios e hoje a Pinacoteca do Estado de São Paulo⁵¹.

Rui Barbosa, ao analisar a situação escolar no país concluiu que tudo ainda estava por ser feito. Fez viagem para diversos países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Suíça, a Alemanha, a Áustria e Austrália, analisando e comparado com o ensino brasileiro.

Rui afirmava, nos pareceres, que a educação poderia formar o indivíduo apto para o trabalho livre, num país baseado no trabalho escravo em vias de extinção:

Uma lei da divina harmonia que preside o mundo prende as grandes questões sociais; emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo pensamento político. Que haveis de oferecer a esses entes degradados, que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução. Que reservareis para sustentar as forças produtoras, esmorecida pela emancipação? O ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas de trabalho.⁵²

Contudo, Leôncio de Carvalho não acatou, na sua totalidade, os pareceres de Rui em sua reforma educacional, por considerar que sua reforma era ampla e à frente do seu tempo, de maneira que seria inviável a sua aprovação na câmara, político experiente promoveu uma reforma moderada.

⁵¹ Pinacoteca do Estado de São Paulo – Pesp. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3768&lst_palavras=&cd_idioma=28555&cd_item=10>. Acesso em: 03 janeiro 2010.

⁵² BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

Nesse contexto, vários projetos relacionados à educação das classes populares foram apresentados à Câmara dos Deputados com o objetivo de criar o ensino primário no Município da Corte e servir de exemplo às províncias que compunham o reino. Esta limitação das reformas, que ocorria em função do Ato Adicional de 1834, descentralizou o ensino e designou como responsabilidade do governo geral a manutenção da instrução primária e secundária apenas no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império (MACHADO, 2005, p.92).

(...)

Tais projetos, apesar de nenhum deles ter sido aprovado, evidenciavam a importância que os políticos proponentes atribuíam à educação, entendendo-a como fundamental para a sociedade nacional. Dentre esses, o projeto de Leôncio de Carvalho, marcou início do processo de organização da escola pública, e a pressa do seu autor na execução dessa reforma pode ser explicada pelo fato de ser o ano de 1879 decisivo para os filhos escravos, nascidos em 1871 após a Lei do Ventre, quando estariam em idade escolar.

Contudo, Leôncio de Carvalho não se refere a essa criança em nenhuma passagem do Relatório (BRASIL, 1878) ou do Decreto, bem como não proibia o escravo de freqüentar a escola, como estava posto no Regulamento de Couto Ferraz, de fevereiro de 1854, que vetava a freqüência de escravos nas escolas. O silêncio de Leôncio de Carvalho sobre os ingênuos, nesses documentos, pode ter vários significados. Um deles é que Leôncio de Carvalho não tratou do ingênuo por considerá-lo livre, fazendo parte, portanto, do povo que deveria ser educado. Outra explicação é que ainda não se podia deliberar sobre o ingênuo devido à forte pressão dos fazendeiros escravocratas (MACHADO, 2005, p.94-95).⁵³

Rui Barbosa também se envolveu com a Reforma Eleitoral, em 1881, que colocava a alfabetização como exigência para ser eleitor, essa era mais uma tática que visava alterar o poder de voto de antigos eleitores.

Outra frente de batalha era sustentada pelo maçom Joaquim Nabuco na Assembléia. Com sua postura liberal, era defensor do trabalho livre e da imigração de estrangeiros. Aquele ano, 1879, era o ano em que as crianças libertas pela Lei do Ventre Livre iriam completar 8 anos, idade fixada pela Lei do Ventre Livre para o fazendeiro optar entre ficar com o ingênuo até 21 anos ou entregá-lo para os estabelecimentos destinados pelo governo; também, a partir da época em que fizessem 21 anos passariam a ter o direito de voto, isso trazia para a discussão na assembléia os rumos da educação desses futuros homens:

⁵³ MACHADO Apud STEPHANOU, M. B. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Nos seus discursos, Nabuco considerava que um dos mais graves problemas econômicos brasileiros era a falta de desenvolvimento de um contingente de força de trabalho livre. Por isso, era adepto da gradativa libertação dos escravos e do incentivo da imigração de trabalhadores europeus. Contudo, a sua principal defesa era a preparação e a transição com os braços já disponíveis; a força de trabalho assalariada deveria ser construída a partir dos trabalhadores livres existentes e dos escravos. “Não tinha dúvidas a respeito da disponibilidade de um contingente demográfico suficiente”.

O mesmo dizia, na Assembléia Geral, em 1879: “Não há falta de braços no país, o que há são muitos braços cruzados.” A solução para descruzar os braços e pô-los a trabalhar seria a “educação dos ingênuos” (CUNHA, 2000, p.167).⁵⁴

Os esforços empreendidos no sentido de tornar o Estado responsável pela instrução pública, com qualidade, e nela inserir os ingênuos e abranger de forma mais inclusiva o liberto não obteve sucesso. Na verdade a instrução pública continuava ruim até mesmo para os filhos abastados da sociedade e pior ainda para os filhos dos operários da cidade e mais ainda para os dos campos.

(...) em todo o período que esteve em vigor a Lei do Ventre Livre, ela não alterou as condições dos trabalhadores escravos, que continuaram sendo educados no mesmo sistema, ou seja, “uma educação que transcorria no espaço privado, onde a atribuição dos senhores era de criar os menores, sem nenhuma obrigação de prestar conta a respeito dessa criação”.

(...)

Em 1874, escrevera André Rebouças, sobre o silêncio da Lei do Ventre Livre em relação à educação: “... Até hoje, três anos depois da lei, nem a mínima, providencia sobre a educação dos ingênuos e dos emancipados”, ou seja, a tão propalada educação das crianças, nascidas livres após a Lei, foi silenciada, mas o silêncio da lei não foi, certamente, o esquecimento por parte de seus idealizadores, mas sim a opção que os fazendeiros proprietários tiveram em reter os ingênuos em suas terras até a idade de 21 anos.⁵⁵

Em meio a todas essas dificuldades enfrentadas para a educação pública de qualidade, num âmbito nacional, nesse contexto a maçonaria, em vista da

⁵⁴ CUNHA, L. A. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

⁵⁵ RAMOS, Cláudia M.da R. *A escravidão, a educação da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871)*. 2008. Dissertação (Mestrado na área de Concentração: Filosofia e História da Educação). Unicamp, São Paulo.

impossibilidade de recursos financeiros também para uma atuação nacional, não deixou de atuar dentro dos recursos de algumas Lojas ao nível regional.

Diversas iniciativas concretas são efetivadas pela maçonaria em relação à educação, destinadas a todos os homens, fossem maçons ou “profanos”, livres ou não. Para Alexandre Mansur Barata⁵⁶, de todas essas iniciativas, a que apresentou melhores resultados foi a “construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas” (1999, p.138), com aulas diurnas e noturnas, para os filhos dos maçons e para as classes populares, disseminando os princípios democráticos e a defesa da liberdade, principalmente a liberdade de consciência.

Conforme documento citado por Alexandre Mansur, em 1922 a maçonaria brasileira mantinha 132 escolas em 16 estados, com 7.030 alunos matriculados (quadro 2, p. 141). Desse total, 59 escolas com 4.626 alunos eram mantidas pelos “homens do esquadro e do compasso” no estado de São Paulo. Ou seja, aproximadamente 45% das escolas maçônicas (com 66% dos alunos) estavam estabelecidas no território paulista. Essas escolas visavam a formação do novo operariado.

Luaê Carregari Carneiro⁵⁷, em seu artigo para o simpósio regional de história em São Paulo, informa mais sobre essa participação da maçonaria nas escolas de São Paulo:

Os jornais noticiavam o campo de atuação das lojas, a educação para a Maçonaria paulista ocupava um lugar central na mudança política que se pretendia articular, para os maçons era preciso formar cidadãos esclarecidos, levar a Luz do conhecimento para a população analfabeta, e assim combater o obscurantismo, a ignorância, que eram representadas pela situação política do império, com a excessiva centralização e defendida pela Igreja católica.

O caminho para alcançar a liberdade e o progresso era difundir a educação, e isso era parte do projeto das lojas maçônicas paulistas. A grande campanha pela instrução do povo foi deflagrada na Província de São Paulo pela maçonaria republicana e, posteriormente, pelos clubes republicanos. As lojas maçônicas foram as primeiras a criar, na província, escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres e escravos.

O Correio Paulistano, em uma matéria detalhada sobre a escola popular criada pela loja América, descreveu sua fundação e fez

⁵⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 - 1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

⁵⁷ ANPUH XIX SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA. 2008. São Paulo. *A Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868 – 1889)*. São Paulo: USP, 2008.

a quantificação dos alunos matriculados. Em 1º de junho de 1871 temos a notícia da criação de uma Biblioteca Popular mantida pela loja América. A notícia exaltava essa iniciativa, “A Loja America, a incansável propugnadora da instrução popular” que já fundara escolas, agora criava uma biblioteca pública que, segundo o jornal, era uma necessidade numa “cidade civilizada”. A loja criou uma comissão para arrecadar livros. O próprio escritório do Correio Paulistano recebia donativos de livros para a Biblioteca Popular que estava sendo organizada, sendo que todos os “bons cidadãos” deveriam contribuir.

O jornal passou a publicar os nomes dos doadores e dos livros doados para essa Biblioteca. O exemplo da loja América foi amplamente citado pelo Correio Paulistano, que dedicou vários números da sua publicação à criação de novas escolas mantidas pela maçonaria. Outras lojas da província paulista fundaram ou mantinham escolas, como a loja Sete de Setembro, da capital; a Fraternidade 3, de Rio Claro; a Perseverança 3ª, de Sorocaba; a Fidelidade, de Campinas; a Fraternidade 2ª, de Iguape.

As atividades das lojas paulistas eram intensas nesse período, se reuniam periodicamente, fundavam novas lojas, criavam escolas populares e bibliotecas populares, e assim participavam ativamente da construção do movimento republicano em São Paulo. O espaço da Maçonaria garantiu o estreitamento dos laços entre seus membros e uma organização mais eficiente em torno de um novo projeto político que lhes garantiria a tão desejada participação política.

Numa nota fazendo referência ao trecho citado acima Luaê Carregari informa:

“O sr. Secretario da loja maçônica America, estabelecida nesta capital, confiou-nos os livros de matrículas das duas aulas – uma nocturna e outra diurna – creadas e mantidas pela mencionada loja, dos quaes extrahimos o seguinte resumo: Eschola nocturna – matricularam-se 252 alumnos, a saber: livres, 217; escravos 35. São: solteiros 231; viúvos 2; casados 16; de 5 à 10 annos 36; de 10 à 20, 132; de 20 à 30, 55; de 30 à 40, 16; de 40 à 70, 13. Brasileiros 222; portuguezes 18; africanos 5; allemães 3; suisso 1; hespanhol 1; italiano 1; militares 6; alfaiates 25; sapateiros 10; pedreiros 13; carpinteiros 20; marceneiros 10; charuteiros 3; padeiros 4; confeiteiro 1; commerciantes 4; correieiros 5; chapeleiros 4; ourives 1; carroceiros 5; caixeiros 3; marchante 1; agentes 2; cocheiros 4; ferreiros 8; barbeiro 1; canteiro 1; cosinheiros 2; oleiros 2; typographo 1; pintores 3; serralheiro 1; lavradores 2; funileiro 1; credaos 88; sem officio 21. Os indivíduos notados sob designação – sem officio – são menores. Eschola diurna – para menores de ambos os sexos. Matricularam-se 39 alumnos, sendo: do sexo masculino, 20. Destes são escravos 2, estrangeiros 2, brasileiros 18. Do sexo feminino 19, sendo estrangeiras 2, escrava 1, brasileiras 17. A aula nocturna foi aberta a 22 de abril do anno passado: funciona à rua municipal, casa nº53, das 6 às 8 horas. Os escravos somente são admittidos apresentando autorisação escripta de seus senhores 12: e os menores com autorisação dos paes, tutores, etc. A aula diurna foi aberta a 15 de junho do mesmo anno, e funciona das 8 horas ao meio dia. São professores da primeira – os senhores: Antonio José Cardoso, Henrique Antonio Barnabé Vicent,

Vicente Rodrigues da Silva, Luiz Gonzaga Pinto da Gama. É professora da segunda a senhora, D. Guilhermina de Santa Anna Junker. A escola diurna funciona à rua 25 de março. Nestes estabelecimentos, além de ensino gratuito, é fornecido aos alunos todo o material do ensino.” Notícia citada na pesquisa de Iniciação Científica. Correio Paulistano, “Noticiário”, 3 de abril de 1870.

Vale observar ainda que nessa última nota de Luaê, o número de matriculados na escola noturna é seis vezes maior, e o ilustre abolicionista maçom, Luiz Gama, é um dos professores do turno diurno.

Algumas participações tiveram a iniciativa das Lojas, como a Perseverança III de Sorocaba, que foi organizada sobre o lema “educação e liberdade”. Como consta na ata de reunião do dia 07 de agosto de 1869, onde Ubaldino do Amaral, que já se destacava como líder do Partido Republicano Paulista da região, faz uso da palavra, afirmando:

Trago, subscrita por essa presidência, por Leite Penteadado e por mim, a seguinte proposição que esperamos merecer a aprovação da oficina:

1º.) a jóia da iniciação será de 25\$000; 2º.) a mensalidade de 1\$000; 3º.) colocar-se-á na oficina uma caixa Emancipação, na qual os iniciados, a convite do venerável e de qualquer irmão, quando queiram, depositarão suas ofertas; 4º.) o produto dessa caixa será exclusivamente destinado à libertação de crianças do sexo feminino de 2 a 5 anos de idade; 5º.) as crianças assim libertadas ficam sob a proteção da oficina; 6º.) serão absolutamente proibidos os banquetes, ceias, copo d’água que o uso tem admitido nas iniciação, devendo o venerável convidar os recipiendários para converter em que dispenderiam com isso em donativos à Caixa de Emancipação; 7º.) serão criadas escolas para adultos e menores. As escolas serão noturnas; mantidas pela oficina para o ensino gratuito das primeiras letras.

(...)

A 1ª Escola Noturna inaugurada em 07 de setembro de 1869 começou a sofrer os ataques de um pequeno grupo que afirmava que propagavam os ensinamentos do protestantismo.

No dia 31 de julho, o jornal o Sorocabano, traz a seguinte notícia: Escola Noturna – matricularam-se desde 7 de setembro passado até 20 de julho deste ano: alunos 117. Saíram 65. Ficam 52. São freqüentes, termo médio 35. Destes que saíram, a maior parte foi pelos boatos malèvolmente espalhados na população de ser a escola protestante; mas hoje, reconhecendo que não há ali propaganda religiosa de espécie alguma, e são admitidas todas as crianças, têm voltado muitos dos que saíram. Tem-se notado grande dos alunos que entraram sem conhecimento, lêem corretamente manuscritos e livros, fazem as 4 operações aritméticas e exercitam-se em outras contas. A

off.: Perseverança III dá aos alunos: mestres, livros, papel, penas, lápis, etc.

(...)

Ubaldo do Amaral na mesma sessão propõe um aditivo, que dizia: “no dia 7 de setembro de todos os anos é obrigatória a libertação de uma criança, ao menos. Na falta de fundos correrá uma subscrição entre os irmãos” (1o Livro de Atas – Perseverança III, 1869). A proposta foi aprovada pelos membros presentes. Nesta mesma sessão os membros da Loja fazem uma arrecadação de 1\$200 réis para a benemerência. Na sessão seguinte levantaram 10\$000 réis para a libertação do escravo José e seus filhos, escravos de Ana do Sacramento. Nesta mesma sessão foi aprovado o regulamento da escola noturna (1o Livro de Atas, 29/08/1869).

Na sessão de 4 de setembro de 1869, os membros da Loja Perseverança III, confirmam a inauguração da escola noturna. Foram nomeados Antonio Joaquim Lisboa e Perciliano Marçal de Souza para cuidar da organização das salas e inauguração da escola noturna. A ata da Loja Perseverança III afirma que houve grande número de matriculados. Foram contratados dois professores Leonel Jandovy de Abreu Sandoval e João Lycio. Leonel Jandovy foi professor até 27 de novembro do mesmo ano.⁵⁸

Outras participações foram ações individuais de maçons, como é possível perceber no mesmo artigo de Ivanilson Bezerra:

Em 1882, Manoel José da Fonseca, membro da Loja Maçônica Perseverança III, criou uma escola noturna para os seus operários, entregando-a aos cuidados do professor Horácio Ovídio de Oliveira. Manoel Fonseca era o proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte, inaugurada em 02/09/1882. Vários membros desta Loja estavam ligados ao movimento que instaura a industrialização na cidade de Sorocaba.⁵⁹

Apoiava também educadores destacados, como Anália Franco, que nascera em Resende, no Rio de Janeiro em 1853, e a partir de 1868 atuava como professora auxiliar na província de São Paulo, merecendo por seu trabalho na educação paulista, uma dissertação de mestrado: *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para República (1868-1919)*. Até, o já

⁵⁸ SILVA, Ivanilson Bezerra da. Apontamentos sobre maçonaria, abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27, p.95–111, set. 2007 Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_27.pdf>. Acesso em: 11 outubro 2009.

⁵⁹ IDEM.

citado Decreto, nº7247 de 18 de abril de 1879, ou *Reforma Leôncio de Carvalho*, os escravos eram proibidos de frequentar as escolas, mas o fim da proibição legal não significou a concretização dessa possibilidade de cursar os poucos espaços escolares, até porque, como pode ser observado pelas datas das citações acima e abaixo, algumas ações já abriam a possibilidade da inclusão do negro, liberto ou não. Lembrando, que país não se preocupava em oferecer instrução aos pobres e muito menos aos escravos. Nesse quesito, Anália Franco estava a frente de seu tempo, uma vez que a preocupação com a criança negra acompanha sua trajetória de educadora:

Em 1871 já há, em Anália Franco, a preocupação com o escravo e seus descendentes e é essa preocupação que marca o início de sua atividade social. Ao mesmo tempo em que Anália demonstra-se sempre preocupada com a educação não podemos desprezar seu envolvimento com os assuntos de seu tempo que suscitavam debates como a escravidão.

Anália Franco não possuía qualquer interesse comercial na abolição, ao contrário, sua posição estava pautada em questões humanitárias e no direito de liberdade comum a todos, sem restrições étnicas. Permeada por forte convicção da necessidade do fim da escravidão, põe em prática seu discurso ao enfrentar preconceitos de uma sociedade escravocrata educando crianças afro-descendentes.

A fundação da primeira casa maternal de Anália Franco que acolheu nascituros de escravos não pode ser vista como um ato isolado, afinal [...] associações abolicionistas promoviam quermesses, leilões de prendas e outras atividades similares, arrecadando fundos para emancipação. O que chama atenção é o fato de, nesse primeiro momento, Anália assumir sozinha, sem qualquer vínculo com a instituição, a responsabilidade da educação dessas crianças.

(...)

Também provocava polêmicas a relação de Anália Franco com a Maçonaria. Em atas da AFBI encontram-se relatos do financiamento da obras da Associação pela Maçonaria e também de convites feitos pela ordem para que Anália dirigisse algumas escolas mantidas por eles.

A relação de Anália Franco tanto com o Espiritismo como com a Maçonaria tornou a AFBI alvo constante do ataque de católicos da época, o que fez com que educadora tivesse que publicar em seus manuais e *n'A Voz Maternal* explicações sobre o não-proselitismo da Associação.⁶⁰

⁶⁰ LODI-CORRÊA, Samantha. *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para República (1868-1919)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Unicamp, São Paulo.

Assim como a atuação nos jornais e nas sociedades abolicionistas, a atuação da maçonaria na educação não se resume numa única região, como novamente nos informa Mariana de Almeida Pícoli sobre o Espírito Santo:

A loja maçônica representou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão em Vitória. Entre seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos redatores dos principais jornais antiescravistas da capital o *Jornal da Victoria* e o *A Província do Espírito Santo*, respectivamente. Este último em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da maçonaria e contando com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros representantes engajados na campanha contra a escravidão.

Afonso Cláudio, figura de destaque do movimento abolicionista, embora não fosse maçom, lecionava no Liceu da loja maçônica União e Progresso como professor de História.⁶¹

Se citarmos os “personagens-chave” da nossa história, cuja atuação foi destacada no plano político e educacional, visando as iniciativas da instrução pública e laica, de fins do XIX. Dentre os nomes citados: **Américo Brasiliense**; **Américo de Campos**; Antonio Caetano de Campos; **Campos Sales**; **Cansação de Sinimbu**, Cezareo Gabriel de Freitas; Elias Fausto Pacheco Jordão; **Francisco Glicério**; Francisco Quirino dos Santos; João Kopke; Jorge de Miranda; **Joaquim Bonifácio**; **Joaquim Nabuco**, **Júlio Ribeiro**; **Rangel Pestana**; **Rui Barbosa**, **Silva Jardim**; Vieira de Carvalho; os irmãos **Prudente de Moraes** e Leôncio de Carvalho, pode-se afirmar, seguramente, que pelo menos 60% desses nomes eram maçons, referindo-me aos grifados, sendo que o último, Leôncio de Carvalho, embora não pareça ter sido iniciado em alguma Loja, como foi exposto, tinha vínculos com a maçonaria.

⁶¹ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Idéias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 fls. Dissertação (Mestrado Centro de Ciências Humanas e Naturais). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

2.5. Política e Leis

Poucos eram os indivíduos da classe dominante, logo após a independência, que divergiam do discurso predominante e ousavam condenar a escravidão.

Desses poucos que disseminavam um discurso ilustrado condenando a escravidão, podemos destacar Hipólito da Costa, Maciel da Costa, autor de *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil*, e José Bonifácio (Viotti, 2008, p. 17-18), que já em 1823, fizera sua *Representação à Assembléia Constituinte*. Todos esses maçons, e argumentavam que para abolir a escravidão, primeiro era preciso tomar medidas que facilitassem a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Bonifácio, como líder da nascente maçonaria regular brasileira, com esse documento, influenciaria os ideólogos da libertação escrava até 1888.

O documento era um projeto de lei impondo o fim do tráfico de escravos no país que ele iria apresentar a Assembléia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil. No entanto, a Assembléia foi dissolvida pelo imperador em 12/11/1823, José Bonifácio foi preso e deportado, sob as ordens de outro maçom, D. Pedro I, só foi publicada na França em 1825.

Em 31 de maio de 1831 é apresentado o projeto do senador Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, que tinha apoio irrestrito do padre maçom e Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó. Em 7 de novembro de 1831, foi promulgada a primeira lei nacional sobre o tráfico, mais conhecida como Lei Feijó, por causa do esforço empenhado por esse político para a sua aprovação.

Somente na segunda metade do XIX é que os debates acerca do trabalho servil começam a ganhar força nas câmaras.

Em 1849 as atenções estavam voltadas para o conflito na região platina. Daí justamente em 1850, mesmo já existindo a lei de 1831, é aprovada outra lei proibindo o tráfico, a Lei Eusébio de Queirós (maçom), essa lei redobrou os esforços na perseguição do contrabando, porque antes quase nada era feito.

Em 1851, o deputado Silva Guimarães propunha na Câmara dos Deputados a liberdade dos nasciturnos e sugeria que se proibisse a separação dos conjugues escravos. Outro deputado, Silveira da Mota [maçon], exercia também pressão incessante no mesmo sentido. Ano após ano, entre 1857 e 1865, Silveira da Mota apresentou à Câmara projetos visando ao deslocamento da população escrava das cidades para o campo, proibindo a posse de escravos a estrangeiros, a conventos e ao Estado e à venda de escravos sob pregão ou em exposição pública e estabelecendo limites de idade para a separação de pais e filhos. Quando os projetos eram aprovados no Senado, ou se perdiam na Câmara, em estudos nas várias Comissões, ou eram sumariamente rejeitadas. O projeto de Silveira da Mota – que propunha a proibição da venda de escravos sob pregão, proibindo ainda leilões de escravos e a separação de marido e mulher e pais e filhos menores de quinze anos – levou nove anos para ser aprovado. Tudo isso indica que havia ainda grande indiferença pela sorte do escravo.⁶²

Anos depois, em 28 de dezembro de 1853, outro maçom, Nabuco de Araújo, lutava infatigavelmente para aprovar o *Decreto dos africanos livres* (D'ALBUQUERQUE, 1970, p. 295) - Decreto 13003, de 28 de dezembro de 1853.

No ano seguinte, de 1854 era aprovada a *Lei Nabuco de Araújo* - que foi Ministro da Justiça de 1853 a 1857 - prevendo sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos.

Em 1865 o imperador solicitou a um dos membros do Conselho de Estado (VIOTTI, 2008, p. 42), o senador maçom Pimenta Bueno, que elaborasse um projeto de emancipação. Em 1866, Pimenta Bueno, mais tarde Marquês de São Vicente, apresentava cinco projetos com referência à emancipação dos escravos e que também precedia a lei do ventre livre:

O primeiro projeto do maçom Pimenta Bueno estabelecia a liberdade dos nasciturnos.

Determinava o segundo, a criação das Juntas Protetoras da Emancipação, em cada província.

Estabelecia o terceiro, a matrícula rural dos escravos. Pelo quarto, seria concedida Liberdade aos escravos, dentro de quatro anos.

O quinto projeto determinava a libertação, dentro de 7 anos, dos escravos dos conventos.⁶³

⁶² COSTA, Emília Viotti da. *A ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

⁶³ D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

Esse projeto não encontrou apoio no Conselho do Estado e o Imperador hesitava em apresentar o projeto. Nesse momento a Guerra do Paraguai atraía a atenção e a questão servil foi adiada.

Mas também, em 1866, a Junta Francesa de Emancipação, entidade de que a Maçonaria francesa, através do Grande Oriente da França, participava ativamente (CASTELANNI, 1998, p. 56), enviava ao imperador um apelo em prol da emancipação (VIOTTI, 2008, p. 43), no que o chefe do Gabinete de Ministros, Zacharias de Góes, respondia atenciosamente, que após a Guerra do Paraguai, travada de 1864 a 1870, a questão seria tratada com carinho.

A Guerra do Paraguai trouxe novas questões sobre a emancipação, aumentou a participação de clubes e jornais. Segundo Viotti (2008, p. 49), “as lojas maçônicas passaram, por sua vez, a dar apoio a essas iniciativas”.

Então sob o Gabinete de Pimenta Bueno, o ministro da Justiça, José Idelfonso de Souza Ramos, em 9 de fevereiro de 1870, fazia avisar que um indivíduo, voluntário da pátria, que se achava há mais de três anos no gozo de sua liberdade, e como livre servia na Armada, não só não deveria ser re-encaminhado ao seu senhor, como deveria ser imediatamente posto em liberdade.

Voltando ao ano de 1867, o então presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góes, atendendo à Fala do Trono e cedendo às pressões de seus correligionários, submeteu um projeto, modificando em parte a proposta de Pimenta Bueno, incluindo a completa abolição para o último dia do século. Mais uma vez os escravocratas venceram a briga no parlamento, alegando inoportuna a proposta, diante da Guerra do Paraguai.

Em 1869, os liberais lançavam uma Manifesto, redigido por Nabuco de Araújo, propondo a descentralização, autonomia do judiciário, criação de um sistema educacional independente do Estado, o Conselho de Estado passaria órgão administrativo e, entre outros, observa-se, a gradual emancipação dos escravos. O manifesto terminava com uma ameaça: “Ou a Reforma ou a Revolução” (VIOTTI, 2008, p. 46).

Terminada a Guerra do Paraguai o imperador chamou Pimenta Bueno para Organizar aquele ministério, porque ele havia sido responsável pelo projeto apresentado ao imperador. Mas ele não consegue se manter no poder e é convocado outro maçom para liderar o ministério: Rio Branco.

Primeiro o imperador havia convidado Nabuco, que não aceitou, em seguida convidou Rio Branco que aceitou depois de expor ao imperador seus propósitos de batalhar pela emancipação dos escravos. Porque ele havia assumido um compromisso com a maçonaria de assim faze-lo, numa Loja no Paraguai.

Rio Branco conseguiu a aprovação da Lei do Ventre Livre, a opção por uma emancipação gradual e com indenização, que se materializou em 1871, já estava em discussão no Senado desde 1862, quando o maçom conservador Silveira da Mota apresentou um projeto nesse sentido, que lhe havia sido solicitado pelo Grande Oriente da França (BARROSO, 1990 Apud D'ALBUQUERQUE, 1970, p. 304). A Lei do Ventre livre não foi inovadora, o Chile já havia adotado uma lei de ventre livre em 1811 e a Espanha outra em 1868.

Quando a Guerra terminou, Rio Branco foi a Assunção, como ministro plenipotenciário para reorganizar o Paraguai, lá ficou sabendo que acabara de ser eleito Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil. Na Loja Fé de Assunção, durante discursos de maçons à favor da abolição, Rio Branco assumiu um compromisso de trabalhar por essa causa.

Como chefe de um Gabinete conservador, Rio Branco agia com cautela e diplomacia, a tarefa foi árdua, quando o projeto do Ventre Livre chegou à Câmara enfrentou dura batalha, Rio Branco discursou vinte e uma vezes, tentando a todo custo uma solução conciliadora (CASTELLANI, 1998, p. 73).

Os Senadores: Nabuco de Araújo, com sua excepcional cultura Jurídica, Souza Franco e Francisco Otaviano, todos maçons, foram ineperterritos coadjuvantes de Rio Branco na luta pela aprovação do projeto no parlamento.

(...)

O projeto foi aprovado na sessão de 27 de setembro de 1871, que foi cognominada sessão das flores, porque o povo, que encheu o recinto, cobriu de flores o Visconde do Rio Branco, Grão Mestre da Maçonaria.⁶⁴

Souza Dantas, apoiado por Nabuco, na chefia do Gabinete, quis libertar os escravos com mais de sessenta anos, contudo, em minoria no Parlamento, não

⁶⁴ D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

conseguiu. Quando o maçom José Antonio Saraiva, ascendeu ao poder em 6 de maio de 1885, conseguiu a aprovação da Lei, com alteração substancial que elevava a idade para sessenta e cinco, mas ela só foi promulgada no gabinete de Cotegipe, passando a ser conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários. Essa Lei era um paliativo, afagava os abolicionistas e protelava a questão servil. Punham em divergência os maçons Saraiva e Nabuco, que diria no seu primeiro discurso na Câmara dos deputados: “Pobres velhos! O Dantas deu-lhes esperanças de morrerem livres. O Saraiva quer enterrá-los algemados” (Revista Ilustrada, Apud Viotti, 2008, p. 89).

Em 1887, dois dias após a sua posse na Câmara, Nabuco concita o exército brasileiro a abster-se do trabalho de capturar escravos:

O Exército Nacional não se deve prestar ao papel de perseguidor do escravo fugido! Não se coaduna com a honra do Exército a captura do negro que procura libertar-se à escravidão.⁶⁵

O que acontece a seguir: o exército, aproveitando a viagem de D. Pedro II à Europa, estando como regente a Princesa Isabel, solicita sua dispensa do serviço:

Apesar da presença de um escravista na presidência do Conselho, a maré abolicionista subia rapidamente e o movimento atingia seu ponto mais alto. O imperador, doente, achava-se em tratamento na Europa e a regente Isabel manifestava clara simpatia pela abolição. Multiplicavam-se as fugas de escravos. O Clube Militar pedia a Isabel que não utilizasse o Exército na captura de escravos fugidos.⁶⁶

Nesse mesmo ano de 1887 o Partido Republicano Paulista, que até então

⁶⁵ CASTELLANI, José. *Os maçons e a abolição da escravatura*. Londrina: A Trolha, 1998.

⁶⁶ BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de, Org. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

evitara se posicionar oficialmente em favor da abolição, dá sua adesão. O PRP era ambíguo quanto à escravidão, sobre o PRP, Maria Fernandes Lombardi, citando Pessoa⁶⁷, informa:

O texto do Manifesto de fundação do PRP, na Convenção de Itu, em 1873, diferentemente do texto de 1870, aborda a questão da abolição. Esta é apresentada como um problema social que deveria ser resolvido pela Monarquia, que o criou e que ainda era o regime vigente. Os republicanos argumentam que a solução virá antes da República e que não devem ser cobrados por isso. Afirmando categoricamente que qualquer posição mais radical levaria à perda de membros importantes do partido – de um ou de outro lado: "Fique, portanto bem firmado que o Partido Republicano, tal como consideramos, capaz de fazer a felicidade do Brasil, quanto à questão do estado servil, fita desassombrado o futuro, confiando na índole do povo e nos meios de educação, os quais unidos ao todo harmônico de suas reformas e de seu modo de ser não de facilitar-lhe a solução mais justa, mais prática e moderada, selada com o cunho da vontade nacional. Parece que esta declaração seria suficiente para apagar todas as dúvidas. A questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não política: está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarquistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhá-lo amanhã, estabelecer os meios de seu desfecho prático. E se os nossos contrários políticos pressagiam para um futuro demasiadamente remoto o estabelecimento, no país, do sistema governamental que pretendemos, o que vem interpelar-nos hoje e desde já sobre esses meios?" (Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista apud PESSOA, 1973, p. 65).

(...)

A Maçonaria forneceu uma unificação ideológica à elite paulista que formava parte importante do PRP. A importância da socialização das elites, destacada por José Murilo de Carvalho, pode ser observada na presente pesquisa por meio da convivência que a ordem possibilitava entre seus membros, com seus juramentos de fidelidade e ajuda mútua que contribuíram para o fortalecimento da união dessa elite e para a articulação de um projeto político comum.

(...)

O mesmo Silva Jardim teve participação no episódio decisivo da adesão do partido, como instituição, ao abolicionismo. Por ocasião da palestra proferida por Campos Sales em Santos, em 1887 – no que deveria ser uma festa liberal em homenagem à memória de José Bonifácio (o moço) –, realizada na Ilha Porchat, Jardim interpelou o palestrante acerca da questão da abolição e exigiu um compromisso do partido com a causa, desafiando os republicanos a não aceitarem membros possuidores de escravos após data determinada pela agremiação.

(...)

Se em São Paulo, onde o partido era mais organizado, a situação era essa, no restante do país ela agravava-se. No Rio de Janeiro havia pouco espaço de atuação para o partido, sendo seus membros "flutuantes" entre o Partido Liberal e o Partido Republicano,

⁶⁷ PESSOA, R. C. *A idéia republicana através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

o mesmo dando-se em Minas. No Rio de Janeiro havia o agravante da posição claramente majoritária do Partido Conservador que, no tocante à questão da abolição, conseguiu liderar tanto a iniciativa quanto a resistência à sua efetivação. Na Corte, o Partido Republicano assumia uma postura mais clara pelo abolicionismo e possuía uma militância urbana e influente na imprensa, mas pouco representativa em termos de densidade eleitoral. Nas províncias como Rio Grande do Sul e Pernambuco, os republicanos possuíam uma identidade mais diferenciada: na primeira claramente havia uma posição federalista muito forte e uma inclinação para apoiar a abolição e em Pernambuco havia um partido de forte inspiração positivista, sob a liderança de Aníbal Falcão.⁶⁸

Finalmente em 1888, quando a princesa Isabel regia, na ausência de D. Pedro que se encontrava novamente na Europa, subiu à chefia do Ministério, nomeado por ela, o maçom João Alfredo, braço direito de Rio Branco e decidido a por fim à escravidão.

No dia 8 de maio, o maçom Rodrigo Silva, Ministro da Agricultura, obedecendo a ordens da Princesa, apresenta à Assembléia a proposta: Artigo 1º, É declara extinta a escravidão no Brasil. Artigo 2º, Revogam-se as disposições em contrário.

Para apressar o processo na Câmara, Nabuco propôs a nomeação de uma Comissão, que daria parecer sobre o projeto, outro maçom, Henrique Pereira, presidente da Câmara, escolheu os nomes, daí o projeto teve parecer favorável e seguiu para a sessão do dia seguinte, onde foi aprovado por 85 votos contra 9 (D'ALBUQUERQUE, 1970, p. 364). Também lá Dantas havia usado da mesma estratégia, e nomeado uma comissão composta de 3 maçons (Visconde de Taunay, Visconde de Pelotas e José Antonio Correia da Câmara) e um profano (Teixeira Júnior). O projeto também foi aprovado no Senado e seria assinado pela Princesa Isabel no domingo, 13 de maio.

Tendo sido editada em três vias, cada cópia da Lei Áurea foi assinada por uma pena dourada idêntica.

Recentemente [agosto de 2006], D. Pedro Carlos vendeu ao Museu Imperial de Petrópolis a pena dourada com a qual sua bisavó, a

⁶⁸ FERNANDES, Maria Fernanda L. Os Republicanos e a Abolição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 27, novembro 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 novembro 2009.

princesa Isabel do Brasil, assinou a primeira via da Lei Áurea, pela soma de R\$500.000,00.

Apesar do título de Príncipe Imperial do Brasil ter sido transmitido aos primogênitos descendentes de seu tio-avô, D. Luís Maria Filipe, após a renúncia de seu avô, D. Pedro de Alcântara, a pena dourada havia sido mantida como herança entre os primogênitos do Ramo de Petrópolis.

As outras duas penas utilizadas encontram-se em poder do Museu da Maçonaria, na sede do Grande Oriente do Brasil.⁶⁹

⁶⁹ WIKIPÉDIA: Lei Áurea. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_%C3%81urea>. Acesso em: 25 janeiro 2010.

3. Republicanismo, Liberalismo, Positivismo e Arte.

A eficácia do ideário iluminista foi de tal ordem que movimentos abolicionistas e estadistas da América e Europa usaram seus princípios, durante os séculos XVIII e XIX, para desconstruir o argumento escravista. E foi trazido para o Brasil nos moldes formulados na Ilustração Francesa, principalmente por estudantes brasileiros que tinham freqüentado as universidades européias, como as de Montpellier, Edimburgo, Estraburgo e, claro, Coimbra.

Assim como foi o liberalismo, o pensamento iluminista, e a seguir, o positivismo, juntos, esses ideais formam uma conspiração que parece transcender a maçonaria, para onde todas essas correntes vanguardistas convergem; essas filosofias vanguardistas, sim, que são a própria força destrutiva do argumento escravista.

A desconstrução do argumento escravista passou por um processo de negação de sua legitimidade, e para isso foi necessário demonstrar que a escravidão se opunha aos princípios do cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva, violava o direito natural, entre outros, e que por isso, seria melhor se fosse substituída pelo trabalho livre. Esse processo começou no final do XVIII, se intensificou no XIX e se consumou no XX, ao passar pela *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* e chegar à *Declaração dos Direitos Humanos*.

A maçonaria serviu como espaço de divulgação desses ideais, em contraposição à educação católica, a militância e a resistência encontraram abrigo seguro dentro da Ordem, amparada pelos seus augustos mistérios. Beneficiaram-se de uma rede de contatos e ajuda mútua que alastrou esses ideais e incendiou a jovem elite letrada.

3.1. A abolição antes da Abolição no norte e nordeste.

A crise do sistema colonial produziu alguns conflitos que o Brasil colonial, e depois o Império do Brasil, precisou enfrentar, como foram os movimentos emancipacionistas da Conjuração Mineira (1789), Conjuração Carioca (1794), Conjuração Baiana (1798), a Conspiração dos Suassunas (1801) e a Revolução Pernambucana (1817). Além da insatisfação com sistema opressor colonial e monárquico, o que mais esses movimentos tiveram em comum? Fora a revolução Pernambucana, todos os outros foram delatados e malogrados, todos tinham intenções separatistas, três desses tinham intenções abolicionistas, todas sofreram influências das idéias iluministas e do advento da maçonaria no Brasil.

Como já foi dito no primeiro capítulo desse trabalho, a maçonaria regular se estabelece no Brasil em 1801, antes, a primeira loja que se tem notícia havia surgido na Bahia, em 17 de julho de 1797, na Fragata Francesa La Preneuse, cujo nome foi dado de “Cavaleiro da Luz” e foi fundada pelo comandante Larcher, José Borges e o Tenente Hermógenes Aguiar Pantoja, todos implicados na Conjuração Baiana, acrescentando os nomes de outros membros dessa loja que foram os principais líderes da conjuração, Cipriano Barata, José da Silva Lisboa e Luiz Gonzaga das Virgens, antes dessa data, aqui existia apenas agrupamentos com características maçônicas, como gabinetes de leitura e associações, funcionando como clubes ou academias.

Uma dessas associações ficou conhecida como uma sociedade literária fundada em 1771, a *Academia Científica do Rio de Janeiro*, foi fechada pelo vice-rei, conde de Resende (1790-1801), que resolveu em 1794 fechar a Sociedade e processar seus membros, por causa das suas idéias Iluministas e suspeita de envolvimento com a Maçonaria, pois em torno dessa associação, pairava a suspeita de uma Conjuração Carioca, mas seus membros foram libertados por falta de prova.

Em 1796, algumas pessoas, entre as quais Manuel Arruda Câmara, membro daquela Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que era ex-frade carmelita, médico pela faculdade francesa de Montpellier e botânico, fundaram a agremiação maçônica “Areópago”, na raia da província de Pernambuco e Paraíba.

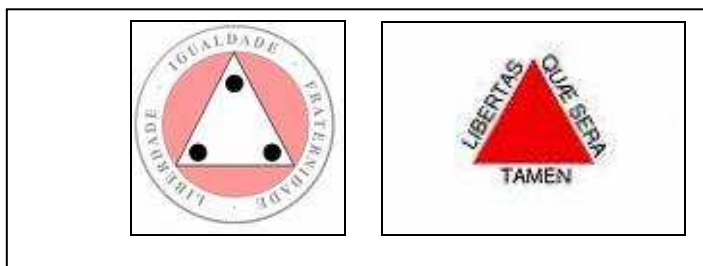
As discussões filosóficas e políticas dessa agremiação evoluíram para a Conspiração dos Suaçunas. Eram membros do Areópago os dois irmãos Arruda Câmara, os três irmãos Cavalcanti de Albuquerque, os padres Velho Cardoso, Pereira Tinoco, Albuquerque Montenegro, João Ribeiro Pessoa, José Luís Cavalcanti Lima, todos implicados nessa conspiração.

Após o processo da devassa sofrido pelos conspiradores, todos foram absolvidos e o Areópago foi fechado em 1802, mais tarde outra agremiação foi aberta com o nome de “Academia dos Suaçunas”, com sede no engenho de mesmo nome. Hoje existe uma Loja conhecida como Areópago de Itambé, na cidade pernambucana de Itambé, que obedece ao Grande Oriente Independente de Pernambuco.

A Revolução Pernambucana teve como líder Domingos José Martins, apoiado por Frei Caneca e Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, que organizou o Grande Oriente do Brasil. Todos envolvidos com a maçonaria. Após deflagrada a revolução, o jornalista e maçom Hipólito da Costa foi convidado para ser ministro plenipotenciário dessa nova república, quando ainda estava em Londres, mas recusou.

De todos esses conflitos, aquele que mais dificilmente pode ser ligado ao advento da maçonaria é o da Inconfidência Mineira, justamente pela falta de provas, afinal o que a própria inconfidência prezava. O assunto é controverso, muitos autores maçons incluem os inconfidentes na lista de maçons, os historiadores refutam. O melhor argumento dos autores maçons são baseados no comportamento dos envolvidos, que denotam ligações com o advento da maçonaria, o contexto, a dinâmica dos encontros e o triângulo da bandeira dos inconfidentes, por ser um dos símbolos usados pela ordem, e pela sua ligação, assim como os outros conflitos citados aqui, com o movimento revolucionário em andamento na França.

O triângulo é a célula base de formação de uma Loja, e muito empregado na simbologia maçônica. Nos locais em que não haja possibilidade de que uma Loja Maçônica seja formada, pode ser constituído um Triângulo maçônico, desde que exista um número mínimo de três Mestres Maçons.



7 – Triângulo maçônico e a bandeira de Minas Gerais inspirada na Inconfidência.

Todas as conjurações tiveram intenções abolicionistas, contudo a única que chegou a ser executada foi a Revolução Pernambucana, mas nessa revolução a escravidão foi mantida. Todos os conjurados, conspiradores e revolucionários possuíram escravos e mantiveram durante os movimentos, o que pode ser entendido dentro do contexto da falta de mão-de-obra que inviabilizava a substituição do trabalho servil.

De fato algumas cidades e estados do norte e nordeste, conseguiram abolir a escravidão, como Mossoró, no Rio Grande do Norte em 1883, e Ceará e Amazonas em 1884. Esses episódios de abolição antes da Abolição são explorados pela literatura maçônica, como nas obras de Castellani⁷⁰ e D’Albuquerque⁷¹.



8 – Embalagem de cigarro, alusiva aos abolicionistas de Mossoró, dentro do triângulo um tocador de tambor do exército. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁰ CASTELLANI, José. *Os maçons e a abolição da escravatura*. Londrina: A Trolha, 1998.

⁷¹ D’ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

Claro que o fato da população escrava ter sido reduzida no norte e nordeste acelerou o processo de substituição do trabalho servil pelo assalariado. Ainda assim, em Mossoró, uma das primeiras cidades a abolir a escravidão, o trabalho da maçonaria foi relevante, como já citado, a idéia de libertação dos escravos chegou lá vinda do Ceará, trazida pelo casal Romualdo Lopes e D. Amélia Dantas, e que foram recebidos festivamente pelos seus amigos e companheiros da Loja Maçônica "24 de junho". Essa loja havia abraçado a causa abolicionista, que foi liderada por Joaquim Bezerra Mendes, que em 30 de setembro de 1883 - quase cinco anos antes da Lei Áurea - proclamou a abolição dos escravos naquele município.

Por iniciativa da loja 24 de Junho, fundada em 1873. Criou-se a Sociedade Libertadora Mossoroense, em 6 de janeiro de 1883. A sua primeira diretoria ficou assim constituída: Joaquim Bezerra da Costa, presidente; Romualdo Lopes Galvão, vice dito; Dr. Paulo Leitão loureiro de Albuquerque, secretário; Cel. Francisco Gurgel de Oliveira, diretor; Alexandre Soares do Couto, diretor; Manoel Cirilo dos Santos, Salvador Bráulio de Albuquerque Montenegro, Manoel Benício de Melo, Conrado Maia (era o suíço Meyer), Francisco Romão Figueira.

Eram maçons, os que estão grifados. Como se vê, predominavam na diretoria os elementos da maçonaria.⁷²

O primeiro estado a abolir foi o Ceará, lá a loja "Fraternidade Cearense" e o jornal vinculado a ela o "Gazeta da Tarde", tiveram papel importante. Como já citado⁷³, governava o Ceará, o maçom Dr. Sátiro Dias, naquela época era intenso o trabalho maçônico, em prol da libertação da escravatura. E, no dia 25 de março de 1884, o "Dr. Sátiro Dias assinava um decreto extinguindo a escravidão no Ceará, emancipando todos os seus escravos restantes, nada menos de 19.588" (D'Albuquerque, 1970, p. 224). Foi nessa ocasião que uma comissão convidou o imperador D. Pedro II, e ele, esquivou-se não querendo provocar os escravocratas.

O mesmo sucedeu no Amazonas, lá a Loja Maçônica Amazonas havia comprado o jornal "O Abolicionista Amazonense", que vinha sendo editado desde

⁷² D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

⁷³ Ver na página nº 29.

maio de 1884. Era governador daquela província o maçon Dr. Theodoro Souto, que anunciou, do Palácio do Governo, a criação da Sociedade Libertadora 25 de Março, que teve como seu secretário, o Dr. João Lopes Ferreira. Também do Palácio, no dia 24 de abril, foi instituída a sociedade “Amazonense Libertadora”, composta só de senhoras, que teve como presidente sua esposa, e a “Sociedade Abolicionista 1º de Janeiro”, do farmacêutico Azevedo da Silva Ramos.

Em 24 de maio de 1884, o Dr. Theodoro anunciava que naquela província não havia mais escravos, a seguir seria demitido pelo conselheiro Lafayette.

Entretanto, a diferença entre esses dois momentos, os conflitos do XVIII, configurados nas conjurações e o pioneirismo desses estados no XIX, é que as conjurações intencionavam a abolição não pelas vias legais, enquanto o outro não pretendeu rebelar-se contra a monarquia, tendo sido consentido pelo imperador por estarem no terreno da legalidade.

3.2. Positivismo à favor da abolição: o exército se recusa a capturar escravos fugidos.

No auge da campanha abolicionista, às vésperas da abolição, o exército aplica o golpe fatal na instituição servil, ao solicitar à princesa Isabel, então regente, ser dispensado do serviço de captura de escravos fugidos. Fugas em massa passaram a acontecer nas fazendas, no ano seguinte, 1888, seria abolida a escravidão. Qual teria sido a contribuição da maçonaria nesse fato?

A participação de escravos na guerra forneceu novos temas aos que lutavam pela sua emancipação. A campanha em favor da libertação dos escravos recrudesciu. Grêmios, clubes, jornais, associações abolicionistas ou emancipadoras foram organizadas nas principais cidades do país. As lojas maçônicas passaram, por sua vez, a dar apoio a essas iniciativas.⁷⁴

⁷⁴ COSTA, Emília Viotti da. *A ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

Indo além de Emília Viotti, outros autores afirmam que o apoio, ou mesmo a participação de maçons, estão no início dessa questão.

Durante a Revolução Farroupilha, os combatentes negros foram declarados livres. Os líderes mais notórios dessa revolução foram reconhecidamente maçons: Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, Thomas Ferreira Valle, David Canabarro e Manuel Luis Osório. A revolução também teve inspiração ideológica de italianos *carbonários* refugiados, como o cientista Tito Lívio Zambecari e o jornalista Luigi Rossetti.

A *Carbonária*, também uma sociedade secreta e revolucionária de vocação conspirativa, atuante até hoje na Itália, atuou ainda na França, Portugal e Espanha nos séculos XIX e XX. Fundada na Itália por volta de 1810, tinha uma organização interna semelhante à da Maçonaria, com a qual, aliás, tinha algumas afinidades ideológicas (combater a intolerância religiosa, o absolutismo e defender os ideais liberais) e esteve aliada em certos momentos, havendo mesmo elementos que pertenciam às duas organizações.

No Brasil a carbonária encontrou adeptos entre os republicanos, ainda mais naqueles que se identificavam com os problemas sociais. Defendiam a abolição da escravidão para que fosse possível a implantação de uma república com instituições sociais.

É possível relacionar Revolução Farroupilha e movimento maçônico pois eles são concomitantes e conectados no campo das idéias, mas difícil sua comprovação documental. A maçonaria, quando iniciaram os conflitos, ainda estava iniciando no sul do Brasil as suas atividades, e nesse ponto o próprio Bento Gonçalves participava da criação de lojas:

Na fronteira, Bento Gonçalves organizou lojas maçônicas aprendendo rapidamente todos os meandros da organização, e usando o serviço postal maçônico como uma alternativa para sua correspondência secreta. Alguns anos depois, um de seus filhos afirmou que Sucre, o codinome maçônico de seu pai, era prova suficiente de sua intenção de estabelecer uma república antes do dia 20 de setembro de 1835.⁷⁵

⁷⁵ LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Muitos autores citam, ainda, como Bento Gonçalves, após ser preso pelas forças imperiais, conseguiu fugir da prisão na Bahia com a ajuda da rede maçônica e reaparecer no Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha parece ter sido mais importante para a maçonaria que o contrário, contribuindo para a expansão de um tipo de pensamento político que aproximou uma parcela da elite regional à causa maçônica. E durante a revolução não havia condições mínimas para que as lojas maçônicas exercessem suas atividades. Contudo, a maçonaria esteve presente e, de alguma forma, contribuiu no processo da revolução.

A libertação de negros, durante a revolução, não só estava carregada de ideais liberais, também tinha como objetivo angariar recrutas para compor por exemplo o contingente de Lanceiros Negros.

Nesse ponto a influência não foi da maçonaria, mas de maçons e, enfim, de todas as afinidades ideológicas implicadas nessa sociedade a qual estavam conectados os revolucionários, pois do outro lado, atrás das linhas inimigas também havia maçons, como o Barão de Caxias e Manoel Luis Osório.

Com o fim da guerra foi assinado o tratado de Paz de Ponche Verde, entretanto, após quase dez anos de guerra que teria causado mais de 45000 mortes. Transformando escravos em homens libertos, esse tratado abriu um precedente e uma tendência na história brasileira: a da criação de uma ampla classe de negros livres como parte do corpo do exército, tornando possível, por exemplo, a libertação de 20 mil escravos para que esses lutassem na Guerra do Paraguai.

E é justamente no período da Guerra do Paraguai que o exército brasileiro começa a ganhar estabilidade e coesão interna. Seu contingente, então formado por sua maioria pela classe média na metade do XIX, contará com líderes expressivos, como Caxias, Deodoro, Osório, Lauro Sodré, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca, Gomes Carneiro e Benjamin Constant, todos maçons. Constant, positivista, influenciará toda uma mocidade como professor da Escola Militar.

Não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. Ele entrou no país não como um método de investigação, mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científicista, e sobretudo como uma filosofia social, política e religiosa.(...)

Foi com base nesta maneira de pensar que se estruturou no Brasil uma visão que seria própria dos incipientes e indecisos meios intelectuais que falariam em nome da nascente classe operária carioca, durante o último quartel do século XIX. Tudo parece começar com a questão da escravidão.⁷⁶

A maior contribuição que o Positivismo deu ao Exército Brasileiro, foi o conhecimento das *Leis Naturais da Ciência Moral Positiva* – isto é, a Ciência da Construção – onde o objetivo da moral positiva consiste em promover a evolução da “Ordem” gerando o “Progresso”, cujas aplicações tecnológicas redundam nas disciplinas, à serem cumpridas, sem discutir, através das ordens de um comando, baseada numa hierarquia, que é respeitada espontaneamente, pela méritocracia.



9 - Quadro de Pedro Bruno representando a mulher e as filhas de Benjamin Constant costurando a nova bandeira do Brasil. Hoje, nela lê-se: “Ordem e Progresso”.

⁷⁶ LEONIDIO, Adalmir. Carbonários, maçons, positivistas e a questão social no Brasil na virada do século XIX. *Revista de História e Estudos Culturais*. USP-São Paulo, vol. 5, ano V, n. 3, 2008. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 02 fevereiro 2009.

Mas uma vez a maçonaria oferece um espaço ideal para o debate de um movimento filosófico, sociológico e político. Assim como foi o liberalismo, o pensamento iluminista, e, agora também, o positivismo – que não deixou de ser um desenvolvimento sociológico do iluminismo – nesse ponto, a conspiração parece transcender a maçonaria, para onde todas essas correntes vanguardistas convergem; essas filosofias vanguardistas, sim, que são a própria força destrutiva do argumento escravista. E o positivismo se apresenta em oposição ao dogmatismo clerical, e tal oposição começou a se infiltrar na classe nacional de oficiais, o que acelerou o processo da abolição no Brasil, em 1888.

Conforme já mencionado, o Gabinete de Pimenta Bueno, através do ministro da Justiça, José Idelfonso de Souza Ramos, no fim da Guerra do Paraguai, em 9 de fevereiro de 1870, fazia avisar que um indivíduo, voluntário da pátria, que se achava há mais de três anos no gozo de sua liberdade, deveria ser considerado como livre.

Mas foi em junho de 1887, quando foi instituído o Clube Militar, empunhando a bandeira da república e do abolicionismo, com Deodoro na presidência desse clube, que foi enviado à princesa Isabel, então regente, o pedido de dispensa da tarefa de captura de escravos.

3.3. Maçons ilustres da campanha abolicionista.

Relembrando, muitos fatores concorreram para que a escravidão se tornasse uma instituição abolida. Também, foram diversas as formas de atuação dos maçons para a abolição. Quantos maçons ilustres foram citados nesse trabalho até aqui – sem contar os anônimos, que não figuram na nossa História -, e a soma de maçons envolvidos torna inegável a contribuição, de alguma forma, da Ordem. Contudo, como já citado, de forma alguma houve uma total harmonia de pensamentos e ações entre os maçons quanto à sorte dos servos negros. Se, por exemplo, havia abolicionistas que se tornaram republicanos de última hora, e republicanos que se tornaram abolicionistas de última hora, houvera aqueles que

não se interessaram pela questão servil.

Vale agora, mais que citar resumos biográficos de alguns ilustres maçons, problematizar a atuação desses em relação à questão servil.

Como mensurar, por exemplo, a importância da poesia do maçom Castro Alves, o poeta dos escravos? Qual foi o alcance do verso e da poesia na beneficência abolicionista? Ou da ópera do maçom Carlos Gomes?

Em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentre seus fundadores, estavam alguns maçons ilustres como Francisco Gê Acabaya de Montezuma⁷⁷.

O objetivo do IHGB seria promover a construção de uma História do Brasil, que deveria ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política. A idéia era transformar o território do Império em Nação Brasileira, onde o Império reconhecia a necessidade de fazer com que todo o brasileiro se reconhecesse pertencente aquela nação que se construía. Esse projeto também objetivava fortalecer a ação literária como forma de intervenção social.

Em 1840, o IHGB realizou um concurso destinado a premiar o melhor plano para a escrita da História do Brasil. Carl von Martius ganhou, apresentando o texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, valorizava o regime monárquico, mas apontava como característica principal na história brasileira, a fusão das raças branca, negra e indígena. Porém, o que predominava na literatura brasileira, até então, assim nas obras de maçons como José Alencar e Casimiro de Abreu, era um romantismo engajado na história dos vencedores europeus, onde o índio, por exemplo, era o “homem do mato” e o grande tema de suas obras, o símbolo identitário capaz de despertar o sentimento de nação; o negro, era ignorado na literatura. Não havia espaço para o debate da questão servil na literatura, e conseqüentemente, não havia um espaço na história para o negro.

Foi Castro Alves o primeiro a romper o silêncio na literatura, seu tema por excelência foi a questão servil, desconstruindo os discursos literários hegemônicos que celebravam o índio, o amor, os santos, etc. Era combativo e militante. Além

⁷⁷ Mulato, foi ainda fundador do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB). Primeiro Grande Comendador Soberano da Maçonaria Brasileira, pois, em 1832, introduziu, no Brasil, o Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, usando a autorização do Supremo Conselho da Bélgica. Membro da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. Ministro da Justiça e dos Estrangeiros, na regência de Feijó.

de dar visibilidade aos negros na literatura, concitava-os e conclamava a participação popular, por isso foi “o poeta dos escravos”:

Lutai... Há uma lei sublime
Que diz: à sombra do crime
Há de a vingança murchar
Não ouvis do Norte um Grito,
Que bate aos pés do infinito,
Que vai Franklin despertar?

Em busca desta liberdade:
Basta!... Eu sei que a mocidade
É o Moisés no Sinai
Das mãos dadas do Eterno recebe
As taboas da lei! Marchai!
Quem cahe na luta com glória,
Tomba nos braços da História,
No coração do Brasil!
Moços do topo dos Andes,
Pyramides vastas, grandes,
Vos contemplam séculos mil!

Em Carlos Gomes essa militância não é evidente, alguns autores chegam a considerar que ele não atuou de forma consistente para a abolição. Maçons ilustres abolicionistas, como André Rebouças, Visconde de Taunay e Nabuco, glorificam o “maestro da abolição”.

Suas obras, a despeito de toda questão literária acerca do romantismo e da inserção do negro na história, seguia... ignorando a questão servil. Fica mais complicado na Ópera *Lo Schiavo*, que estreou no Rio de Janeiro um ano após a Abolição, quando o maestro passava por dificuldades financeiras e parecia ceder a seus empresários, que desejavam repetir o sucesso de *O Guarany* e vetar um protagonista negro:

O erro de Carlos Gomes é tanto mais lastimável quando se leva em conta que em *Lo Schiavo* ele fez uma de suas melhores óperas até hoje, superando, em qualidade e invenção, seu maior sucesso, *O Guarany*. (...) Pena que o brilho da música é empanado pelo grotesco de se ver, em cena, tenores seminus interpretando índios com inverossímeis bigodões, cantando em italiano, a exemplo do que já

acontecera em *O Guarany*. Índio no lugar de negro escravo já é difícil de acreditar - e índio de bigode é impossível.

Talvez o compositor campineiro tenha sucumbido a algo mais grave que a vontade dos empresários italianos em lotar teatros: o preconceito racial. Se colocasse um personagem negro, não estaria sequer sendo o primeiro a fazê-lo. É bom lembrar que o protagonista de *Otello*, de Verdi, estreada há dois anos, é um mouro, e a personagem principal de *Aida* é uma princesa etíope.⁷⁸

É nas *matinéés*⁷⁹ abolicionistas dos teatros, durante apresentações de obras de Carlos Gomes, que encontramos registros de beneficência a negros - aqui uma menção especial deve ser feita a Carlos Gomes -, pois espetáculos em homenagem a Carlos Gomes escondiam quase sempre intenções de propaganda abolicionista. Durante as *matinéés* havia os momentos de libertação de cativos, em cena aberta, acabando numa grande festa abolicionista. As *matinéés* eram animadíssimas e atraíam todas as classes sociais, especialmente as menos favorecidas, que só tinham, como folga, as tardes de domingo.

Mas até isso parece não redimir Carlos Gomes, afinal desde que o ator italiano Ernesto Rossi fora entusiasticamente aplaudido pelos cinco mil espectadores em 1870, após declarar-se convictamente abolicionista, levando o público ao delírio, *matinéés* abolicionistas passaram a ser uma constante em apresentações, não somente de Carlos Gomes!

Estava descoberto o que podemos chamar “fórmula Rossi”. Todos parecem ter aprendido a lição e, daí para frente, não houve grande benefício, festa ou comemoração abolicionista que não se encerrasse com a libertação de um ou mais escravos, levando os espectadores ao arrebatamento, às lágrimas e ao convencimento íntimo.⁸⁰

Como elucidar essa ambigüidade em Carlos Gomes? Parece necessário o

⁷⁸ Ópera: Lo Schiavo, de Carlos Gomes. *Veja na História*. Set. 1989. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/republica/indice.shtml>>. Acesso em: 04 março 2010.

⁷⁹ Palavra francesa para representação ou concerto diurno.

⁸⁰ SILVA, Eduardo. *Resistência negra, teatro e abolição da escravatura*. 26ª Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.sbph.org/reuniao/26/mesas/silva/>>. Acesso em: 6 março 2010.

testemunho de uma ação em particular desse maestro. Isso pode ser encontrado no livro de Hermes Pio Vieira, ao narrar um episódio onde Carlos Gomes encontra, em Campinas, um escravo miserável executando numa sanfona sua obra *O Guarani*, e se aproxima dele comovido:

Carlos Gomes, todavia, ainda sob a forte impressão que lhe causara a perfeita execução do “*O Guarani*”, no prosaico instrumento, quis ser útil, de qualquer maneira:

- Diga-me, pelo menos, então, o que é que você mais deseja possuir.

- Ah!..., - exclamou o pobre homem, como se tivesse um nó na garganta.

- Diga – encorajou-o o maestro...

- O que eu mais quieria... (sic) (Suspiro) era vivê como um pássaro que é filiz, por sê bem tratado, na gaiola co de rosa do amo, com aquela que me fez te vontade de toca umas coisas que bula com o coração da gente, como essa musga sinhô...

- Por que não se casa, então? Por que não se casa para viver com aquela que você ama tanto?

- Pruquê, patrão? Ah!... pruçê não sou forro.

O sanfoneiro baixa a cabeça desolado. O maestro, então, num ímpeto fá-lo subir na carruagem e manda acelerar a carreira dos animais. Ao chegar à casa do senhor do escravo desce, entra e, depois de longos minutos, retorna, trazendo, nos olhos grandes e brilhantes, uma alegria incomum. Subindo na carruagem e abraçando o negro, que o fita, espantado e trêmulo de emoção, diz:

- Eis aqui a sua felicidade! Tome-a: é a sua carta, onde cintila a maior jóia da vida – a liberdade!⁸¹

Irineu Evangelista de Sousa, maçon, mais conhecido como Barão de Mauá, foi precursor no Brasil do liberalismo econômico, da valorização da mão-de-obra, do investimento em tecnologia, das transnacionais brasileiras, da globalização, do multilateralismo e do Mercosul. Por mérito próprio se tornou o homem mais rico do Brasil, na segunda metade do XIX. Progressista e abolicionistas, ainda que indireta, suas ações atingiram significativamente as estruturas escravistas, ao iniciar a era das locomotivas, ao promover a imigração estrangeira, ao valorizar a mão-de-obra, bem como a proibição de trabalhos escravos vinculados aos seus empreendimentos, enfim, sua idéia de progresso, já consolidada na europa, acaba implicando em mudanças nas relações de trabalho

⁸¹ VIEIRA, Hermes Pio. *Carlos Gomes – Sua arte e sua Obra*. Pernambuco: Libertas, 1934.

aqui no Brasil, porque seu modelo idealizado de progresso era incompatível com o escravismo.

Em 1846, Mauá criou o *Estabelecimento de Fundição e Estaleiros Ponta da Areia*, para atuar na indústria pesada, fundição, estaleiro e caldeiraria, fabricando navios, máquinas a vapor, engenhos, guindastes, prensas, etc. Introduziu a era da mecanização no Brasil. Em 1857, 97% dos engenhos de Pernambuco eram ainda movidos a tração animal ou a água, somente 2% a vapor. “Depois de 1870, o número de engenhos movidos a vapor aumentou para 21,3%. Isso afetou o ritmo e as relações de trabalho” (VIOTTI, 1998, p. 64).

Em 1852 fundou as *Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas* (baseado num contrato de concessão de direitos de exploração por trinta anos), a *Companhia Fluminense de Transportes* e a *Companhia de Estrada de Ferro de Petrópolis* (a primeira ferrovia do país, que vai do Porto Estrela, em Guia de Pacobaíba, no município de Magé, até Petrópolis), entre tantos outros empreendimentos gigantescos que criou mais tarde.

Essas mudanças, iniciadas por Mauá, tanto no sistema de transporte quanto no sistema de produção, tornou possível reduzir a mão-de-obra permanente, escrava, e contratar extras, livres, por ocasião das colheitas. “Dessa forma, o trabalho livre tornou-se mais viável, senão mais lucrativa” (VIOTTI, 1998, p. 65).

Em seus empreendimentos sempre incluía, nos contratos, uma cláusula onde vetava a contratação de escravos por terceiros. Contra ele pesa a acusação de ter fabricado ao menos um navio negreiro, que fez uma viagem à África e após foi incorporado à marinha. Sobre isso, deve-se observar, que ele fabricava navios, não escravizava negros.

Quando criou o *Estabelecimento de Fundição e Estaleiros Ponta da Areia*, contratou os escravos que antes trabalhavam naquele lugar, pagando salários para que pudessem comprar suas alforrias e promoveu a emigração de chineses para trabalhar lá também.



10 - Mauá fala aos operários do Estaleiro Ponta da Areia – Cena do filme Mauá – O Imperador e o Rei.⁸²

A imigração estrangeira foi outro ponto da sua visão progressista que fazia parte das discussões acerca da substituição do trabalho servil. Embora nisso Mauá não tenha sido precursor, pois outro maçom, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Grão-Mestre do Grande Oriente Nacional Brasileiro, já em 1841 havia trazido 90 famílias portuguesas para sua fazenda em Ibicaba, em Limeira, e a partir daí seria imitado por diversos proprietários rurais de São Paulo. Contudo, em 1876, Mauá ofereceu ao Estado Imperial um projeto de imigração de *coolies*, que eram trabalhadores asiáticos de baixa especialização, e seriam provenientes de Calcutá, Madras e Bombaim. Dois anos antes do histórico Congresso Agrícola de 1878, realizado no Rio de Janeiro, o então empresário aponta para a falta de braços na lavoura, associada ao fim do tráfico de escravos desde a lei de 1871. No projeto que Mauá defendia, com base em experiências inglesas, solicitava o privilégio de 25 anos para organizar a imigração:

⁸² MAUÁ – O IMPERADOR E O REI. Direção de Sérgio Resende. Brasil: Buena Vista/Europa Distribuidora, 1999. Vídeo/DVD (130 min.).

O resultado desses esforços foi que os interesses agrícolas que ficarão desorganizados nesses países (sic) se achão hoje em condições de prosperidade nunca d'antes attingida, inclusive o das próprias colônias inglesas das Antilhas que substituirão no fim de 15 annos o braço do preto **indolente** pelo indiano, que representa trabalho mais efficaz (PROJETO do Barão de Mauá para a Imigração de Coolies, 1876:7).⁸³

O significado de preto indolente, destacado, pode ser equivalente a apático ou negligente ao trabalho – e quem não seria apático e negligente trabalhando forçada e desgraçadamente.

Porém apática, indiferente, ou pelo menos dúbia, foi a postura do mais ilustre dos maçons do XIX, O Imperador Pedro II. Dono de um temperamento dissimulado, o imperador tinha apoio dos escravistas, e procurava não desagradar os abolicionistas. Inclusive a sua iniciação na maçonaria parece fazer parte de uma estratégia com a finalidade de tê-la “debaixo de suas vistas”, de tal maneira a impedir que a maçonaria se tornasse palco de discussões para futuras conspirações. Graças a uma grande flexibilidade de caráter, D. Pedro II conseguiu ser um soberano absoluto, se acomodando em todas as situações políticas que apareciam. Soube conservar, com mão de ferro, um poder sem contrapeso nem limite, que destruiu todos os seus aliados, todos os partidos, todos os homens, fazendo reinar acima de tudo a força superior do monarca. Assim, ele mesmo evidenciou a influência desastrosa que sistema monárquico causava ao progresso brasileiro, quando não compreendeu, ou ao menos não soube integrar-se às idéias liberais que o tempo exigia, como fez a monarquia inglesa, deixando sublevar a opinião pública e sucumbindo à avalanche republicana do final dos anos 80.

⁸³ PROJETO do Barão de Mauá para a Imigração de Coolies. *IHGB*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1876.

4. Contexto internacional e a maçonaria após a Abolição.

Antes que a Abolição tivesse sido realizada no Brasil, ela já tinha sido condenada, tanto do ponto de vista moral quanto econômico, nos países desenvolvidos. Isso já aponta como, a elite econômica do país, andava fora de sintonia com as mudanças no mundo ocidental. O Brasil, Cuba e Porto Rico, eram, no fim do século, os únicos países onde havia escravidão, e isso associou o nome do país ao atraso e à ignorância.

Então, o movimento abolicionista, para os intelectuais foi fonte de inspiração, para os políticos, um instrumento de ascensão política e para a monarquia, uma agonia.

A França, após a Revolução e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, viu abolida a escravidão em 1794 na Convenção Nacional, e nas suas colônias foi abolida até 1848; em Portugal, o primeiro ministro reformista Marquês de Pombal, maçom, aboliu a escravidão na metrópole e nas colônias da Índia a 12 de Fevereiro de 1761; Nos E.U.A., mediante a Declaração de Emancipação, na qual foi declarada a liberdade de todos os escravos em 1863 e entrou em efeito, pela primeira, vez no final da Guerra Civil, em 1865, foram libertados os escravos nos estados que se mantinham escravistas até então. A 23 de Agosto de 1833 foi aprovada a Slavery Abolition Act (Ata de abolição da escravidão) pela qual desde 1 de Agosto de 1834 ficavam livres todos os escravos das colônias britânicas. A Espanha aboliu em 1811.

Na América Latina, o Chile aboliu em 1831; América Central, em 1824; México, em 1824; Bolívia, em 1831; Venezuela, em 1854; nas colônias holandesas, em 1863; Porto-Rico, em 1873; Cuba, em 1880 e finalmente Brasil, em 1888.

Os países da América, que foram colônia, tiveram a abolição da escravidão, em seus territórios, em parte vinculadas às transformações políticas de suas metrópoles, ou ao menos, articuladas com a crise mais geral da sociedade europeia. A emancipação das colônias hispano-americanas, lideradas pelos grandes senhores de terras e pela burguesia *criolla*, encontrou apoio nos setores médios e populares, contudo, verifica-se um alto percentual de presidentes

maçons nessas novas repúblicas, indicando o engajamento da Ordem nessas ex-colônias.

No Haiti, formaram-se condições particularíssimas, que possibilitaram aos escravos e setores populares liderar um movimento revolucionário, tendo à frente o maçom Toussaint Louverture.

4.1. Maçonaria e a abolição em Portugal, França e E.U.A.

Cedo, Portugal havia abolido a escravidão, lá, o Marques de Pombal, maçom, havia realizado reformas e abolido a escravidão em 1761, a partir daí, a maçonaria portuguesa pautou-se pela concretização de objetivos gerais de progresso e desenvolvimento, idéias sempre aliadas ao iluminismo, lutando pela abolição da pena de morte e da escravatura em outros países, pela criação de escolas nos níveis primários e secundários, a difusão da instrução nas colônias, por uma laicização desse ensino, pelo registro civil obrigatório e publicação de códigos de direito. O contributo fundamental teria sido dos homens, que por estarem ocupando funções públicas, transportaram para ali objetivos de progresso e desenvolvimento humano e social, que se teciam nos laços de solidariedade e fraternidade maçônica. Assim continuando pelo século XIX como afirma Rui Ramos⁸⁴ em seu artigo, onde cita também Oliveira Marques⁸⁵

A maçonaria, em que militaram talvez metade dos parlamentares das décadas de 1820 de 1830 (Marques, 1990-1996), proporcionou um cimento cultural a esta nova elite política. No topo, durante a segunda metade do século XIX, a elite política liberal acabou por se constituir como uma espécie de clube urbano de altos

⁸⁴ Ramos, Rui. Para uma História Política da Cidadania em Portugal. *Análise Social*, Lisboa, vol. 39 (172), p. 555, 2004.

⁸⁵ MARQUES, Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Presença, 3 Vols., 1990-1996.

funcionários com formação universitária ou equivalente (Ramos, 2001b, pp. 31-63)⁸⁶.

E passaram a influenciar na formação da maçonaria do Brasil nesses moldes. Tendo sido sua forma de atuação tão empregada, podendo-se estabelecer quase um padrão, pela atuação focada na formação intelectual da elite, atuação militante nos jornais, na instituição de uma educação laica e liberal, além da filantropia.

Embora muitos maçons estivessem ligados à Revolução Francesa, ela não foi obra exclusiva da maçonaria, ainda que nela tivesse uma participação relevante. A abolição, na França e nas suas colônias, se tornou um desdobramento da Revolução.

As sociedades abolicionistas criadas na França, pressionaram o governo brasileiro, expondo o país diante da opinião internacional.

Provocado, no entanto, por um apelo da Junta Francesa de Emancipação, dirigido ao imperador a favor da abolição em julho de 1866, o governo liberal-progressista de Zacarias de Góis e Vasconcelos respondeu em agosto, com uma carta rascunhada pelo imperador. A resposta provocou comoção política ao afirmar que "a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico é, portanto, apenas uma questão de forma e oportunidade". A afirmação foi repetida na Fala do Trono em maio de 1867. Nesse meio tempo, os projetos de Pimenta Bueno foram apresentados ao Conselho de Estado de que o senador Nabuco fazia parte. O senador aliou-se aos conselheiros favoráveis às medidas e foi nomeado presidente de uma comissão encarregada de consolidar os projetos.

Em julho de 1868, no entanto, o imperador, preocupado com o andamento da guerra, aproveitou a saída de Zacarias para fazer uma traumática mudança de partidos, chamando o conservador visconde de Itaboraí. O senador Nabuco liderou a reação ao que chamou de golpe de Estado e ajudou a fundar o jornal *A Reforma*, com programa mais radical do que o dos progressistas. Um dos itens do novo programa era a emancipação do elemento servil. Em 1869, o Centro Liberal, liderado por Nabuco, inovou ao ser a primeira associação política a incluir o tema da emancipação em seu programa. Mas o gabinete de Itaboraí opôs-se a qualquer discussão dos projetos abolicionistas e o

⁸⁶ RAMOS, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: ICS, 2001b.

tema do "elemento servil" foi engavetado pelo governo pelos próximos dois anos.⁸⁷

Uma das primeiras sociedades abolicionistas francesas foi a *Société des amis des Noirs* (Sociedade dos amigos dos Negros), criada em 19 de fevereiro de 1788, que lutou pela abolição imediata. Esta associação foi criada por Jacques Pierre Brissot e presidida por Étienne Clavière, ambos maçons.

Para levar a cabo esse exame, serão inventariados, em primeiro lugar, os autores europeus citados nos textos dos brasileiros, o que permitirá não só comprovar que fizeram parte do contexto do antiescravismo da Ilustração, como também conhecer suas fontes doutrinárias; em seguida, serão apresentados os principais elementos da crítica dos brasileiros à escravidão e as medidas práticas que propuseram para combatê-la. Estes dois últimos itens fornecerão dados que serão confrontados com as linhas gerais do antiescravismo da Ilustração francesa, pois, como se sabe, Portugal e Brasil, dos fins do século XVIII e início do XIX, estavam dentro da esfera de influência da cultura letrada francesa, além de os mais importantes textos ingleses que condenavam a escravidão terem sido traduzidos, a partir dos fins da década de 1780, pela Sociedade dos Amigos dos Negros da França. É por esse caminho que se tentará apreender a especificidade das primeiras manifestações antiescravistas no Brasil.⁸⁸

Mas, apesar disso, o período revolucionário e pós-revolucionário na França deu outros temas para ativistas maçônicos, que se ocuparam de outras causas indo além da questão servil, esforços que colaboraram, por exemplo, na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789 cujo primeiro artigo assegura: “os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.”

⁸⁷ BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de, Org. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

⁸⁸ ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 20, nº 30, p. 40, 2000.



11- Delta luminoso, presente na Representação da Declaração Direitos do Homem e do Cidadão. Simbologia também empregada na maçonaria, que é usada em outras representações importantes no mundo.

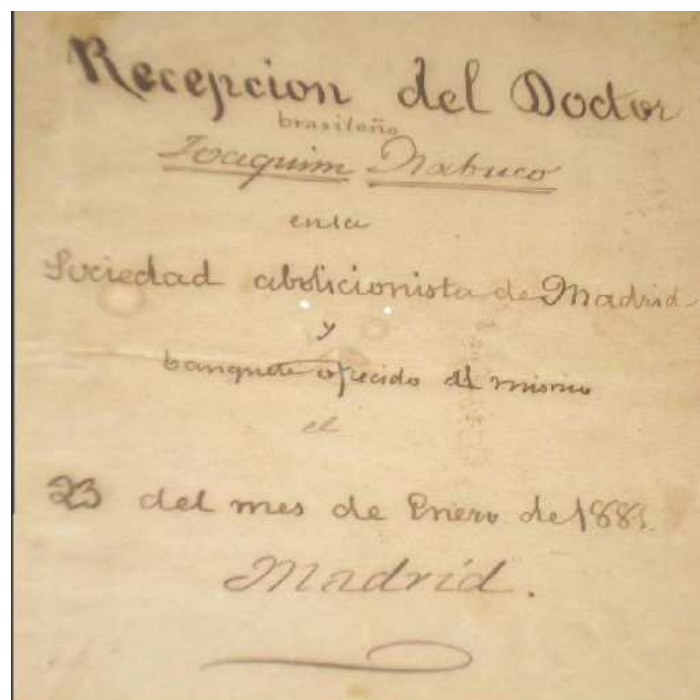
Fontes de informações que ligam a maçonaria ao movimento abolicionista noutros países são muito raras, até mesmo pela especificidade dessas sociedades, por serem secretas, não deixam registros de suas atividades, a confirmação de nomes de membros dessas ordens se torna por vezes impossível, os raros arquivos da maçonaria em muitas cidades são precários, e muitos se perdem por falta de conservação, ou simplesmente são destruídos por incêndios, enchentes ou outros acidentes.

Muitas dessas fontes são baseadas em evidências, como nas encontradas em simbologias usadas tanto na maçonaria quanto na Revolução Francesa, assim como os lemas das duas (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) e o Delta Luminoso. O Delta forma uma figura triangular regular e perfeita, a primeira perfeição. Nenhuma figura é tão usada pelos maçons quanto este símbolo que também é representado muitas vezes por três pontos (. ' .). Se por um lado esse tipo de fonte gera especulações, por outro são tão fortes que é difícil negá-los, como o Delta empregado na nota de 1 Dólar (um), se aplicarmos uma estrela de Salomão seguindo o Delta, suas pontas formarão a palavra “*mason*” (ver figura

11), Franklin Roosevelt fez com que esse símbolo fosse empregado na nota em 1935, ele era maçom.

Aqui no Brasil, a atuação da maçonaria para a abolição foi muito mais documentada, até porque, o recrudescimento da militância maçônica, assim como de outras militâncias abolicionistas, aconteceram e ganharam vulto na medida em que a abolição foi sendo retardada, o que não aconteceu noutros países.

De certo, sabemos que ilustres maçons abolicionistas brasileiros usaram sociedades abolicionistas internacionais para promoverem suas campanhas. Como Joaquim Nabuco usou sociedades francesas, norte-americanas, britânicas e até espanholas.



12 – Convite para recepção de Joaquim Nabuco. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Claro que a maçonaria na Europa nem sempre teve, entre seus membros, maioria à favor da abolição, no século XVIII a rede de contatos que a maçonaria oferecia aos seus membros era muito empregada no comércio de escravos, principalmente em Liverpool, na Inglaterra.

Listas completas de membros são raras a partir deste período, mas há uma lista sobrevivente, contendo os nomes dos membros e suas ocupações num rito "moderno", presente em Liverpool, da Loja Comércio, a partir de 1789. Esta lista é fascinante, não só porque é um raro exemplo de atuação de uma loja a partir deste período, mas porque revela um número de maçons locais, que estavam profundamente envolvidos na política local, no comércio de escravos e de corsários.

Um dos fundadores da Loja foi Thomas Golightly, que foi listado no grupo de comerciantes, que mantinha negócios com a África a partir do porto de Liverpool. Golightly era, principalmente, um comerciante de vinhos e tinham poderosas conexões políticas, em Liverpool, sendo um associado do antigo prefeito de Liverpool, e tinha outros amigos comerciantes de escravos, como Peter Baker.

(...)

Thomas Barton também se aventurou no curso, que é proprietária da Harriet, que teve o brigue francês L'agréable, o navio ea carga que está sendo vendido através do escritório do corretor local e maçom, William Ewart, outro membro da Loja Comércio. Ewart era um associado de John Gladstone, o pai do futuro Liberal-ministro William Ewart Gladstone, que manteve os escravos em suas plantações nas Índias Ocidentais, e apoiou os direitos dos companheiros West Indian proprietários de escravos durante a sua breve carreira, mas política turbulenta. Um dos filhos de John Gladstone, Robertson, tornou-se um maçom em Liverpool, em 1833, ano da emancipação, quando João foi registrada como tendo cerca de 1000 escravos em suas fazendas.⁸⁹

A adesão ao abolicionismo, dentro das Lojas inglesas, torna-se evidente ao passo que as idéias iluministas também vão ganhando adeptos na maçonaria e em toda a Europa. E esse passo ocorre em períodos diferentes na Inglaterra, durante o Iluminismo inglês, e na França, durante o Iluminismo francês. E essa adesão, ao abolicionismo, pelos ingleses, não foi somente motivada pela perspectiva de lucros que a adoção da mão de obra assalariada poderia trazer, mas foi toda uma

⁸⁹ A Most Miserable Trade. *FREEMASONRY TODAY*. Freemason's Hall, Londres, nº 39, 2006. Disponível em: <<http://www.freemasonrytoday.com/public/index-39.php>>. Acesso em: 20 janeiro 2010.

mudança cultural:

Durante a escravidão, no século XVIII, tornou-se assim um dilema moral para os maçons [ingleses], como o abolicionista Richard Downward, mas ao mesmo tempo, o comércio foi defendido como um negócio rentável por maçons, como Isaac Gascoyne, ambos ideais, inevitavelmente, em choque com a abolição (...).⁹⁰

Contudo, a maçonaria inglesa foi muito importante para a criação da primeira Loja maçônica que permitia a adesão de negros, pois as Lojas maçônicas norte-americanas raramente conseguiam aceitar negros, visto que a aceitação deveria ser feita por votação unânime, e em todas as lojas daquele país sempre havia uma minoria branca que vetava a entrada de negros:

Na verdade, a Maçonaria inglesa desempenhou um papel na criação da primeira loja maçônica negra em Boston, Estados Unidos, que foi efetivada mediante concessão de uma carta da *Grand Lodge of England*, em 1784, pois as lojas americanas não permitiam a adesão de negros. Seu líder era um negro norte-americano chamado Prince Hall, e a *Prince Hall Masonry* desde então se espalhou para o Canadá, Caribe e Libéria. A Maçonaria inglesa também pode se vangloriar de outra conexão com o movimento antiescravista, com o *Freemasons Hall*, em Londres, sendo usada como local para a primeira convenção mundial antiescravista em 12 de Junho de 1840.⁹¹

Em 6 de março de 1775, Prince Hall e outros catorze negros livres, foram iniciados, passaram na prova e foram destacados na *Military Lodge N° 441* britânica, e foram integrados ao Exército britânico e, em seguida, estacionados em Boston. Curiosamente, lutou contra os ingleses durante a guerra de independência.

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ *Idem.*

Mas, nesse tempo, quando o exército britânico saiu de Boston, em 1776, aos maçons negros foram concedidos uma dispensa para operações limitadas como na Loja Africana Nº1, eles poderiam se reunir e praticar alguns ritos maçônicos, entre negros, não estavam admitidos em lojas frequentados por brancos.

Após receberem a carta de reconhecimento da Grande Loja da Inglaterra, em 1787, os maçons negros em outras partes dos Estados Unidos, começaram a contactar a Loja de Prince Hall, com pedidos para estabelecer Lojas filiadas em suas próprias cidades, no que foram concedidos os pedidos e servindo como Loja mãe para a nova Loja dos negros, na Filadélfia, Providence e Nova Iorque.

Em 1791, os maçons negros se reuniram em Boston, e formaram a Grande Loja Africana da América do Norte, Prince Hall, foi eleito, por unanimidade, Grão-Mestre, permanecendo até a sua morte, em 1807.

Um maçom ilustre da campanha abolicionista, iniciado na Prince Hall, foi Walker Lewis, que juntamente com Thomas Dalton ajudou a organizar o *Massachusetts General Colored Association* (MGCA), a primeira organização formada somente por negros nos E.U.A. Em 1829, a MGCA ajudou David Walker a publicar o jornal radical *Appeal to the Coloured Citizens of the World* reivindicando a imediata e incondicional abolição da escravidão. Walker Lewis pessoalmente patrocinou e promoveu sua publicação a partir da *African Grand Lodge*. Em 1831, Walker Lewis serviu como presidente da *African Humane Society in Boston*, que promoveu diversas atividades filantrópicas e fundou o *African School* de Boston, também elaborou um projeto que patrocinava a viagem de africanos e descendentes que pretendessem se estabelecer na Libéria.

Porém, a primeira sociedade antiescravista nos E.U.A, foi a *Society for the Relief of Free Negroes Unlawfully Held in Bondage* formada em 1775, na

Pennsylvania. Foi reorganizada em 1784, como *Pennsylvania Society for Promoting the Abolition of Slavery and for the Relief of Free Negroes Unlawfully Held in Bondage*, em 1789. Após 1785, o maçom Benjamin Franklin foi o presidente dessa organização.

A abolição norte-americana só viria com a assinatura da Declaração de Emancipação, em 1863, pelo presidente e maçom Abraham Lincoln.

4.2. A Maçonaria depois da Lei Áurea.

Passado o 13 de maio, podemos traçar um desenvolvimento que parece-nos fazer sentido, no que foi o processo da abolição. Mas para aqueles que viveram o processo, muitas vezes, nada fazia sentido, tanto para abolicionistas como para escravagistas, o jogo político não seguia uma lógica para ambos adversários.

Os ideários iluminista, liberal e positivista, que pautaram o argumento abolicionista também não eram um conjunto filosófico dos quais os abolicionistas maçons identificavam claramente. Haja vista que muito dessas definições acerca do que é Iluminismo, positivismo e liberalismo, são construções da moderna área das Ciências Humanas.

Se hoje vemos lógica no processo histórico do abolicionismo, talvez seja porque todo problema nos pareça tão fácil depois de resolvido, pelo que antes nos parecia tão insolúvel! Foi por esse clima que a Abolição foi tão comemorada.

Mas passada as comemorações, os ex-escravos foram esquecidos, poucos se davam conta de que a tarefa ainda estava incompleta, e de que era preciso

contribuir de alguma maneira para a transição do escravo para o cidadão. Até mesmo o veemente Nabuco parecia ter concluído sua missão.

O governo republicano que tomou o poder em 1889 excluiu os analfabetos do direito de voto, eliminando a maioria dos escravos do eleitorado. Poucos foram os abolicionistas que, como o engenheiro negro André Rebouças [maçon], continuaram a afirmar que a tarefa deles ainda estava incompleta. Com esse fim em vista, Rebouças propôs uma reforma agrária que poria fim ao latifúndio, idéia apoiada pela Confederação Abolicionista e incluída no programa de 1888 do Partido Liberal. A proposta encontrou e encontra, até hoje, feroz oposição dos grandes proprietários de terras.⁹²

A maçonaria passou a se preocupar com questões advindas com a República e, assim como outras instituições, colocou os libertos e trabalhadores brancos como pertencentes à mesma categoria marginalizada, buscando de forma generalizada, soluções para as mazelas sociais. Tanto que se procurarmos entender as origens do movimento operário socialista no Brasil durante o século XX, encontraremos suas raízes na falência do projeto emancipacionista.

No contexto internacional, a maçonaria se expandiu para a África, num projeto que começou com a fundação de uma Loja em Saint-Louis, no Senegal, em 1781, por uma iniciativa do Grande Oriente Francês, e rapidamente se difundiu pelo continente africano, principalmente entre as ex-colônias francesas e inglesas, graças à propensão histórica que os africanos tinham para sociedades secretas, visto que, além disso, elas sempre contrabalançaram o poder de chefes locais e ainda os colocavam no mesmo status de igualdade com os brancos da Ordem.

⁹² COSTA, Emília Viotti da. *A ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

No Congo-Brazaville, o expresidente, Denis Sassou Nguesso, e seu sucessor, Pascal Lissouba, são ambos maçons. (...) Após os recentes confrontos de milícias armadas na capital, franceses e africanos, unidos pela Grande Loja da França, Grande Loja Unida da Costa do Marfim e os Grandes Orientes e Lojas Unidas dos Camarões juntaram forças em uma tentativa de restaurar a paz, embora seus esforços até agora não tiveram sucesso.

(...)

O grande construtor do império francês, Jules Ferry, um maçom e por isso foi governador colonial, Félix Eboué, um negro da Guiana Francesa, que uniu o Chade para a causa da França Livre, também.

(...)

Havia um bom número de maçons na administração colonial francesa. Após a Segunda Guerra, a maioria fez campanha pela independência dos territórios franceses ultramarinos na África e os africanos criaram mais lojas. Após 1960, um grande ano para as independências, a maçonaria continuou a se espalhar, adquirindo uma identidade africana e perdendo os laços com os capítulos franceses.⁹³

A maçonaria teve muita força em diversas partes da África, principalmente na Libéria, que mantinha estreitas relações com a maçonaria Prince Hall norte-americana. Grande parcela da elite política africana saiu dos quadros da maçonaria e esteve envolvida nos episódios da abolição, independência, movimentos de união africana, e maçons africanos são constantemente procurados como mediadores nas freqüentes crises que acompanham a atual democratização do continente.

Entre os mais ilustres maçons africanos contam-se Kofi Annan, que é um diplomata de Gana, foi entre janeiro de 1997 e janeiro de 2007, o sétimo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, tendo sido laureado com o Nobel da Paz em 2001; e Nelson Mandela, advogado, ex-líder rebelde e ex-presidente da África do Sul de 1994 a 1999, principal representante do movimento anti-apartheid, tendo recebido, em 1959, o Prêmio Internacional Al-Gaddafi de

⁹³ WAUTHIER, Claude. Africa's Freemasons: A Strange Inheritance. *Le Monde Diplomatique*, França, setembro 1997. Disponível em: < <http://mondediplo.com/1997/09/masons>>. Acesso em: 25 fevereiro 2010.

Direitos Humanos, e em 1993, o Nobel da Paz, o Prêmio Lênin da Paz, em 2002, por fim, foi premiado pela Anistia Internacional com o prêmio Embaixador de Consciência de 2006.

5. Considerações finais

A maçonaria teve sim um papel muito importante no processo abolicionista brasileiro, muito se deve ao fato da Ordem ter sido influenciada pelos pensamentos de vanguarda na Europa, como o Iluminismo e o Liberalismo, e de sempre ter tido, entre seus membros, uma elite intelectual, mesmo no período da maçonaria Operativa, quando os pedreiros livres da Europa constituíam um grupo que detinham o conhecimento da construção de igrejas.

O advento da maçonaria no Brasil acontece no mesmo período que chegam da Europa tais ideais iluministas, e fomenta a luta abolicionista, que recrudescer na medida em que a abolição é retardada. Esses ideais formaram uma conspiração que transcendeu a maçonaria, para onde todas essas correntes vanguardistas convergiram; essas filosofias vanguardistas, sim, foram a própria força destrutiva do argumento escravista, responsável pela mudança cultural que condenou a escravidão, moral e economicamente.

A maçonaria serviu como espaço acadêmico para a discussão desses ideais, em contraposição à educação católica, a militância e a resistência encontraram abrigo seguro dentro da Ordem, amparada pelos votos de segredo. Beneficiaram-se de uma rede de contatos e ajuda mútua que alastrou esses ideais e incendiou a jovem elite letrada.

Interessante, foi notar como a atuação maçônica parece seguir um padrão no Brasil e no mundo: um grande número de maçons ligados às faculdades de Montpellier, Estrasburgo e Coimbra, que foram centros irradiadores da maçonaria; aqui no Brasil, a ligação dos maçons com os primeiros cursos superiores de Olinda e São Paulo; a forte presença na elite política; a forte e insistente ligação

com a imprensa; a filantropia, e a preocupação com a educação da futura geração.

Nem todos os membros da maçonaria, no século XIX, eram abolicionistas, mas aqueles que eram tiveram papel de destaque nos movimentos abolicionistas, como Nabuco, Patrocínio, Rui Barbosa, André Rebouças, Luiz Gama, Antonio Bento, Silva Jardim entre outros. Nesse aspecto, o mesmo não se repetiu em alguns países, por conta do processo abolicionista particular vivido por cada país, nesses os maçons atuaram ora em menor escala, ora em maior, para a abolição do trabalho servil.

A maçonaria atuou em diversas áreas, foi um esforço articulado, contra a grande economia escravocrata. É interessante notar, também, se enumerarmos todos os fatores que contribuíram para a abolição, veremos que em todos eles os maçons tiveram papel importante: nos jornais abolicionistas, nas sociedades libertadoras, na introdução das máquinas, na construção de estradas de ferro, na fuga de cativos, na impetração jurídica, na criação de leis, na introdução da mão-de-obra assalariada, no exército, enfim...

Apesar de encontrar material suficiente para escrever esse trabalho, a pesquisa sobre esse assunto esbarra em muitas dificuldades, principalmente na confirmação de nomes de alguns membros da maçonaria, e a atuação da própria Ordem. Portanto, muito ainda pode ser revelado, ainda mais sobre a atuação internacional da maçonaria para a Abolição.

6. Referências Bibliográficas

A Most Miserable Trade. *FREEMASONRY TODAY*. Freemason's Hall, Londres, nº 39, 2006. Disponível em: <<http://www.freemasonrytoday.com/public/index-39.php>>. Acesso em: 20 janeiro 2010.

ANPUH XIX SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA. 2008. São Paulo. *A Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868 – 1889)*. São Paulo: USP, 2008.

ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2007. Rio de Janeiro - Universidade Federal Fluminense. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFF, 2007.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz da Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 - 1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BASE, Abrahim Sena. Resgate da história dos portugueses na região. *Amazon View*, Amazonas. Entrevista concedida a Amazon View. Disponível em: <<http://www.amazonview.uol.com.br/entrevistas.php>>. Acesso em: 28 janeiro 2010.

BASTOS, Aurélio Wander. *O Ensino Jurídico no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de, Org. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CASTELLANI, José. *A maçonaria na década da Abolição e da República*. Londrina: Editora A Trolha, 2001.

CASTELLANI, José. *Piratininga - História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000.

CASTELLANI, José. *Os maçons e a abolição da escravatura*. Londrina: A Trolha, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *A ABOLIÇÃO*. São Paulo: UNESP, 2008.

CUNHA, L. A. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

DUMA, Jean. *Sobre as elites: abordagem historiográfica*. Revista História. São Leopoldo: UNISINOS, v. 07, nº 08, p. 89 – 103, 2003.

FERNANDES, Maria Fernanda L. Os Republicanos e a Abolição. Revista *de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 27, novembro 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 novembro 2009.

FERREIRA, João Pedro Rosa. Hipólito e seu tempo - Jornalismo e pensamento político. *Observatório da Imprensa*. Campinas, 8 julho 2003, artigos. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/alm080720032.htm>>. Acesso em: 10 fevereiro 2010.

FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. *O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX*. 2005. 180 fls. Dissertação (Mestrado área de concentração Direito, Estado e Cidadania). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO CASA DE RUY BARBOSA. Obras completas de Rui Barbosa. Tomos publicados: *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Vol. 9, t. 1, 1882; *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*. Vol. 10, t. 1 e 4, 1883;

GERALDO, Maia. Tributo à uma abolicionista. *O Mossoroense*, Mossoró, fevereiro de 2009, Nossa História. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/omossoroense/200902/geraldo.htm>>. Acesso em: 27 janeiro 2010.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Sérgio Cardoso (1858-1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia, UFBA, 94-103, 2008. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/972/951>>. Acesso em: 05 janeiro 2010.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEONIDIO, Adalmir. Carbonários, maçons, positivistas e a questão social no Brasil na virada do século XIX. *Revista de História e Estudos Culturais*. USP-São Paulo, vol. 5, ano V, n. 3, 2008. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 02 fevereiro 2009.

LODI-CORRÊA, Samantha. *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para República (1868-1919)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Unicamp, São Paulo.

MACHADO Apud STEPHANOU, M. B. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MALTEZ, José Adelino. *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

MARQUES, Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Presença, 3 Vols., 1990-1996.

MONTES, Maria Lucia. Quando o crime compensa. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2555>>. Acesso em: 22 janeiro 2010.

NORONHA, Adrius Estevam. *Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de internacionalização da Economia Fumageira (1960-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Rio Grande do Sul Brasil

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Idéias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 fls. Dissertação (Mestrado Centro de Ciências Humanas e Naturais). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

Pinacoteca do Estado de São Paulo – Pesp. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3768&lst_palavras=&cd_idioma=28555&cd_item=10>. Acesso em: 03 janeiro 2010.

PROJETO do Barão de Mauá para a Imigração de Coolies. *IHGB*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1876.

RAMOS, Cláudia M.da R. *A escravidão, a educação da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871)*. 2008. Dissertação (Mestrado na área de Concentração: Filosofia e História da Educação). Unicamp, São Paulo.

RAMOS, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: ICS, 2001b.

Ramos, Rui. Para uma História Política da Cidadania em Portugal. *Análise Social*, Lisboa, vol. 39 (172), p. 555, 2004.

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 20, nº 30, p. 40, 2000.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Apontamentos sobre maçonaria, abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27, p.95–111, set. 2007 Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_27.pdf>. Acesso em: 11 outubro 2009.

SIMÕES, Teotônio. *Os Bacharéis na Política – A Política dos Bacharéis*. Disponível em: <<http://www.almeidafilho.adv.br/academica/bach33.htm>>. Acesso em: 17 maio 2009.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. A primeira sociedade de emancipação de escravos do Brasil. 4^o. *Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Curitiba, 1, 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/CarmenSchiavon.pdf>>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

SAVIANI, Dermeval, et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, Eduardo. *Resistência negra, teatro e abolição da escravatura*. 26^a Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.sbp.org/reuniao/26/mesas/silva/>>. Acesso em: 6 março 2010.

VIEIRA, Hermes Pio. *Carlos Gomes – Sua arte e sua Obra*. Pernambuco: Libertas, 1934.

WAUTHIER, Claude. Africa's Freemasons: A Strange Inheritance. *Le Monde Diplomatique*, França, setembro 1997. Disponível em: <<http://mondediplo.com/1997/09/masons>>. Acesso em: 25 fevereiro 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Régis Barbosa, Elzabe Barbosa. 3^a edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.